

**UNIVERSIDADE DE LISBOA**  
**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO**



**DESENVOLVIMENTO LOCAL E EDUCAÇÃO NÃO  
FORMAL NUMA ASSOCIAÇÃO**

**Ana Joana Alves Segurado**

**MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**Área de Especialização em Formação de Adultos**

**Dissertação Orientada  
pela Professora Doutora Paula Guimarães**

**2017**

**UNIVERSIDADE DE LISBOA**  
**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO**



**DESENVOLVIMENTO LOCAL E EDUCAÇÃO NÃO  
FORMAL NUMA ASSOCIAÇÃO**

**Ana Joana Alves Segurado**

**MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**Área de Especialização em Formação de Adultos**

**Dissertação Orientada  
pela Professora Doutora Paula Guimarães**

**2017**

## Agradecimentos

As primeiras palavras de agradecimento endereço-as à professora Paula Guimarães, pela disponibilidade sempre manifestada e pela atenção com que foi analisando e orientando o meu trabalho, sem imposições mas sempre com incentivos e sugestões precisas.

À associação Rota Histórica das Linhas de Torres, representada pelo seu presidente e pelos técnicos que me receberam, possibilitaram o acesso documentos e prestaram os seus depoimentos de forma disponível e simpática. Também aos participantes em atividades que me concederam entrevistas, oferecendo o seu tempo e partilhando as suas experiências, que ao colaborar nesta investigação me permitiram recolher os dados necessários para concretizá-la.

Agradeço também à minha amiga Ana Simão, sem a qual não teria embarcado nesta aventura académica, e que por isso foi essencial, contribuindo também positivamente com o seu dinamismo e energia.

Ao meu marido Nuno, sempre presente, que muito me ajudou ao longo deste processo individual, com o seu encorajamento e as suas opiniões.

Não resisto a dedicar-me também duas linhas por não ter desistido (apesar das adversidades) e pelo esforço que devotei a este trabalho.

## Resumo

A associação Rota Histórica das Linhas de Torres é o objeto de estudo da investigação apresentada nesta dissertação de mestrado. Esta associação de municípios, criada para o desenvolvimento turístico e patrimonial das Linhas de Torres Vedras organiza-se em torno do sistema de fortificações defensivas existente neste território, procurando preservar, dinamizar e valorizar o património físico, cultural, ambiental e histórico deste monumento.

Baseada numa fundamentação teórica focada nas áreas do desenvolvimento local e da educação de adultos, constroi-se uma investigação que observa o caso da designada associação, considerando as suas diversas vertentes.

Esta dissertação de mestrado apresenta assim uma análise descritiva das dinâmicas promovidas pela associação Rota Histórica das Linhas de Torres. A caracterização proporcionada pela investigação levada a cabo pretende compreender quais os contributos da referida associação nas esferas do desenvolvimento local e da educação não formal de adultos, através do estudo dos seus objetivos, das suas práticas e resultados.

O estudo procura revelar as formas como a associação explora o potencial educativo do património que abrange, nas temáticas históricas e culturais, como cultiva a partilha de saberes e de práticas entre os municípios envolvidos, respondendo às necessidades de ordem local, e de que forma contribui para o desenvolvimento de aprendizagens coletivas e para a consequente mudança de comportamentos.

Pretende-se pois, neste trabalho caracterizar a associação Rota Histórica das Linhas de Torres enquanto instituição sem fins lucrativos de desenvolvimento local, analisar as dinâmicas educativas não formais levadas a cabo, descobrindo principalmente os seus contributos para a área da educação de adultos.

Palavras-Chave: desenvolvimento local; educação não formal de adultos.

## Abstract

This master dissertation has got as its main object of study the association Rota Histórica das Linhas de Torres. This association of municipalities, created for the tourism and patrimonial development of Torres Vedras Lines', is organized around the system of defensive fortifications in this territory, seeking to preserve, dynamize and enhance the material, cultural, environmental and historical heritage of this monument.

It is based on a theoretical foundation focused on the study areas of local development and adult education. It's an investigation that has been carried out to analyse the specific case of the association mentioned, considering its various angles.

Therefore, this dissertation presents a descriptive analysis of the dynamics promoted by this association for the historical and touristic development of the Torres Vedras Lines'.

The description provided and carried out by this research intends to understand and study the contributions of this association in the domains of local development and non-formal adult education, through the study of its objectives, its practices and results.

The study seeks to reveal how the association explores the educational potential of the patrimony which includes its historical and cultural aspects, how it shares knowledge and practices among the municipalities involved, responding to local needs and how it contributes to the development of collective learning and, consequently, how it changes behaviours.

It is intended, with this work, to characterize the association Rota Histórica das Linhas de Torres as a non-profit local development institution, to analyze the non-formal educational dynamics carried out, figuring out its contributions to the field of adult education.

Key-words: local development; non formal adult education.

## Lista de siglas e abreviaturas

Aidglogal – Ação e Integração para o Desenvolvimento Global (Organização Não Governamental)

BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa

CILT – Centro Interpretativo das Linhas de Torres

CMAV – Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos

CMTV – Câmara Municipal de Torres Vedras

CMSMA – Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço

ED – Educação para o Desenvolvimento

EEA Grants – Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu

GR30 – Grande Rota Linhas de Torres Vedras

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

PIB – Produto Interno Bruto

PILT – Plataforma Intermunicipal das Linhas de Torres

RHLT – Rota Histórica das Linhas de Torres

## ÍNDICE

1	NOTAS INTRODUTÓRIAS -----	9
2	SOBRE O DESENVOLVIMENTO -----	11
2.1	Entendimento hegemónico de desenvolvimento: o peso do desenvolvimento económico ----	11
2.2	Entendimentos alternativos de desenvolvimento: a importância das dimensões sociais, cívicas e ecológicas -----	17
3	SOBRE O DESENVOLVIMENTO LOCAL E A EDUCAÇÃO DE ADULTOS -----	22
3.1	Entre o global e o local: a relevância dos processos territorializados -----	22
3.2	Desenvolvimento local: o significado dos processos endógenos e participados -----	29
3.3	A educação de adultos no desenvolvimento local: as modalidades de educação não formal e informal -----	36
4	APONTAMENTOS METODOLÓGICOS -----	49
4.1	Questões de investigação -----	49
4.2	Abordagem e técnicas de recolha de dados -----	53
5	CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO -----	57
5.1	Rota Histórica das Linhas de Torres: uma associação de municípios para o desenvolvimento turístico e patrimonial -----	57
5.2	Constituição e Finalidades: dos constrangimentos iniciais às formas de organização e objetivos partilhados -----	61
5.3	Campo de Atuação, Projetos e Atividades: a amplitude das ações realizadas, os resultados esperados e alcançados -----	67
5.4	Financiamento: das quotas dos associados aos apoios externos -----	80
5.5	Participantes: diversidade geracional e valorização da componente convivial -----	82
5.6	Divulgação e Avaliação: ações prolíferas e avulsas -----	84
5.7	Parcerias e Mediação: fatores-chave na associação -----	88
6	PRINCIPAIS LINHAS DE ANÁLISE -----	91
6.1	Associação RHLT, Desenvolvimento e Desenvolvimento Local -----	91
6.2	Associação RHLT, Educação de Adultos e Animação Sociocultural -----	96
6.3	Associação RHLT, Mediação e Organizações da Sociedade Civil -----	98

7	NOTAS CONCLUSIVAS -----	99
8	REFERÊNCIAS-----	102
9	ANEXOS (DISPONÍVEIS NO CD-ROM NA CONTRA CAPA)-----	105



## 1 Notas introdutórias

Este texto, no âmbito da dissertação de Mestrado em Educação – Formação de Adultos, apresenta uma reflexão teórica em torno dos conceitos de desenvolvimento local e de educação de adultos, aplicada a um caso em que se pretende investigar os contributos da associação Rota Histórica das Linhas de Torres para o desenvolvimento local e para a educação de adultos.

A dissertação que me proponho elaborar obriga assim a uma análise, caracterização e articulação dos conceitos de desenvolvimento local e de educação de adultos, pretendendo a decorrente investigação reconhecer processos desta natureza no exemplo a estudar.

O texto divide-se em cinco partes: num primeiro momento, em “Sobre o Desenvolvimento”, explora-se a significação do conceito de desenvolvimento, dando conta das suas múltiplas facetas e da hegemonia da vertente económica ao longo dos tempos.

Segue-se a abordagem aos conceitos de desenvolvimento local e de educação de adultos, traçando-se um percurso histórico e analisando as perspetivas dos diversos autores constantes da bibliografia. Aponta-se ainda, quer os desafios que se colocam ao desenvolvimento local, quer as mais-valias que se lhe reconhecem. Identifica-se depois agentes e práticas de desenvolvimento local, caracterizando-os na sua multiplicidade e procurando estabelecer uma articulação entre os vários campos abordados. Finalmente, identifica-se e distingue-se as tipologias de educação: informal, não formal e formal, com enfoque no âmbito da educação de adultos e nas aprendizagens em contexto não formal.

O capítulo seguinte, correspondente à terceira parte do trabalho, apresenta os procedimentos metodológicos, justificando-se a opção pela dissertação e pela modalidade de estudo de caso, referindo-se e explicando-se as técnicas de recolha de informação e respetivos instrumentos utilizados.

Um quarto momento apresenta a caracterização do objeto de estudo, pretendendo compreender aspetos que englobam a formação da associação Rota Histórica das Linhas de Torres, os seus objetivos, as esferas de atuação, projetos desenvolvidos, as formas de financiamento, participantes envolvidos e ainda questões relacionadas com a divulgação, a avaliação, as parcerias e o papel de mediação desta associação.

No quinto capítulo estabelece-se uma relação entre o enquadramento teórico e a informação recolhida e explanada no capítulo anterior, apresentando-se conclusões desta investigação, mas também novas questões e linhas de análise.

Finalmente, o trabalho encerra com a conclusão, a bibliografia e documentos consultados e os anexos (onde constam as transcrições das entrevistas realizadas, documentos de base, como os estatutos e o estudo de viabilidade económico-financeira e outros documentos de interesse, tais como o Plano de Atividades 2016 e a Lista de Parceiros da associação).

## 2 Sobre o Desenvolvimento

### 2.1 Entendimento hegemónico de desenvolvimento: o peso do desenvolvimento económico

Iniciamos este capítulo explorando a evolução do conceito de desenvolvimento. Trata-se de uma expressão comum e aplicável a diversos contextos, importando aqui debruçar-nos sobre os seus múltiplos e concretos sentidos.

No âmbito das ciências naturais, o sentido de desenvolvimento correspondera primeiramente ao de evolução (em termos biológicos). Porém, desde há cerca de 200 anos que o conceito se associa à ciência da economia, num percurso fortemente centrado no plano do crescimento económico. Como expresso por Roque Amaro, este é um “domínio disciplinar que, durante muito tempo, se apropriou e dominou a sua conceptualização” (2003, p. 2). Rui Canário acrescenta que “A utilização do conceito de ‘desenvolvimento’, entendido sob a forma de ‘crescimento’ económico, impôs-se na segunda metade do século XX como algo de inquestionável” (2013, p. 36).

Nos últimos 60 anos, porém, a noção de desenvolvimento tem sido alvo de atenção e de transformação contínua no campo das ciências sociais, através de um debate e de uma reconfiguração que abrange diversas áreas disciplinares, teorias e práticas. Principalmente nos últimos 30 anos tem-se verificado uma complexificação do conceito, que se tornou menos linear na sua conceção e aplicação “enriquecida pela contribuição de várias disciplinas e pelas experiências de várias práticas” (Roque Amaro, 2003, p. 2).

No contexto histórico da revolução industrial e tecnológica, assistiu-se a profundas alterações demográficas e sociais, nomeadamente no que respeita ao valor e à organização do trabalho, transformações que fomentaram a produção e o consumo, ocasionando o desenvolvimento acelerado de certos países, que passaram então a ser encarados como desenvolvidos. O conceito de desenvolvimento teve assim origem e tomou como referência inicial, na sua “formulação e conteúdo”, o exemplo histórico dos países europeus tidos como desenvolvidos, no recente contexto das “sociedades industriais” (Roque Amaro, 2003, p. 5).

Nestas circunstâncias históricas originou-se um fosso entre esses países considerados desenvolvidos (especialmente os Estados Unidos da América e os países do norte da Europa - sociedades ocidentais do capitalismo industrial) e os países encarados como subdesenvolvidos, criando desigualdades gradualmente crescentes que colocaram a dois terços da população mundial o rótulo do subdesenvolvimento. A significação de desenvolvimento passou a ser

encarada como um antónimo de subdesenvolvimento e o modo de evitar tal título foi “assumido como uma tentativa de fugir a uma condição vergonhosa” (Fragoso, 2009, p. 16). O desenvolvimento tornou-se então cada vez mais perspetivado como modernização ao serviço do crescimento económico, independentemente das desvantagens acarretadas por tal noção quer para o homem, quer para o planeta, na medida em que o progresso parecia legitimar “todo um conjunto de ações implacáveis contra os seus semelhantes e contra a natureza” (Fragoso, 2009, p. 16).

Esta realidade teve origem em transformações ocorridas na sociedade entre os séculos XIV e XIX que conduziram à revolução industrial e a uma série de novidades que impuseram a indústria como setor primordial dos países desenvolvidos. Roque Amaro enumera entre essas novidades:

“ (...) o progresso tecnológico e as máquinas, como o motor do progresso; a divisão técnica do trabalho e a especialização, como os novos modelos de trabalho; a produtividade como o principal critério de eficiência das sociedades; a cidade, como o espaço privilegiado da nova economia das fábricas e da nova sociedade da troca; o cronómetro, marcando mecanicamente o novo ritmo de produção e de vida” (2003, p. 6).

Tais transformações conduziram a um modelo de desenvolvimento baseado na produção em série, de baixo custo e de elevada produtividade acompanhada por diversos estímulos ao consumo. Esta perspetiva restringia o conceito de desenvolvimento ao de riqueza económica. A ideia afunilada de desenvolvimento económico foi então potenciada pelo contexto histórico em que se assistiu a um aumento da produção e do consumo e ao “crescimento do emprego e dos salários”. Rui Canário aponta este período do “círculo virtuoso do fordismo” como propício para a construção de uma teoria de desenvolvimento “equivalente ao de crescimento económico e, portanto, susceptível de ser avaliado e medido a partir de indicadores de exclusiva natureza quantitativa” (2013, p. 60). A construção deste conceito hegemónico de desenvolvimento é apresentado por Alberto Melo como

“ (...) mero sinónimo de crescimento fundamentalmente económico e em que o económico se reduz essencialmente à criação de riqueza no sentido monetário, isto é, de gerar dinheiro, criar lucro e o máximo de lucro possível no menor período de tempo possível; enquanto se introduzem critérios de exclusivo cálculo financeiro para apreciar e avaliar os diferentes níveis de desenvolvimento” (2005, p. 99).

No período pós II Guerra Mundial, o conceito de desenvolvimento reforçou o seu lugar no âmbito da ciência económica, associando-se a progresso tecnológico e científico, numa lógica de modernização ao serviço do crescimento económico. Porém ocupou também uma posição

no seio das ciências sociais. A este propósito, Roque Amaro explica “a importância e o interesse do novo conceito nesse período” (2003, p. 4) através de uma série de fatores históricos e ideológicos, entre os quais: o processo de descolonização, a reconstrução europeia (com o apoio do Plano Marshall), a guerra fria, a consolidação da intervenção do Estado na economia e “o papel deste na realização do progresso e no aumento do bem-estar das sociedades”, bem como a defesa dos ideais de “progresso e da paz entre os povos” (2003, p. 4).

Nos finais dos anos de 1950, o conceito de desenvolvimento baseado no crescimento económico patentava-se nos processos de ajuda aos países designados como subdesenvolvidos. Verificava-se nestes países uma reprodução dos modelos de desenvolvimento dos países desenvolvidos, “levando-os a ‘modernizar’ as suas estruturas económicas, sociais, culturais, políticas e tecnológicas, abandonando os seus sistemas tradicionais, considerados um obstáculo ao progresso” (Roque Amaro, 2009, p. 109).

Com a crescente importância da dimensão económica no seio das sociedades, os conceitos dinâmicos de desenvolvimento e de subdesenvolvimento tornaram-se assim cada vez mais indissociáveis, parecendo reforçar-se mutuamente. O triunfo da ideologia capitalista permitira aos países desenvolvidos (alinhados com estes princípios) um elevado e crescente nível de produtividade (acompanhado pelo aumento da população, proliferação e ampliação das cidades). Por outro lado, nos países não modernizados subsistia a agricultura, assistindo-se a um baixo nível de produtividade e a um índice de crescimento mínimo. Os apoios prestados a esses países seriam então mais de “alinhamento ideológico do que de promoção de efectivo desenvolvimento” (Roque Amaro, 2009, p. 109). De facto, neste contexto, o aumento da produção e do consumo não se revelou benéfico para todos e os proveitos do desenvolvimento capitalista não foram equitativamente distribuídos. Os processos de modernização levados a cabo, para além de incrementarem as desigualdades (externas e internas) colocavam um conjunto de problemas diversos, assim elencados por Roque Amaro,

“a) ignorar as necessidades efectivamente sentidas pelas comunidades locais, bem como os seus recursos e capacidades; b) desprezar os seus valores, identidades e saberes, considerando-os primitivos e subdesenvolvidos; c) estimular a dependência e a subordinação em relação ‘ao que vem de fora’; d) criar novos problemas (económicos, sociais, culturais e ambientais), até aí desconhecidos.” (2009, p. 109).

As “crises económicas, tecnológicas, ambientais, e políticas que puseram termo ao chamado período dos anos dourados” (Roque Amaro, 2009, p. 108), viriam a agravar esta realidade. Quando o círculo virtuoso do fordismo entrou em crise, em meados de 1970, as limitações

deste “modelo desenvolvimentista reduzido à vertente do crescimento económico” (Canário, 2013, p. 60) baseado na exploração massiva de recursos naturais e humanos tornavam-se gradualmente mais evidentes. A noção de que o desenvolvimento podia ser simultaneamente construtivo, por um lado, e destrutivo, por outro, tornava visível a insustentabilidade de tal paradigma, manifestada, entre outros aspetos, pelas “graves e crescentes assimetrias entre países “ricos” e países “pobres”, entre o norte industrializado e o sul do Terceiro Mundo” (Canário, 2013, p. 60).

A par das mencionadas desigualdades e dos problemas sociais acarretados pelo desenvolvimento capitalista, assistia-se cada vez mais à globalização, à dilatação da economia para um contexto mundializado em que a competitividade e a lei dos mais fortes imperavam. De acordo com Alberto Melo,

“ (...) as estatísticas mostram que o desenvolvimento moderno é acompanhado por uma desigualdade galopante entre pessoas, entre regiões, entre países, entre continentes... Os benefícios do desenvolvimento não são recolhidos por todos, nem sequer pela maioria. (...) O desenvolvimento é uma ideologia, mas é também uma prática de poder, dominação, conquista” (2012, p. 428).

Neste contexto de internacionalização da economia, a defesa da igualdade social era contrariada pelo conceito de competitividade, numa lógica de desenvolvimento defendida por uma minoria favorecida, à qual interessava promover e manter tal perspetiva. Este cenário proporcionou uma dependência forçada entre países, observável também ao nível nacional entre regiões (numa dicotomia ainda hoje representada entre litoral e interior, mundo urbano e mundo rural).

Boaventura Sousa Santos, comparando o conceito de globalização aos conceitos precedentes de modernização e desenvolvimento, considera que reduzi-los à vertente económica será um erro, tal como encará-los como processos lineares ou consensuais. Porém, não deixa de considerar haver um campo hegemónico que “actua na base de um consenso entre os seus mais influentes membros” (2003, p. 33), acrescentando que

“Este consenso é conhecido por «consenso neoliberal» ou «Consenso de Washington» por ter sido em Washington, em meados da década de oitenta, que ele foi subscrito pelos Estados centrais do sistema mundial, abrangendo o futuro da economia mundial, as políticas de desenvolvimento e especificamente o papel do Estado na economia” (2003, p. 33).

Apesar das críticas, a expansão e vigência do modelo de desenvolvimento económico capitalista vencia. Porém, por não representar igualdade e justiça social para todos, o conceito “institucionalmente dominante” (Alberto Melo, 2005, p. 98) foi sendo colocado em causa por movimentos sociais e por cidadãos, críticos desta lógica vigente de um desenvolvimento que

não estava ao alcance de todos e ao qual se foram apresentando cada vez mais alternativas representadas através de práticas “que têm revelado uma certa contestação” (2005, p. 98), uma certa resistência.

A crítica a este paradigma foi também potenciada pela premência de uma série de revoluções ocorridas na sociedade ao nível dos valores, de acordo com Rogério Roque Amaro, “com efeitos mais subjectivos”, conducentes à “hipervalorização de princípios e valores como a liberdade” e “o racionalismo” (2003, p. 7), que derivaram da Revolução Francesa e da adoção do lema “*Liberté, égalité et fraternité*”.

Por outro lado, a constatação, por técnicos de organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas, de que o modelo de desenvolvimento seguido não só não resolvia os problemas existentes, como gerava novas problemáticas, levou-os a procurar novas formas de desenvolvimento cujas práticas assentariam em lógicas de participação das comunidades locais, na diagnose e superação das suas necessidades, de “utilização dos recursos e capacidades da própria comunidade” (Roque Amaro, 2009, p. 109) e de perspetivação dos problemas e das soluções de uma forma integrada. De cariz mais pragmático e menos ideológico, a estas práticas alternativas de fomento do desenvolvimento atribuiu-se o título de “Desenvolvimento Comunitário”, projetos em que a combinação de campos como a animação sociocultural e a educação de adultos procuravam a promoção da autonomia, da capacidade de afirmação e da resolução de problemas, através do fortalecimento da identidade das comunidades locais com o intuito de melhorar as suas condições de vida.

Apesar de permanecer ainda intimamente ligado ao conceito de crescimento económico, o progresso começou então a ser analisado sob diferentes prismas. Outros fatores passaram a ser considerados como indicadores de desenvolvimento. Rogério Roque Amaro aponta como exemplos a “melhoria generalizada e clara das condições de saúde”, avanços científicos, “eficiência produtiva e de conforto na vida em geral” (2003, p. 10), bem como o aumento dos níveis de escolarização. Porém, o mesmo autor destaca, em paralelo, a manifestação de um conjunto de “privações” e “retrocessos” que persistiram nos 30 anos posteriores à II Grande Guerra, a saber: “concentração dos progressos atrás assinalados em apenas um terço da população, persistência de estados de carência graves em países do Terceiro Mundo”, “aparecimento de novas formas de mal-estar social”, como a solidão, a insegurança, o individualismo e o stress, a “degradação da Natureza”, “o desencadeamento de intolerâncias religiosas e culturais radicais” (Roque Amaro, 2003, p. 10), entre outros exemplos.

Foi na transição da década de 1960 para a de 1970 que se verificou “uma viragem fundamental nas abordagens e nas práticas do desenvolvimento”, o que levou a “uma busca intensa de novas conceptualizações e estratégias” (Roque Amaro, 2003, p. 12).

A contestação em torno do conceito vigente de desenvolvimento fez-se então sentir no seio das sociedades desenvolvidas através de protestos de diversas ordens contra tal modelo que conduziu ao surgimento de diferentes formas de doenças psicológicas, de marginalização, de novos estilos de pobreza e de outros comportamentos de risco, reflexos de um “mal-estar social” generalizado. As críticas foram simultaneamente reforçadas pelas consequências adversas da crise económica instalada e pela constatação de que os recursos naturais continuamente explorados teriam um fim, o que “pôs em causa a crença anterior no crescimento económico para desenvolver países” (Roque Amaro, 2003, p. 12).

O alargamento da discussão em torno do conceito de desenvolvimento fez-se com base nesta oposição e levou ao surgimento de novas leituras e ponderações. Debater hoje o conceito de desenvolvimento exige a consideração de fatores tão diversos como a defesa do ambiente, a qualidade da educação, da informação e do trabalho, o acesso aos cuidados de saúde e a serviços e equipamentos culturais e até a fruição do lazer.

Neste seguimento, a perspectiva de que todo e qualquer processo de desenvolvimento se restringia à economia (ou num sentido ainda mais limitado, à finança), implicando crescimento e melhoria, tornou-se insuficiente e passou a centrar o debate público, o que abriu caminho a novas e diversas conceções acerca de diferentes facetas de desenvolvimento. Mediante a análise do conceito, é notório o carácter amplo e simultaneamente ambíguo da noção de desenvolvimento. Apesar da existência de diferentes perspetivas, destaca-se no entanto uma visão dominante: o conceito economicista que se mantém (e até reforça) ao longo do tempo. Como se justifica este facto? Considerando que o conceito tem sido objeto de profunda reformulação, porque se continua a distinguir uma visão hegemónica comprometida com a componente do crescimento económico?

A partir desta surgem outras questões: de onde e como originam as novas aceções de desenvolvimento? Como se manifestam na prática? Como poderão contrariar e atenuar as situações que criticam (nomeadamente as desigualdades entre países e regiões)?



## 2.2 Entendimentos alternativos de desenvolvimento: a importância das dimensões sociais, cívicas e ecológicas

De acordo com o atrás exposto, ao longo do tempo foram assomando novas lógicas de desenvolvimento, “fazendo surgir inúmeros adjectivos acoplados à palavra ‘desenvolvimento’, e que dão conta de uma enorme variedade de propostas e conteúdos” (Roque Amaro, 2003, p. 13). Entre as novas concepções de desenvolvimento encontra-se a definição de desenvolvimento sustentável (especialmente ligado ao meio ambiente), proferida em 1992 na conferência mundial da Organização das Nações Unidas no Rio de Janeiro, sendo este entendimento considerado como um campo multidisciplinar, versátil e mutável.

A linearidade do conceito tornava-se cada vez mais insuficiente para dar conta da sua complexidade crescente. Como referido, se o conceito de desenvolvimento fosse apenas encarado como crescimento económico, poderia englobar situações indesejáveis como o esgotamento de recursos naturais e a exploração abusiva de recursos humanos, justificados por um incremento do crescimento a qualquer custo.

A análise de indicadores de desenvolvimento<sup>1</sup> revela que alguns acarretariam crescimento por um lado, mas perda de qualidade de vida por outro, na medida em que implicavam consequências como o aumento das horas de trabalho e a exigência de um maior nível de produtividade. Para os trabalhadores que se viam afetados por estas mudanças, poderemos falar em verdadeiro desenvolvimento?

Por outro lado, o conceito puramente económico excluía índices de bem estar que contribuiriam para uma melhoria na qualidade de vida, como o fomento do lazer e dos tempos livres. Nesta perspetiva, o desenvolvimento de certos parâmetros implicaria necessariamente o subdesenvolvimento de outros, o que uma vez mais torna discutível a noção de desenvolvimento: que desenvolvimento? Desenvolvimento para quê e para quem? Desenvolvimento financeiro? Desenvolvimento civilizacional? Ético? Cultural?

Atualmente, este conceito, apesar da prevalência do fator económico, é já perspectivado sob múltiplas vertentes. Roque Amaro propõe uma tipologia que distingue “seis novos conceitos” de desenvolvimento: Desenvolvimento Sustentável; Desenvolvimento Local; Desenvolvimento Participativo; Desenvolvimento Humano; Desenvolvimento Social; Desenvolvimento

---

<sup>1</sup> Exemplo de alguns dos índices que, especialmente a partir da revolução industrial revelavam desenvolvimento são a produção de fardos de trigo por hora de trabalho e o aumento da eficiência luminosa da energia elétrica, como no caso dos dados apresentados por Bowles e Edwards (2005).

Integrado” (2003, p. 13). Deste conjunto, o conceito de desenvolvimento local é particularmente relevante no trabalho aqui apresentado.

Para além das teorizações, alguns autores apontam também caminhos alternativos de desenvolvimento, numa lógica de reação à visão dominante, num cenário de pensamento e ação reativos.

Tendo em conta o contexto da globalização, Rui Canário sintetiza o processo de desenvolvimento na expressão “pensar globalmente, agir localmente”, caracterizado pela “multidimensionalidade”, pela “lógica qualitativa” e por “uma valorização do local” (2013, p. 61). Este autor defende um conceito de desenvolvimento determinado por critérios de bem-viver, de felicidade e de lazer, oposto ao do paradigma de desenvolvimento dominante, revelando-se ainda mais crítico e original ao propor uma lógica de contra-desenvolvimento que visa contrariar a produção e o consumo excessivos. Uma conceção que implicaria um “decrescimento”, uma rejeição da indisputabilidade do conceito de desenvolvimento capitalista cujo consenso considera ter-se revelado um problema para grande parte da sociedade. De acordo com esta teoria, o conceito vigente de desenvolvimento “deixou de ser uma solução e passou a constituir um problema” (Canário, 2013, p.36), o que poderia ser minimizado pela adoção de uma lógica oposta e contra-corrente.

Neste seguimento, Rui Canário sublinha a falência do que apelida de “desenvolvimentismo”, apontando-lhe várias críticas, defendendo a necessidade de um retrocesso na ideologia social que ainda se rege por este conceito, num “trabalho de subversão cognitiva, essencial para estabelecer uma rutura crítica com o capitalismo” (2013, p. 36). Esta ideia aponta no sentido contrário ao da globalização massiva e centrada em grandes estruturas e na lógica do capital, descartando os esquemas megalómanos e apostando no regresso a um modo de vida mais simples.

Uma outra perspetiva do conceito de desenvolvimento é apresentada pelo economista e filósofo indiano Amartya Sen<sup>2</sup>, que teoriza sobre a relação interativa entre o desenvolvimento e o exercício de uma cidadania livre de privações e opressões. A sua teoria de desenvolvimento humano baseia-se no fundamento de que só a liberdade pode impulsionar o progresso e de que esta liberdade advém da igualdade de oportunidades entre as pessoas e da sua capacidade em fazer escolhas.

O pensamento de Amartya Sen, distingue-se do das principais correntes teóricas ligadas à economia por não se basear apenas em índices económicos e sociais tangíveis (como o PIB, o

---

<sup>2</sup> Galardoado com o prémio Nobel da Economia em 1998.

analfabetismo, os níveis de escolaridade e a esperança de vida), englobando também fatores como o estilo de vida saudável, o bem estar, a literacia e a qualidade da educação, do trabalho e da informação a que as pessoas têm acesso. Amartya Sen argumenta que nas sociedades em que estes valores são mais positivos, as populações têm mais capacidades para fazer as suas escolhas e assim, mais hipóteses de conseguirem viver como desejam, o que aumentará o índice de bem-estar e consequentemente, a produtividade e os índices de riqueza e de desenvolvimento geral dos países. Para este autor, o “desenvolvimento consiste na remoção de vários tipos de restrições que deixam às pessoas pouca escolha e pouca oportunidade para exercerem a sua acção racional” (2003, p. 14).

Neste sentido, Amartya Sen defende que o “enaltecimento e garantia das liberdades concretas dos indivíduos, vistos como agentes operantes de mudança” (2003, p. 15), devem ser potenciados pelos diversos órgãos societais, em que engloba “o Estado, o mercado, o sistema jurídico, os meios de comunicação social”, entre outras instituições. De acordo com este economista, num cenário em que aos cidadãos não são garantidos os seus direitos sociais básicos e estes sentem privações de alguma natureza, “superar estes problemas é uma parte fulcral da forma como se exerce o desenvolvimento” (2003, p. 13). Amartya Sen considera que a ação individual conjugada com o acesso às oportunidades sociais, políticas e económicas permitirão expandir uma liberdade “concebida como o fim prioritário e, ao mesmo tempo, como o meio principal do desenvolvimento” (2003, p. 14).

Este afastamento entre as concepções de Amartya Sen e as da maioria dos economistas dever-se-á ao contexto em que nasceu e viveu. As condições de vida a que assistiu e que lhe foram próximas teriam despertado inquietações relacionadas com a qualidade de vida nas suas diversas dimensões e com a forma como inferia no exercício da liberdade e, posteriormente, no desenvolvimento da sociedade.

Estes novos entendimentos do conceito de desenvolvimento que englobam as dimensões sociais e cívicas indicam que, apesar da solidez da visão economicista, amplamente reconhecida, novas configurações têm surgido como alternativas a este paradigma (principalmente nos círculos do debate académico e da produção científica).

Rui Canário propõe uma teoria do decrescimento antagónico ao “desenvolvimentismo”, encarado como um pensamento simplista, que coloca as sociedades como reféns do capital e cuja superação passará por libertar as pessoas da exploração e da alienação em que parecem viver, através da capacitação das mesmas pessoas.

Com o mesmo enfoque nos cidadãos, Amartya Sen aponta também uma alternativa, potencialmente mais justa e equilibrada do que o desenvolvimento capitalista, baseada na

liberdade e na igualdade de oportunidades, que fomentaria o bem estar e alimentaria a produção de riqueza. Neste sentido, apesar de não constituir a única condição de desenvolvimento, o crescimento económico é necessário, não como um fim, mas sim como um meio para atingir um conceito mais vasto de desenvolvimento.

Em torno da definição do conceito de desenvolvimento e das diferentes perspectivas abordadas ao longo do presente capítulo surgem reflexões que apontam quer para conclusões como para novas questões.

Estas teorias opõem-se à dominante, dilatando a significação da conceção vigente e mostrando que, para além da sua amplitude e pluridimensionalidade, este é ainda um conceito em construção, não consolidado (talvez por isso alvo de tanto interesse e debate).

Por outro lado, a análise de tais alternativas revela também que as mesmas originam dos problemas identificados pelos autores, questões que os preocupam e no seio dos quais encontramos as pessoas. Assim sendo, o enfoque nas pessoas é comum a estas alternativas, procurando-se com elas identificar os problemas que as afetam e colocando-as também no centro das soluções, na medida em que as teorias de desenvolvimento defendidas por estes autores se baseiam num aumento da autonomia e da capacidade de decisão e de participação democráticas, como formas de atuação e de transformação da sociedade de que fazem parte. O que impedirá estas soluções na prática?

O facto de representar um conceito dinâmico e em constante mutação, aliado à coexistência de várias conceções de desenvolvimento, permite considerar que se tais hipóteses forem perspectivadas numa lógica de complementaridade e que, ao não hostilizar a teoria dominante (apesar de algumas se apresentarem como símbolos de resistência ou de antagonismo), se usem dessa realidade para potenciar estratégias integradas de cariz participativo e comunitário, tal poderá alterar a realidade de muitas comunidades no contexto da globalização.

Apesar de reconhecidos os problemas e, em parte, reconhecidas também algumas medidas de combate a esses problemas, tal revela-se ainda insuficiente para os resolver. Em parte, a análise deste conceito multidimensional parece até descobrir mais dificuldades. Se há diferentes tipos de desenvolvimento, haverá mais trabalho a fazer, mais pessoas a mobilizar e mais estruturas a modificar.

Outro dos obstáculos a um desenvolvimento holístico e equilibrado, apontado também por Amartya Sen (2003), prender-se-á com a urgência do combate a problemas considerados prioritários, como a miséria, a fome, o analfabetismo e certas epidemias. Enquanto houver

matérias como estas e se mobilizarem os recursos na tentativa de resolver tais questões de fundo, vai sendo possível manter em “lume brando” a luta contra a precariedade do trabalho, a fraca qualidade da educação, o ineficaz acesso à saúde e à justiça, a delapidação dos recursos naturais, entre outros fatores.

Por outro lado, a tendência da globalização parece impor fórmulas universais que não respondem aos contextos específicos, através de macro planos que não interagem com os principais visados e que são de difícil exequibilidade. Tome-se como exemplo o combate ao aquecimento global que se opera a uma escala planetária e cuja ação se baseia na aplicação de medidas e de sanções ao nível continental. Para a maioria das pessoas não faz sentido encarar esta questão como um problema climático (algo que dificilmente se pode alterar). Assim, em vez de se instaurar o medo com as consequências de algo inalterável, porque não considerar soluções mais localizadas e graduais? Estas poderiam ser medidas fundadas na educação ambiental das populações relativamente ao seu meio, apontando soluções alternativas e endógenas (em vez de tais soluções serem decididas por líderes mundiais e aplicadas por coação). Uma mudança súbita de atitude relativamente ao ambiente dificilmente será conseguida a um nível mundial, nem mesmo com a utilização de teorias catastrofistas. Não representarão estas, por si mesmas, limites ao desenvolvimento integral das pessoas e das sociedades?

Será obrigatoriamente nesta tendência de globalização dominada pelo capitalismo que o movimento do desenvolvimento local vai procurar uma compatibilização entre a resolução dos problemas e das necessidades locais e a abertura ao mundo.

### 3 Sobre o desenvolvimento local e a educação de adultos

#### 3.1 Entre o global e o local: a relevância dos processos territorializados

Paradoxalmente, a emergência do local surgiu e acentuou-se socialmente a par da preponderância e intensificação do processo de globalização. A verificação de “uma crise de legitimidade das instâncias constituídas historicamente como centros” (Estado, sociedade e escola), permitiu por um lado uma nova “centralidade ao local”, mas por outro manteve o vínculo ao clássico “pensamento cêntrico” (Ferreira, 2003, p. 6), o que simultaneamente inibiu e promoveu o “local”.

Esta contradição explica-se por motivos históricos. Perante a crescente imposição da ocidentalização à escala planetária, algumas regiões viram-se “excluídas do processo central de crescimento”, incapazes de equiparar-se a “territórios mais capacitados e equipados para o fazer” (Melo, 2005, p. 99). Esta situação obrigou tais regiões a procurar uma alternativa a esta realidade, através de ações que poderão ser encaradas como constituindo uma certa resistência à tendência dominante. Essas expressões de sobrevivência e de luta tornaram-se mais significativas com o aprofundar das desigualdades entre regiões, o que levou ao seu reconhecimento institucional.

Importa assim procurar traçar a história do desenvolvimento local remontando aos seus inícios e caracterizando desta forma o conceito. Desde logo, se encararmos desenvolvimento sob uma perspetiva local, o primeiro termo parece perder o seu cariz negativo, passando a competitividade a significar solidariedade, a autonomia substitui a dependência, a globalização dá lugar à regionalização e a individualização à coletivização.

Para melhor compreender estas interações, retomemos o conceito de desenvolvimento local, surgido na senda da expressão “Desenvolvimento Comunitário” e que ganhou importância na década de 1970, época em que os modelos de desenvolvimento dominantes começaram a ser colocados em causa (tal como explicitado nos pontos anteriores), passando o local (encarado como um território com os seus recursos e características próprias) a ganhar relevo, em parte por se verificar nestas regiões um maior efeito das crises e, consequentemente, a identificação de mais problemas que encetariam processos de procura de soluções.

Neste seguimento Roque Amaro considera o desenvolvimento local como um subconjunto do conceito de desenvolvimento, caracterizando-o como:

“O processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas” (2009, p. 108).

Historicamente, em Portugal, as bases do desenvolvimento local surgem nos anos de 1960, através de iniciativas comunitárias em regiões rurais na tentativa de “responder à emigração crescente e à perda de actividades económicas que pudessem sustentar o presente e o futuro dessas zonas, na base da aposta na educação, reflexão e animação” (Albino, 2004, p. 11). Estes antecedentes do desenvolvimento local foram o embrião que na década de 1970 se manifestou em intervenções populares mais vocacionadas para a difusão dos direitos cívicos.

Ao longo dos anos, ainda no período pré 25 de abril, assistiu-se ao aumento de experiências de educação e animação sociocultural em áreas suburbanas densamente povoadas, com o principal objetivo de disseminar junto dos trabalhadores os seus direitos e deveres. Estas ações, de cariz não formal e quase sempre clandestinas durante o período ditatorial, pretendiam consciencializar os cidadãos e implicá-los em iniciativas de desenvolvimento comunitário que desenvolvessem a sua autonomia. Após a revolução de 1975 revelaram-se e reclamaram a sua posição, através de projetos de defesa e de luta por melhores condições de vida nos âmbitos do emprego, da habitação, da educação e da cultura, “numa perspectiva de despertar as pessoas, os cidadãos, e as comunidades para as suas necessidades, direitos, obrigações e capacidades próprias, numa lógica de emancipação social, económica e política.” (Albino, 2004, p. 12).

Emergiram também nesta fase as Autarquias Locais Democráticas em que instituições da administração pública eleitas “recebiam e tentavam responder às reivindicações dos locais”, apesar dos diferentes níveis de “apelo à efectiva participação da comunidade” (Albino, 2004, p. 15). Neste período assistiu-se à participação efetiva e “motivada dos interessados na resolução das suas necessidades” (Albino, 2004, p. 12). Proliferaram então as cooperativas e coletividades de Norte a Sul do país, bem como nas Ilhas, que procuravam melhorias nas condições de vida e o acesso à educação, quer em áreas rurais, como nas periferias urbanas.

Surgiam cada vez mais ações de alfabetização inspiradas na metodologia “pragmática e participativa” de Paulo Freire<sup>3</sup>, resultantes de uma vontade por parte das populações em aceder à informação e ao conhecimento. Tais movimentos alimentavam três linhas orientadoras da conceptualização do desenvolvimento local, considerados por José Carlos Albino como essenciais: “1) a participação e emancipação social; 2) a incidência privilegiada no

---

<sup>3</sup> Princípios apresentados na obra *Pedagogia do Oprimido* (1968).

local da vivência; 3) a preocupação de contribuir para a melhoria geral das condições de vida das comunidades locais” (2004, p. 12).

Com o progressivo reconhecimento institucional do desenvolvimento local, houve várias experiências no sentido de o promover, como o desafio lançado em 1986 pela Comissão Europeia da formação e colocação no terreno de “Agentes de Desenvolvimento” (cidadãos que participassem em projetos de formação e depois fomentassem nos territórios dinâmicas de desenvolvimento local).

Ao longo da década de 1980 algumas medidas legislativas e programas relacionados com a criação de emprego (da responsabilidade do Instituto de Emprego e Formação Profissional), procuravam incentivar o papel de associações com impacto no desenvolvimento das regiões. Através do conjunto das ações referidas foi-se construindo uma visão mais nítida do desenvolvimento local.

A realização de encontros (com diferentes graus de formalidade) em vários pontos do país, dedicados à partilha de experiências relacionadas com projetos de animação sociocultural, de educação e formação e de desenvolvimento local ao longo das três décadas posteriores à revolução de 1974 foi construindo um campo de debate alargado que permitiria criar estratégias de apoio ao desenvolvimento local.

Também no contexto universitário português há exemplos do reconhecimento e interesse pelo movimento do desenvolvimento local desde a década de 1980, no encalço de “conceitos, projectos e programas através, nomeadamente, de várias instâncias Internacionais” (Albino, 2004, p. 18).

O conceito de desenvolvimento local teve legitimação científica a partir de fins dos anos de 1970. Relativamente à validação por parte do campo político-institucional, ocorreu aquando do programa da OCDE “Iniciativas locais de emprego” e pela referência em diversos documentos oficiais internacionais, já na década de 1990.

Contudo, nos anos de 1990, com a afirmação crescente da globalização e do capitalismo, apesar do reconhecimento político-institucional por organismos vários e patente em ações diversas, o local (como atrás definido por Roque Amaro) foi, por um lado, sendo apagado em prol do global, mas simultaneamente propagado através de iniciativas variadas, protagonizadas por agentes diversos, o que fez surgir a formulação de um novo conceito, o “glocal”. Este neologismo dá conta das interações entre o global e o local que, valorizando as culturas locais as integram nos movimentos e fenómenos globais da atualidade.



Neste seguimento, José Portela<sup>4</sup> apresenta a seguinte opinião:

“Sem dúvida, amiúde é fora que está a solução para o que é de dentro; é acima que se acha o problema que é definido como sendo de baixo (...) importa, pois, ver longe e reparar perto. É mister pensar no global e agir no local” (in Albino, 2004, p. 22).

Entre 1991 e 1993, a iniciativa comunitária LEADER (Ligação entre Ações de Desenvolvimento de Economia Rural), trouxe uma série de inovações neste campo, nomeadamente a possibilidade de intervenção da sociedade civil na elaboração de projetos. Acarretou igualmente a participação ativa de diversas associações e autarquias nos exercícios de “conceber, planear, dirigir e avaliar um conjunto de iniciativas e incentivos que fizessem sentido num determinado território, sem esquecer os recursos humanos com qualificação técnica que foi possível destacar para intervir no terreno” (Albino, 2004, p. 19), o que resultou numa explosão de associações de desenvolvimento local.

O exemplo da ANIMAR é extremamente representativo e simbólico, na medida em que desde a fundação procurou constituir uma rede (de organizações e de pessoas) com o objetivo de promover o desenvolvimento local, instituindo em 1994 o evento “MANIFESTA - Assembleia e Feira do Desenvolvimento Local”. De acordo com José Carlos Albino, terá sido esta iniciativa “o ponto de partida para que o D.L. [Desenvolvimento Local] viesse a ser um movimento” (2004, p. 29).

Em novembro de 1995, numa conferência europeia dedicada a “Desenvolvimento Local e Coesão Social” debateu-se sobre os temas da “Cidadania Activa, a Coesão Social Intra e Inter-regional, a perseverança e valorização do ambiente e das identidades culturais e, por último, a construção de uma alternativa civilizacional” (Albino, 2004, p. 32). A realização deste encontro reflete um gradual reconhecimento do conceito e, simultaneamente, o alargamento das suas significações.

José Carlos Albino traça um percurso de desenvolvimento local feito de “pessoas e organizações pioneiras (...) capazes de existir e persistir numa intervenção com caminhos muito pedregosos” (2004, p. 20), pelo débil e tardio reconhecimento, quer do conceito de desenvolvimento local, quer das suas práticas.

Considerando este percurso histórico, Roque Amaro procura sintetizar o conceito de desenvolvimento local como um processo caracterizado pela mudança que visa a “melhoria do bem-estar e das condições de vida da população (...) centrado numa comunidade territorial de

---

<sup>4</sup> Sócio fundador da ANIMAR (Associação para o Desenvolvimento Local em Meio Rural), criada em 1993.

pequena dimensão” (2009, p. 111). Este grupo partilhará uma identidade e pretende autonomizar-se, bem como satisfazer as necessidades pela mobilização das suas capacidades. De acordo com este autor, o protagonismo da comunidade nesse processo “implica a adoção de metodologias participativas e de *empowerment* da comunidade local (...) numa perspetiva integrada na abordagem dos problemas e das respostas (...) de trabalho em parceria, ou seja, de articulação dos vários atores”(2009, p. 111).

Algumas das ameaças que têm assolado os territórios mais frágeis, entre as quais a pobreza, a exclusão social, a delapidação de recursos naturais e a massificação cultural, foram determinadas pela supremacia de interesses financeiros que se sobrepõem às necessidades das populações nesses territórios. O desenvolvimento local tem procurado responder aos problemas destes cidadãos de forma adaptada às suas regiões e identidades, por intermédio de processos integrados que encarem as pessoas como o ponto fulcral da sociedade, nomeadamente das instituições sociais e económicas. Depara-se porém com inúmeros desafios, entre os quais se destaca o fenómeno da globalização.

Ao perspectivarmos o local como fenómeno oposto ao de global, compreendemos que tal será uma leitura demasiado simplista, na medida em que estas manifestações não se apresentam como lineares e unívocas. De facto, o local estará na origem do global, influenciando-o e sofrendo a sua influência, de formas diversas e distintas.

A este respeito, Boaventura Sousa Santos propõe duas hierarquias no que apelida de “Sistema Mundial em Transição”, a primeira “entre centro, semiperiferia e periferia” e a segunda “entre o global e o local” (2001, p. 67), considerando este autor que os últimos critérios dominam atualmente a análise dos processos de globalização e respetivas hierarquias. Este autor define a produção de globalização como “o conjunto de trocas desiguais pelo qual um determinado artefacto, condição, entidade ou identidade local estende a sua influência para além das fronteiras nacionais e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outro artefacto, condição, entidade ou identidade rival” (2001, p. 69). O autor acrescenta que toda a globalização tem na sua origem um “determinado localismo”, pelo que a localização está implicada na globalização “enquanto posição dominada e, portanto, hierarquicamente inferior” (2001, p. 69).

Este jogo de forças global/ local, dominado pelo primeiro, manifesta-se através de exemplos tão variados como a globalização de certas indústrias (o *fastfood* ao nível alimentar, o *hollywoodesco* ao nível cinematográfico), remetendo expressões típicas de determinadas regiões (gastronómicas, artísticas e outras) para meros “particularismos” ou fenómenos alternativos. Este conflito revela o carácter predominantemente exclusivo da globalização em

que “o local, quando incluído, é-o de modo subordinado, segundo a lógica do global” (Boaventura Sousa Santos, 2001, p. 70). Neste seguimento, o autor sugere uma categorização dos modos de produção da globalização: “o localismo globalizado”, em que se verifica uma difusão globalmente aceite de um recurso local, num “processo pelo qual determinado fenómeno no local é globalizado com sucesso”; e “o globalismo localizado”, em que o local é alterado de acordo com as pressões exercidas “pelos práticas e imperativos transnacionais” (2001, p. 71). Exemplos desta forma de globalização são muito comuns nos dias de hoje como a “destruição maciça dos recursos naturais para pagamento da dívida externa”, o “*dumping* ecológico” (2001, p. 72), entre outros.

A interação destas duas tipologias de produção de globalização parecem reforçar-se mutuamente, na medida em que seguem o paradigma: “os países centrais especializam-se em localismos globalizados, enquanto aos países periféricos cabe tão só a escolha de globalismos localizados” (Boaventura Sousa Santos, 2001, p. 72). Numa certa oposição a estas duas formas de produção de globalização, Boaventura Sousa Santos apresenta outras duas: “o cosmopolitismo” e o “património comum da humanidade”. O primeiro caso engloba um movimento de resistência às trocas desiguais, à dependência e subalternidade favorecidos pelos primeiros modos descritos. Através de redes de solidariedade e de cooperação, defende-se a ecologia e os direitos humanos, num movimento de contestação “em busca de valores culturais alternativos, não imperialistas, contra-hegemónicos” (Boaventura Sousa Santos, 2001, p. 73). Em segundo lugar, o autor refere o modo de produção de globalização que designa por “património comum da humanidade”, visando a defesa de bens e entidades “considerados essenciais para a sobrevivência digna da humanidade e cuja sustentabilidade só pode ser garantida à escala planetária (2001, p. 75). Incluem-se neste âmbito, principalmente, as lutas ambientais, pela sua importância e efeitos para com as “gerações presentes e futuras” (p. 76).

Considerando o curso e a construção destas dinâmicas de desenvolvimento local e a sua expansão ao longo dos anos e dos territórios, se as alternativas apresentadas promovem uma sociedade mais democrática e participada, porque assistimos a tamanho afastamento das pessoas em relação a uma cidadania ativa? Se o mero exercício de voto é renegado (o que é patente nos níveis crescentes de absentismo eleitoral), como se pode esperar algo tão complexo como a gestão coletiva da comunidade pela própria comunidade? Será que a descrença dos cidadãos no sistema político origina de um discurso reiterado e ininteligível de muitos representantes institucionais (quer nacionais, quer internacionais) acerca dos mercados financeiros, e de macroestruturas tão longínquas e incompreendidas pelas pessoas que deixa de fazer sentido e promove o seu afastamento, levando-as a recusar *a priori*

qualquer tipo de intervenção? Como ultrapassar este contexto de cisão entre as pessoas e as instituições que as regem? Esta questão poderá encontrar uma resposta na proximidade e na endogeneidade características dos processos de desenvolvimento local.

Outro facto a ponderar prende-se com a facilidade de acesso a ações cívicas proporcionada pela comunicação digital em rede (patente na constituição e atividade de movimentos de ativismo social, político e ambiental através das redes sociais ou no desenvolvimento de instrumentos digitais de participação como o “Lisboa Participa”, no âmbito do orçamento participativo da Câmara Municipal de Lisboa). Poder-se-ia utilizar esta realidade e apostar na mesma como uma ferramenta de integração cívica? Seria, em minha opinião, uma forma de “pensar local, agir global”, apesar de poder acarretar os perigos do imediatismo e dos contágios “virais”.

A este propósito, a revista Visão apresentou um artigo<sup>5</sup>, em que explorava o tema do ativismo digital dos nossos dias:

«“Temos sempre ideia de que, comparado com o que acontece em outros países, o nosso ativismo é mais modesto – mas, por exemplo, os protestos antiausteridade tiveram participações ao nível do PREC”, sustenta Inês Pereira, 38 anos, socióloga do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, que estudou esses movimentos recentes a garantir que veio tanta gente para a rua como no 1.º de Maio de 1974 – com a única diferença de, hoje, as pessoas serem convocadas com a ajuda das novas tecnologias e das redes sociais. “A história que estão a fazer é a nossa História. Sem uma causa concreta não há projetos comuns.”»

E, por outro lado, como defender e pôr em prática ações de desenvolvimento assentes no fortalecimento da identidade local numa era em que a globalização impõe uma massificação cultural desviada dos símbolos e laços de pertença? Para além desta dificuldade de engajamento das próprias populações, será que a efetiva revitalização das identidades locais se traduzirá depois numa força coletiva, representativa e autónoma?

---

<sup>5</sup> 1 de dezembro de 2016, p. 51.

### 3.2 Desenvolvimento local: o significado dos processos endógenos e participados

Desde 1970 que se assiste a um “renovado interesse” em torno do “local”, conceito que apesar de não constituir uma novidade, foi adquirindo a partir de então “uma crescente visibilidade social, política, científica e mediática” (Ferreira, 2003, p. 1), reinventando também a sua significação.

Definir hoje este conceito revela-se muito complexo, pois é um território onde se cruzam “os mundos cívico, doméstico, industrial, de mercado, de comunidade” (Ferreira, 2003, p. 3), numa pluralidade de atores e objetivos em constante transformação.

Após a análise das conceptualizações de desenvolvimento, importa aqui explorar o termo local, tarefa que se revela também de extremo interesse e complexidade.

Embora seja difícil delimitar o conceito de local, a sua definição aponta para uma determinada região em que um conjunto de cidadãos partilha características identitárias próprias (ao nível social e cultural), formando uma comunidade.

O desenvolvimento local surge como um processo de mudança com características próprias, de acordo com Roque Amaro “de base comunitária”, em que um grupo “é capaz de se mobilizar em dinâmicas de solidariedade activa para resolver problemas”, utilizando “capacidades endógenas”, uma “dinâmica de participação (...) e de partilha de perspectivas e recursos (...) com impacto tendencial em toda a comunidade (...) segundo uma grande diversidade de protagonistas, processos, caminhos e resultados.” (2004, p. 80).

Considerando esta multiplicidade e o percurso histórico atrás apresentado, o conceito alargou-se (bem como o debate em seu torno), evoluiu e manifestou-se em áreas distintas, tal como afirma Roque Amaro

“ (...) o conceito de desenvolvimento corresponde sobretudo a uma multiplicidade assinalável de iniciativas de base local, a partir dos quais, actores locais, de muitos tipos e numa grande variedade de situações, tentam encontrar respostas para os problemas colocados pelas crises económicas, tecnológicas, ambientais e políticas” (2009, p. 108).

O desenvolvimento local abre portas à construção de um futuro através da participação das pessoas unidas por características, interesses, desafios e objetivos comuns. Trata-se, segundo António Fragoso,

“ (...) da possibilidade das populações poderem expressar uma ideia de futuro num território visto de forma aberta e flexível, onde esteja ausente a noção do espaço como fronteira, concretizando

acções que possam ajudar à (re)construção desse futuro. Os seus objectivos mais óbvios seriam promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas, bem como aumentar os seus níveis de auto-confiança e organização” (2005a, p. 64).

Mediante as necessidades e problemas específicos de determinadas regiões e das pessoas que aí viviam, sem a devida atenção do governo (mais protetor do Mercado do que dos comuns cidadãos), tornava-se cada vez mais evidente que as soluções adequadas passariam pela mobilização dos recursos locais, numa procura de melhor qualidade de vida e na construção de um futuro sustentável. Nesta senda ganha expressão o termo desenvolvimento local, que adquire maior sentido quando associado à educação de adultos e quando organismos internacionais passam a defender uma “educação para o desenvolvimento (...) educação para a gestão dos recursos disponíveis (...) educação para a solidariedade” (Carmo, 2007, p. 77).

Tal como acontece com o conceito amplo e múltiplo de desenvolvimento, o desenvolvimento local encontra diversas definições, explicitadas por diferentes autores, sublinhando-se o seu carácter endógeno e o facto de constituir um processo de mudança assente na participação dos cidadãos envolvidos. António Frago define o desenvolvimento local através de um conjunto de características:

“ (...) teria um carácter endógeno e integrado; teria que se constituir como um processo colectivo e profundamente educativo; a mudança seria uma característica central sem a qual não poderíamos dizer que ocorreu desenvolvimento e seria fundamental a articulação com agentes, processos e entidades externas ao local” (2005a, p. 64).

A atribuição de um carácter educativo aos processos de desenvolvimento local é manifesta em vários autores, assumindo por vezes um cariz mais forte e de resistência. Alberto Melo (2005) referencia-o como

“ (...) a necessidade de resistir a determinados processos e tendências dominantes e excludentes” (p. 99).

“uma série de recursos, de meios que, a nível local, possam sustentar processos e originar projectos (...) processos de afirmação e de resistência nesses territórios sob ameaça, e não só em meio rural, pois vemos também processos importantes em periferias urbanas” (p. 105).

Este autor dá conta de duas portas de entrada para o desenvolvimento local, “uma pelo lado económico” e outra “pelo lado da cidadania” (2005, p. 99). Na primeira reconhece a importância da economia como ciência social que surge como um meio de gerir recursos ao serviço do homem e que se viu gradualmente substituída pela finança. Este conceito, de âmbito limitado a “meros instrumentos de contabilidade”, criou uma dinâmica de apreciação e classificação dos países e regiões com base num índice de desenvolvimento baseado em

transações comerciais e não na satisfação de necessidades humanas (como seria esperado do papel primário da ciência económica na sociedade). O predomínio da finança, apesar de diagnosticada e criticada por muitos cidadãos e organizações mantém-se porque “os grandes poderes financeiros dominam as nossas sociedades” (Melo, 2005, p. 101), o que se verifica de forma globalizada entre países (que configuram uma espécie de *ranking* organizado por agências financeiras), geridos de acordo com as suas posições nesta classificação. Na perspetiva deste autor, o desenvolvimento local procura constituir “um processo em que se tenta remeter a economia, digamos, para uma certa pureza inicial e tenta fugir destes constrangimentos de tipo financeiro” (2005, p. 102).

A segunda porta de entrada do desenvolvimento local, explicitada por Alberto Melo, faz-se pela cidadania, constituindo uma “escola de democracia” que deverá envolver “uma grande parte da população, e muitas vezes não são tanto os cidadãos individuais, mas são sobretudo as suas organizações” (2005, p. 102). Nos meios em que as populações se sentem excluídas do processo vigente de desenvolvimento, a promoção do debate, da análise das situações e da escolha coletiva de estratégias a aplicar iniciar-se-ia assim por meio da formação de “cidadãos cada vez mais informados, mais conscientes e, por ventura também mais activos” (Melo, 2005, p. 107).

O desenvolvimento local revela-se assim como um campo definido pelas práticas, agentes e contributos que se lhe associam. Se o próprio conceito de desenvolvimento se revela controverso e difícil de definir e de delimitar, o de desenvolvimento local não o é menos. Alberto Melo refere-se a este conceito (bem como ao de educação de adultos) como um “chapéu-de-chuva”, que alberga “uma série de actividades em que, por vezes, até é difícil encontrar muitas similaridades” (2005, p. 98).

Uma das características mais evidentes do local, de acordo com Fernando Ilídio Ferreira, é o facto de o conceito ser transversal e integrar um debate alargado (tanto na área política, como na científica e no domínio público), verificando-se “a sua utilização pelos mais diversos actores sociais e a sua não circunscrição a um país ou sector específico” (2003, p. 2).

Da caracterização do conceito de desenvolvimento local apresentado destaca-se o seu carácter múltiplo e complexo, que se torna mais evidente quando se aprofunda a análise e surge a teia das redes sociais na qual se baseia. Por se tratar de uma “actividade humana” que envolve diferentes “agentes, grupos, entidades e instituições” (Fragoso, 2005a, p. 73), é inevitável o desenvolvimento de uma rede de relações múltiplas. De acordo com António Fragoso, há vantagens claras em encarar as iniciativas de desenvolvimento local pela perspetiva das redes sociais, na medida em que se revelará mais útil e completa, por dar conta de um universo de

relações, canais, fluxos, bens e constrangimentos, permitindo a compreensão de padrões de relações entre agentes e o diagnóstico de falhas em iniciativas desta natureza.

À forma linear e crescente de desenvolvimento financeiro inicialmente exposta, juntam-se agora novos paradigmas, numa lógica de contra-desenvolvimento que defendem um desaceleramento da produção e do consumo em busca de uma melhor qualidade de vida para o maior número de pessoas. Nestas concepções o local assume-se como central, um espaço privilegiado de solidariedade e de partilha. Assiste-se assim a uma tendência de inversão da mundialização. Mais do que um contexto de tradição e cultura, o local surge como espaço de inovação e formação, de resistência a tendências hegemónicas e de busca de novos (velhos) valores, em detrimento de uma visão unívoca do mundo (que não responde às necessidades e desejos da maioria).

O exemplo da proliferação e divulgação das iniciativas políticas de Orçamento Participativo são uma das expressões desta realidade, que torna acessível aos cidadãos uma forma prática de participação cívica. As experiências em torno do Orçamento Participativo podem também ser perspectivadas como ações de educação não formal, por serem processos de aprendizagem coletiva em que “experiências associativas são combinadas com programas públicos”, numa “combinação de formas de exercício da democracia direta com formas da democracia representativa, gerando estruturas coletivas novas”, constituindo “um longo processo de aprendizado” (Gohn, 1998, p. 521).

A complexidade e a multiplicidade do desenvolvimento local torna possível associar, por exemplo, um museu a um espaço de desenvolvimento local, correspondendo a este campo atores tão diversos como as iniciativas existentes, o que se torna fácil de justificar se considerarmos que neste processo não há formulas a aplicar.

Os projetos de desenvolvimento local (independentemente da sua configuração) fazem sentido se forem pensados e construídos de forma contextualizada, respondendo às necessidades daqueles que as experienciam (afinal quem mais do que esses quereriam resolvê-las?), envolvendo as pessoas no processo de decisão e ação, configurando projetos enquadrados de participação e de democracia. A pluralidade de espaços, agentes e ações (bem patente na diversidade de participantes e de temas explorados pelos autores), parece tornar a reflexão aqui apresentada imediatamente rica, pela própria natureza do conteúdo e, consequentemente, pela discussão proporcionada.

Pelo acima exposto compreende-se que o local tem ganho maior relevo e tem sido alvo de crescente interesse, em parte devido às transformações sociais potenciadas pela globalização,



pela crise de legitimidade do Estado e pelo agravamento ou maior visibilidade de problemas sociais como a pobreza, o desemprego e a exclusão. Por estes motivos, os atores locais são incentivados a procurar e criar soluções adequadas aos seus contextos, que respondam às necessidades que o Estado não consegue suprir, tornando-se um regulador que, através de políticas públicas de descentralização e de outras estratégias de ação estatal promovem junto do local conceitos como a autonomia, a participação, a criação de parcerias e fomentam o trabalho em rede.

Em certa medida, o Estado assume uma posição de controlador, passando a responsabilidade da gestão das atividades (e dos recursos) para as instituições locais, que frequentemente recebem o pelouro do garante do bem estar pessoal e social. Tal como referido por Fernando Ilídio Ferreira, “estas novas políticas têm em comum o facto de remeterem a acção social para a esfera local, configurando o que tem sido designado como um fenómeno de territorialização das políticas sociais” (2003, p. 40).

No entanto, esta cedência de poder por parte do Estado ao local nem sempre é linear ou inocente. Por vezes esconde a difusão de políticas neoliberais e, através da regulação, retiram poder de decisão e de ação às entidades locais, em detrimento do próprio Estado ou do mercado. Ainda assim, é indiscutível a conquista de espaço e de visibilidade por parte do local, que emerge num contexto em que o centralismo do Estado se apaga (e com ele também a instituição escola).

Mas apesar de reconhecido e validado, o desenvolvimento local vê-se afetado por contingências diversas que limitam o seu poder de ação. Um dos desafios que se coloca ao desenvolvimento local prende-se com a dicotomia tradição/ modernização. António Fragoso refere-se a uma natural resistência à mudança, considerando que presentemente esta será apenas “uma espécie de um *ghetto* puramente defensivo; vemos mais a proeminência das tendências globalizantes no local que outra coisa.” (Fragoso, 2005a, p. 69). Uma vez mais a moldura cultural será um elo de ligação entre o tradicional e o moderno, importando desconstruir a “noção antiquada de tradição” e mobilizar os “elementos culturais das populações para a partir deles saber como inovar em todos os sentidos” (Fragoso, 2005a, p. 70).

A questão que se coloca de seguida conduz-nos à independência ou autonomia do desenvolvimento local relativamente às pressões externas. Nesta tentativa de criar ligações entre a tradição e a modernização corre-se o risco de “ir a reboque de macro-acontecimentos que pouca autonomia nos deixa” (Fragoso, 2005a, p. 72).

Outra dificuldade que se coloca ao desenvolvimento local, mencionada por António Fragoso prende-se com o facto de que as ações/ os processos de desenvolvimento local (por se aplicarem a contextos culturais mutáveis e complexos, num mundo de alterações gradualmente mais céleres e intensas), exigirem uma reavaliação e adaptação constantes, num efeito de “«Recomeçar Contínuo» que obriga os agentes de desenvolvimento a um esforço de reinvenção das soluções aplicadas, como se fosse preciso constantemente recomeçar do ponto zero.” (2005a, p. 71). Esta característica colocaria em causa a própria sustentabilidade deste campo, se não constituísse uma dificuldade que pode ser presentemente aplicada a quase todas as áreas da ação humana.

Por outro lado, Roque Amaro aponta como dificuldade ao desenvolvimento local o contexto capitalista globalizado, onde importa a consolidação de um “espaço de cidadania” fundado numa “Democracia Participativa de base local, que leve os cidadãos a reivindicar ter sempre *Vez e Voz* na sociedade actual, sobretudo face à globalização descaracterizadora e ao neo-liberalismo que só nos deixa o mercado (para os que têm poder de compra) como palco de participação... competitiva” (Amaro, 2004, p. 81).

Um dos principais desafios para o desenvolvimento local coloca-se precisamente na implementação e reforço permanente de uma lógica de consumo excessivo, de competitividade e de superficialidade que vivemos nos dias correntes. Enquanto aos governantes interessar manter a maior parte dos cidadãos alienados da visão geral e integral do mundo e das sociedades, não se apostará em ações de educação e de animação sociocultural que os catapulte para a prática de uma cidadania ativa e participada, que persiga ideais de igualdade e de justiça entre todos. Sabendo que “os territórios hoje economicamente mais prósperos e mais bem sucedidos eram aqueles que há vinte anos atrás tinham realmente vivido actividades de animação cultural muito intensas” (Melo, 2005, p. 111), é curioso questionarmo-nos sobre o porquê de não se reproduzirem e multiplicarem estas iniciativas. Neste seguimento, também a fraca e ineficaz aposta e disponibilização de recursos por parte dos governantes aos projetos de desenvolvimento local constitui um entrave à sua propagação. O cenário com que maioritariamente nos deparamos é assim apresentado por Alcides Monteiro:

“(...) outras iniciativas ligadas ao designado Terceiro Sector, estão confinadas a uma gestão sem iniciativa, em crise interna e obrigadas a aceitar as regras impostas pelo poder público. Num quadro de regulação dominado pelos poderes do Mercado e do Estado” (2014, p. 10).

Esta análise coloca-nos diferentes perguntas: estarão as ações de desenvolvimento local condenadas ao fracasso pela submissão imposta a políticas de âmbito nacional (e até

internacional)? Quais as melhores estratégias de aplicação e manutenção destas experiências? Exigiriam maior articulação entre si, o estabelecimento de redes e parcerias mais fortes? Como garantir a sustentabilidade e a desejável independência relativamente a financiamentos externos?

Para além das dificuldades colocadas ao desenvolvimento local, não poderia deixar de apresentar as esperanças que neste campo são depositadas. Aliás, o debate que envolve estas questões parece hoje mais aceso do que nunca. A generalização da discussão em torno deste tema e a diversidade que o mesmo abrange revelam-se como pontos favoráveis. Alcides Monteiro aponta a multiplicidade e amplitude de iniciativas de desenvolvimento local como “uma das suas maiores forças”, o que permite contrariar a “uniformização que limita, a hegemonia que constrange.” (Monteiro, 2004, p. 312). As possibilidades são tão diversas que englobariam as mais variadas formas de aprendizagem, de participação, de atuação. A consciencialização de que a lógica dominante não é a melhor ou a mais vantajosa para a maioria torna-se cada vez mais clara e vão surgindo alternativas de resistência, não só locais mas também globais.

A evolução tecnológica e a sociedade da comunicação em que vivemos permitem hoje acesso facilitado à informação, bem como uma maior ligação e partilha de bens e saberes entre pessoas e territórios, que proporcionam a inclusão dos mesmos em projetos nacionais e internacionais (caso se trabalhe nesse sentido). As associações e redes de partilha poderão ser hoje perspetivadas sob um prisma muito alargado, tal como as possibilidades de formação à distância. Reconhecendo-se o papel fundamental da educação nestes processos de desenvolvimento local, como utilizar estas ferramentas e as suas possibilidades a seu favor? Que contornos assumirão as ações educativas no desenvolvimento local em contexto globalizado?

### 3.3 A educação de adultos no desenvolvimento local: as modalidades de educação não formal e informal

O desenvolvimento deste enquadramento teórico permitirá estabelecer uma relação gradualmente mais evidente entre os campos do desenvolvimento local e da educação de adultos. O facto de ambos os conceitos se caracterizarem pela multiplicidade de perspectivas (algumas das quais representam processos de resistência aos paradigmas dominantes) e pela heterogeneidade de práticas, bem como por uma transformação contínua, partilhando vários elementos, leva a compreender esta relação indissociável. A noção de que a libertação das exigências e dependências mencionadas aquando da análise do conceito vigente de desenvolvimento seria facilitada pela construção de conhecimento (e pela configuração de uma maior consciência cívica, social e política) é apresentada por vários autores. Neste seguimento parece também haver em comum uma recusa do papel preeminente e redutor da escola, encarada por diversos autores como uma instituição educativa centralizadora e exclusiva (especialmente dedicada às crianças e jovens), sobre a qual o desenvolvimento local e a educação de adultos terão uma influência promotora de mudança, exigindo-se uma maior aposta no potencial educativo destes campos.

Como sustenta José Carlos Albino, “a escola dominante é centralizadora, burocratizada, criadora de exclusão social (...) Esta situação terá de ser alterada radicalmente: a Escola e a Educação de Adultos têm um papel essencial a desempenhar no espírito empreendedor e na formação para a cidadania activa e solidária” (2004, p. 34).

Tal como o desenvolvimento local, e para além da escola, a educação de adultos acarreta esta perspectiva de educação emancipatória que visa promover junto das comunidades a superação de condições que lhes são impostas como a alienação, a exploração, a inação. A constituição de círculos de cultura (conceito integrador do pensamento de Paulo Freire) junto das pessoas e grupos que num determinado território sentem exclusão ou perda de condições de vida é abordada por Alberto Melo que refere:

“ (...) é fundamental que a população interessada, afectada por estas situações, possa compreender cada vez mais esta abordagem, possa, de certo modo, participar na análise das situações, até em escolhas de estratégias, (...) é fundamental interessar e integrar cada vez mais as populações do território nestes debates. (...) formarmos cidadãos cada vez mais informados, mais conscientes e, por ventura também, mais activos. (...) o Desenvolvimento Local tem sido e continua a ser, e eu creio que será cada vez mais, uma escola de democracia.” (2005, p. 107)

Na articulação entre desenvolvimento local e educação de adultos, as influências e contributos de um e de outro campo são encaradas de diferentes formas por diferentes autores. Rui Canário assume o desenvolvimento local como um processo educativo inserido no vasto e complexo campo da educação de adultos. O mesmo autor afirma que

“Os processos de desenvolvimento local perspectivam-se como processos educativos, globalizados a nível local, capazes de colocar o enfoque nos processos de aprendizagem, valorizando os conhecimentos experienciais, a interação colectiva na resolução de problemas locais. É este o ponto de partida para instituir dinâmicas locais, simultaneamente educativas e de desenvolvimento” (Canário, 2013, p. 64).

Por outro lado, Alberto Melo assume a educação de adultos como um processo decorrente do desenvolvimento local:

“Quando se faz, com efeito, a História da Educação de Adultos, não sobressaem já (como nos demais sectores do sistema de ensino) as reformas atribuídas a este pensador ou àquele ministro, mas sobretudo as acções desenvolvidas por uma comunidade local, por um sindicato ou outro movimento social” (Alberto Melo, 2012, p. 104).

Rui Canário inscreve assim o conceito de desenvolvimento local no subconjunto de práticas educativas no campo da educação de adultos, promotor da implicação e participação dos membros de uma comunidade no seu próprio processo de desenvolvimento, em articulação com o desenvolvimento de um processo educativo. As características de complexidade e multiplicidade já mencionadas levam este autor a observar que “os processos de desenvolvimento local participativo se instituem como momentos de síntese dos diferentes pólos que definem a educação de adultos (animação, alfabetização, formação profissional” (2013, p. 15). Neste seguimento, a “educação entendida como um factor estratégico de desenvolvimento e de progresso” (2013, p. 59), tem sido naturalmente associada ao conceito de desenvolvimento local, assumindo diferentes formas e tipologias.

Mediante o exposto, o principal tónico da articulação da educação de adultos com o desenvolvimento local coloca-se na promoção e reforço da consciencialização da população em termos políticos e sociais, através de processos integrados e participados, tal como apresentado por Alberto Melo:

“Somente determinadas estruturas (as que se baseiam na participação ativa dos adultos na gestão da sua aprendizagem), apenas determinados métodos (os que coloquem os participantes como “sujeitos” da sua aprendizagem), somente determinados conteúdos (os que facilitem a apropriação intelectual e social, por parte do adulto, de si mesmo, do seu mundo físico e do seu meio social) poderão agora caber dentro do domínio da educação de adultos” (2012, p. 106).

Em suma, estes autores defendem que o desenvolvimento local procura responder a necessidades e problemas de uma comunidade no sentido de as minimizar e/ou resolver pela mobilização dos recursos endógenos de uma forma sustentável e gradualmente autónoma, gerando-se assim uma intervenção comunitária que pretende ser uma melhoria, uma evolução, se não para todos, pelo menos para a maioria dos seus membros. Esta transformação opera-se através do potencial educativo inscrito no conceito de desenvolvimento local. Neste seguimento afirmam que o desenvolvimento local procura um verdadeiro e íntegro progresso (em oposição ao conceito de desenvolvimento estritamente financeiro), promovido por atores diversos (animadores socioculturais, educadores, dirigentes associativos), que são agentes mediadores entre os elementos das comunidades, as instituições e as autoridades que as regem, procurando um certo equilíbrio, bem como a autonomia crescente dos mais frágeis e desprotegidos. Uma das formas de garantir esta independência faz-se através da educação, que permite consciencializar acerca da realidade e estimular o envolvimento e a participação das pessoas no seu processo de desenvolvimento pessoal e local, para além de alimentar a autoestima e libertar as comunidades do grau de dependência mencionado no capítulo anterior.

António Fragoso reforça também a dimensão educativa do desenvolvimento local, remetendo para a ideia de que, pelas suas especificidades, o local será um espaço privilegiado de aprendizagem e de mudança, que se vislumbra (e deseja) consciencializador, libertador e capacitante, configurando um “movimento participativo e de acção”, “um processo educativo” (2005a, p. 65), que através da cooperação e da partilha de conhecimentos, possibilitaria o surgimento de novos pontos de vista.

O desenvolvimento local pretende levar um conjunto de agentes internos com características comuns a refletir acerca das suas fraquezas e potenciais, capacitando-os para o desenho e consequente *mise en scène* de soluções integradas. Neste sentido, o seu cariz educativo e transformador baseia-se na força e na multiplicidade do grupo (em que se partilha culturas, anseios, objetivos), permitindo uma maior capacidade de análise do contexto e das situações em que este se integra, em primeiro lugar pela compreensão de tais fenómenos bem como pelo interesse genuíno em encontrar as devidas respostas e soluções.

Contudo, um dos primeiros desafios que se coloca neste cenário será convencer as populações de que o saber científico e generalizado não é único e indiscutível, e que parte dos seus saberes “populares” serão úteis e válidos. Muitas das vezes será em primeiro lugar necessário levar as pessoas a acreditar no seu potencial, aumentando a autoestima dos grupos e conduzindo-os por uma necessária desconstrução de saberes, tarefa da responsabilidade dos

agentes externos do desenvolvimento local. Na ilustração desta ideia, Alberto Melo refere-se a uma insatisfação que se verifica nas populações, por onde se deve iniciar um processo de desenvolvimento local “para enfrentar esta questão da descrença, há todo um aspecto do trabalho local virado a este ganho de confiança, de autoestima e que passa, fundamentalmente, por projectos e pelos pequenos/ grandes sucessos que vão obtendo” (2005, p. 111). Estes elementos externos, normalmente compondo equipas técnicas, deverão aplicar “metodologias e técnicas” promotoras de “uma participação não-paternalista” (Fragoso, 2005a, p. 66), de forma a gerar estruturas e condições para que os participantes se constituam no futuro como atores autónomos de desenvolvimento local.

António Fragoso compreende que as iniciativas de desenvolvimento local devem dotar as pessoas das capacidades de análise, decisão e ação, integrando-as num processo contínuo, educativo e culturalmente integrado, “num esquema global de intervenção” (2005a, p. 67), o que lhe conferiria mais sentido e potencialidade. Sabendo que “as pessoas aprendem com mais facilidade se partirem do seu próprio universo cultural” (Fragoso, 2005a, p. 68), para além deste ponto de partida instigador da motivação e confiança das populações que integram tais processos, as vantagens de envolver os seus agentes internos de forma efetiva e ativa são inúmeras.

As mais valias associadas ao campo do desenvolvimento local são encaradas por diferentes autores como profundas mas apenas visíveis a longo prazo. António Fragoso acredita que os territórios que passaram por processos de animação sociocultural mais intensos acabam por se revelar mais aptos para pôr em prática atitudes de análise e de ação/transformação,

“ (...) os territórios que foram objecto de intervenções intensivas acabam, na nossa opinião, por ir criando uma massa crítica de pessoas conscientizadas que vão contribuindo para a criação de determinadas culturas que incluem o esforço de acção em relação a dimensões de desenvolvimento” (Fragoso, 2005a, p. 71).

No mesmo sentido, Alberto Melo destaca que

“ (...) os territórios hoje economicamente mais prósperos e mais bem sucedidos eram aqueles que há vinte anos atrás tinham realmente vivido actividades de animação cultural muito intensas. E portanto, há um elo de ligação muito importante entre desenvolvimento e estas actividades de animação, de sensibilização” (Melo, 2005, p. 111).

Esta análise permite concluir que os processos de desenvolvimento local se baseiam em processos de educação e que tais processos se articulam e reforçam mutuamente, sendo indissociáveis.

O facto de a escola, ainda hoje, se revelar uma instituição muito fechada, dificulta a desejável integração de diferentes práticas bem como a adoção de uma comunicação multilátera com a comunidade. Reconhecida esta circunstância (tão criticada) e considerando o carácter inerentemente educativo das práticas de desenvolvimento local, porque não apostar num nexo dialogal entre a cultura escolar e as culturas locais? O estreitamento da ligação entre a escola e a comunidade em que se insere é tão defendida nos projetos educativos, porque não se torna uma prática comum? Talvez desta forma se caminhasse no sentido de um “pensar global, agir local”.

Verifica-se frequentemente que esta articulação tão natural e lógica entre os campos da educação de adultos e do desenvolvimento local permanece frequentemente nos domínios da teoria e das intenções, porque muitas das iniciativas de desenvolvimento local promovidas são mais de desenvolvimento no sentido de produção de riqueza do que de resposta às verdadeiras necessidades das comunidades, o que leva a explorar tenuamente o potencial educativo de tais iniciativas (constituindo também vulgarmente uma desculpa para acesso a financiamentos).

Ainda assim a maior parte dos processos de desenvolvimento local que se manifestam em práticas educativas acontecem fora da escola, em palcos diversos, com diferentes objetivos e níveis de formalidade. A maioria das atividades desenvolvem-se nas modalidades educativas não formais e informais. Como se organizam estas ações? Quais as suas características?

Rui Canário (2006), referindo-se a projetos educativos ocorridos em contextos rurais, apresentou como características próprias destas práticas os seguintes traços:

“modos de trabalho pedagógico orientados para o ‘fazer’, para a descoberta e para a materialização dos saberes em produtos comunicáveis; a mobilização para a ação educativa de diversos agentes comunitários, promovendo um envolvimento entre diferentes gerações; uma pedagogia baseada em permanentes intercâmbios, redes e no valor da participação; a recriação e reconfiguração dos espaços e dos tempos educativos que ultrapassam os tradicionais limites do mundo escolar” (p. 192).

Remonta à década de 1950 a referência às modalidades não formais e informais da educação. Contudo, apesar da visibilidade crescente, os processos educativos não formais procuram hoje uma certa validação e a conquista de um espaço próprio, numa sociedade em que ainda impera a “visão escolarizada da educação” (Bruno, 2014, p. 12).

Enquanto a forma escolar ocupou uma posição de destaque, consolidando-se como o contexto privilegiado da aprendizagem, reconhecido social e institucionalmente, novas formas de



aprender foram surgindo. A sua legitimidade foi sendo conquistada através da informalidade das práticas na sociedade civil, mas também pelas instituições formais, que através de programas e declarações foram definindo estas modalidades e, desta forma, reconhecendo as suas potencialidades.

Porém, a delimitação e distinção destes conceitos revela-se ainda hoje um processo controverso, justificando traçar um percurso histórico e caracterizar as suas diferentes formas.

Rui Canário defende que aprender é um processo natural que sempre fez parte do Homem. A escola, criação recente na História da Humanidade, formalizou o processo de ensino-aprendizagem, concebendo o modelo escolar de educação, que tem como principais características o formalismo, a intencionalidade, o institucionalismo, a assimetria de papéis e a ubiquidade da avaliação e que se distingue das modalidades não formais e informais da educação.

Por outro lado, as ações educativas informais confundem-se com os próprios processos de socialização em que ocorrem. Nem sempre são intencionais e muitas vezes ocorrem inconscientemente. Caracterizam-se também por permitir a reciprocidade de saberes e de papéis entre educadores e educandos, afastando-se dos princípios hierárquicos do modelo escolar.

Perante a síntese destas modalidades educativas (desenvolvida no capítulo seguinte), definições que não se revelam “únicas e consensuais” (Bruno, 2014, p. 16), considerando a abrangência e multiplicidade de formas, torna-se claro que cingir o processo de aprendizagem ao contexto escolar seria limitar um conceito amplo e múltiplo. Contudo esta noção parece ainda ser contrariada pela sobrevalorização do setor escolar relativamente à vertente não formal, o que, de acordo com Rui Canário, “explica-se e compreende-se à luz do triunfo e da hegemonia do projecto de escolarização que marca a história contemporânea, desde os alvares da modernidade” (2003, p. 160).

Apesar de tal desvalorização (em detrimento do escolar) um reconhecimento crescente das práticas educativas não formais foi-se afirmando ao longo da segunda metade do século XX, fundamentalmente no seio da educação de adultos.

No período posterior à II Guerra Mundial, assistiu-se ao desenvolvimento da oferta educativa para adultos, o que, apesar da visão ainda redutora, fez emergir o movimento da educação permanente, que passou a considerar o universo educativo como um *continuum* de experiências em que interagiam processos formais, não formais e informais.

Desde então, a validação da vertente não formal da educação tem sido gradual, mas também inconstante, com maiores reflexos na investigação académica e em algumas práticas educativas promovidas pela sociedade civil.

Institucionalmente, o reconhecimento por parte de organismos internacionais como a UNESCO tem permitido dilatar “o campo da educação para outras dimensões para além do escolar”, “inovando os canais existentes, fazendo-se alianças e utilizando-se recursos de forma a universalizar o acesso à educação” (Gohn, 1998, p. 513).

Com o alargar do debate, da significação e da ação da educação de adultos, assiste-se a “uma reivindicação de autonomia e de, digamos, validação, reconhecimento de práticas de aprendizagem que se desenvolvem fora da escola, nos vários níveis da sociedade, nos vários quadrantes das sociedades” (Melo, 2005, p. 99).

Esta realidade permite hoje perspetivar a educação não formal de adultos sob diferentes formas, em múltiplos contextos e por atores diversos. A consciência de que muitas práticas educativas têm efetivamente lugar fora das organizações escolares, ocorrendo de modo continuado ao longo da vida, explica a emergência e consequente independência de uma educação de adultos. De acordo com Alberto Melo, este é

“ (...) um conceito que nasceu, que tem uma história, que tem uma certa tradição, mais longa nuns países, menos longa noutros países, de reivindicação por uma certa autonomia no tratamento, nos processos, nos métodos, nos agentes, nos objectivos relativamente àquela outra educação institucional” (2005, p. 98).

A reconstituição histórica deste campo mostra que o crescente reconhecimento e valorização da educação de adultos, nomeadamente no campo da educação não formal, se expressou principalmente através de trabalhos de investigação e em contextos de debate académico, nem sempre patenteado nas apostas políticas, mas em novos e revisitados espaços de educação, principalmente em organizações do terceiro setor.

Estes locais educativos (movimentos sociais, museus, associações) muitos promovidos pela sociedade civil, respondem por um lado à realidade de que “A escola e as políticas educativas formais a ela associadas têm sentido sérias dificuldades em acompanhar o ritmo de transformação dos perfis e identidades dos alunos a quem se dirigem” (Castanheira Pinto, 2008, p. 41). Esta circunstância permitiu uma maior amplitude e adaptação a diferentes perfis, conteúdos, espaços, grupos. De facto, as mudanças operadas pela globalização,

nomeadamente na vertente económica e na área laboral, impulsionaram “os processos de aprendizagem em grupos” (Gohn, 1998, p. 512).

Devido às transformações sociais, económicas e políticas que temos vindo a abordar, a escola de hoje não responde aos ideais de igualdade, de inclusão e de diferenciação. Por outro lado, a perda de hegemonia da instituição escolar possibilitou o aparecimento de alternativas educativas diversas fomentadas pelos conceitos vigentes de aprendizagem ao longo da vida. Tal como expresso por Castanheira Pinto:

“ (...) o entendimento de que o sistema de ensino formal em geral, e a escola em particular, não é, por si só, capaz de responder a todos os desafios educativos que se configuram nos diferentes contextos sociais, culturais e económicos da actualidade. A cooperação entre vários actores educativos e a articulação complementar entre a educação formal e não formal é pois imprescindível” (2008, p. 42).

De acordo com as ideias apresentadas, o modelo escolar (educação formal) não engloba todos os processos educativos que ocorrem ao longo da vida, na medida em que grande parte das aprendizagens ocorre fora deste contexto, sem a intenção de ensinar.

Rui Canário refere que o conjunto destes processos corresponde à educação não formal, em que a aprendizagem ocorre sem que haja necessariamente ensino, tendo lugar em contextos que “não obedecem aos requisitos do modelo escolar” (2006, p. 160). O mesmo autor encara a educação não formal de adultos como um campo de interação e de transformação social, que se caracteriza por ser heterogéneo e fértil em perspetivas e experiências de resistência ao pensamento dominante.

Maria Glória Gohn define a educação não formal igualmente como um processo que envolve quatro dimensões: “a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos”, “a capacitação para o trabalho”, a aprendizagem “com objectivos comunitários” com vista à resolução de problemas coletivos (1998, p. 512) e o ensino/ aprendizagem escolar em espaços exteriores e alternativos à escola. A autora refere ainda duas outras áreas de educação não formal que abrangem os *mass media* e a “arte de bem viver” (1998, p. 516), aportando a esta dimensão cursos e técnicas de meditação e relaxamento como “estratégias de resistência, caminhos de sabedoria” (p. 517), englobados no vasto universo da educação não formal.

A distinção entre o campo da educação não formal e da educação informal acarreta também algumas controvérsias. Gohn designa esta última como a “educação transmitida pelos pais na família, no convívio com amigos, clubes, teatros, leitura de jornais, livros, revistas”. Por outro lado, a intencionalidade e a estruturação da educação não formal diferenciam-na da informal,

que “decorre de processos espontâneos ou naturais” e, apesar do seu “caráter permanente” não envolve “ações e práticas coletivas organizadas em movimentos, organizações e associações sociais” (1998, p. 517).

As modalidades de educação aqui analisadas definem-se por elementos que se distinguem ou operam de formas diferentes, ocorrendo em contextos diferentes, com características e objetivos também diferentes. Gohn apresenta uma proposta de delimitação das modalidades educativas formais, não-formais e informais que se estrutura em torno de seis campos de atuação da ação educativa: “o educador (agente do processo de construção do saber”, “o local/ espaço/ território”, “o contexto/ situação”, “as finalidades”, “as características” e os “resultados esperados” (2006, p. 28-29).

Na modalidade formal temos como agentes de educação os professores ou outros profissionais de educação, num processo que normalmente ocorre em instituições escolares tuteladas por organismos estatais, mediante “ambientes e contextos” padronizados e onde se estruturam “objectivos relativos ao ensino-aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizados e normalizados por lei” (Bruno, 2014, p. 13).

Relativamente à educação não formal, o educador é aquele “com quem se interage”, o local onde estes processos acontecem é “fora da escola”, “em ambientes de acção construídos colectivamente e a participação, regra geral, é voluntária”, sublinhando-se (como atrás mencionado), “a intencionalidade da acção educativa, da participação, de aprender, de transmitir ou trocar saberes” (Bruno, 2014, p. 13). Esta finalidade corresponde principalmente à capacitação dos participantes para a sua cidadania, os objetivos são construídos ao longo do processo, de acordo com as suas características, não havendo lugar à estruturação por áreas disciplinares ou faixas etárias, contrariamente ao que acontece na educação formal.

No que se refere à educação informal, “o agente do processo de construção do saber situa-se nas redes familiares e pessoais, ou nos meios de comunicação” (Bruno, 2014, p. 14). Não havendo fronteiras vincadas, os processos ocorrem de forma espontânea e permanente, marcada pela “socialização dos indivíduos”, desenvolvendo “hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar segundo valores e crenças do grupo a que se pertence” (2014, p. 14). É principalmente a ausência de uma intencionalidade que marca esta modalidade e a distingue das duas primeiras.

Ainda relativamente à educação informal, o aparente consenso acerca da sua importância não impede a existência de diferentes perspetivas. O autor britânico Alan Rogers atribui um novo

estatuto à aprendizagem informal, movendo-a de uma posição periférica para um lugar central, na medida em que considera que toda a gente aprende informalmente, continuamente: “a aprendizagem acontece durante o nosso encontro com a experiência da vida (...) acontece o tempo inteiro onde quer que estejamos (...) Toda a gente está a aprender durante o curso da sua vida” (2014, p. 34).

A aprendizagem informal é reconhecida como a mais extensa, mas, por corresponder à parte submersa do *iceberg* (metáfora que representa a aprendizagem), ocorre abaixo do nível de consciência, o que faz com que nem sempre seja reconhecida, tornando-se, conseqüentemente, difícil de investigar. Tal como Alan Rogers afirma

“...o que não pode ser visto, não só é maior como mais influente do que o que pode ser visto, pois suporta e até determina o que pode ser visto acima da linha de água. Mas como tem lugar abaixo do nível de consciência, muita desta aprendizagem informal não é reconhecida como aprendizagem” (2014, p. 22).

Assim, até em contextos formais e não formais, a aprendizagem informal tem lugar, sendo esta a mais abrangente de todas as modalidades. Devido à dificuldade em delimitar este tipo de aprendizagens, Alan Rogers sugere que, sendo a aprendizagem um *continuum*, é composto por diferentes dimensões que se interligam e influenciam “as fronteiras entre elas são ténues e mudarão consoante o contexto” (2014, p.21).

A aprendizagem informal é assim, um processo natural e permanente, que decorre das experiências que vamos vivendo e tem lugar quase sempre de forma inconsciente “a aprendizagem informal, ao contrário da formal e não formal, que é esporádica, situada em locais e tempos específicos, é ubíqua, contínua e universal” (Roger, 2014, p. 35).

Esta modalidade educativa, por envolver um conjunto de influências inconscientes através da família e grupos de pertença, dos contextos profissionais e atividades de lazer, da religião e do desporto, está em tudo o que fazemos e opera num estado profundo e emocional, o que faz com que aquilo que se aprende na aprendizagem informal acabe por fazer parte da nossa identidade. O mesmo autor refere que “A componente emocional da aprendizagem informal, que pode ser muito inferior (apesar de não completamente ausente) da aprendizagem formal, leva a que esta aprendizagem informal seja frequentemente difícil de mudar” (Rogers, 2014, p. 38).

Alan Rogers ilustra o processo de aprendizagem informal através da aprendizagem de uma língua materna, explicando que também esta decorre de forma natural, num contexto social

real, por imitação e experiência, errando, através de um caminho único e individual, sem planificação ou objetivos traçados *a priori* e que acontece até ao fim da vida “processos de aprendizagem informal – absorção do nosso ambiente físico e sociocultural (aprender uma língua materna é um bom exemplo)” (2014, p. 43). Por outro lado, a aprendizagem de uma língua estrangeira, normalmente, acontece de forma mais estruturada, em contextos de aprendizagem formais.

Para além destas características, Alan Rogers atribui à aprendizagem informal um vasto leque de conhecimentos, capacidade e competências prévias (inconscientes, tácitas) que influenciam o desempenho nas outras modalidades de aprendizagem “trazemo-los para qualquer atividade de aprendizagem, intencional ou não intencional, e todos se alteram com os processos de aprendizagem” (2014, p. 55).

Assim, conclui-se que aquilo que se aprende formalmente é afetado pelo que é aprendido informalmente e vice-versa, devendo-se por isso valorizar todas as modalidades de aprendizagem e procurar tirar partido dos seus efeitos mútuos para enriquecer a aprendizagem no seu todo.

Perante esta caracterização e mediante a consciencialização da multiplicidade e abrangência das modalidades informais da educação e considerando também os discursos que defendem a tese de que a escola não responde a muitas das necessidades da sociedade atual, vive-se uma espécie de erosão da educação escolar. Esta última ideia parece contrariar as funções atribuídas à escola e o tempo (cada vez mais prolongado) que aí se passa, “marcado sobretudo pelas funções de complemento e (nalguns casos) de suplemento à educação escolar” (Palhares, 2009, p. 56).

De acordo com José Augusto Palhares, o não formal assoma pela “incapacidade da escola em cumprir as promessas da modernidade” (2009, p. 56), considerando que os anos 2000 têm proposto a “(re)descoberta da educação não-formal (e da educação informal), em grande medida pela sua colagem à retórica inerente ao paradigma da *aprendizagem ao longo da vida*” (2009, p. 59).

Se o triunfo do modelo escolar impôs uma separação entre os processos de aprendizagem e os processos de ação, as modalidades de educação não formal e informal de adultos (centrando-se na aprendizagem experiencial), colocaram o aprendente como sujeito da sua formação, fazendo convergir os momentos de aprender e de fazer.

Esta formação na ação remete-nos para um maior enfoque nas pessoas, colocando-as como sujeitos ativos do processo de aprendizagem, que se representa num movimento simultâneo entre o aprender e o aplicar o que se aprendeu. Desta forma, permite-se pensar sobre o que se aprendeu e sobre o que se fez, sobre as causas e consequências, e o que se poderá fazer para corrigir e evoluir. Esta nova visão da educação nasceu e construiu-se no seio da educação de adultos, manifestando-se principalmente nas modalidades informal e não formal, e relativizando a importância do modelo escolar.

Rui Canário (1996) aponta diferentes “pontos de entrada” para além da escola por onde se podem construir diferentes dispositivos educativos de base local nas modalidades não formais e informais, nomeadamente na área da saúde, do emprego, da literacia, alargando a visão tradicional limitada à escola.

Sendo a sociedade civil um espaço de aprendizagem privilegiado, diverso e múltiplo, tal justifica a referida valorização, tal como o crescente investimento e interesse investigativo no domínio que, apesar de muito debatido é ainda “tão inexplorado, sobretudo em Portugal” (Castanheira Pinto, 2008, p. 44).

Neste seguimento, até os organismos políticos internacionais têm vindo a reconhecer a necessidade de alargar o conceito de educação a outros campos e práticas, relembrando o percurso “Da educação à educação comunitária, da educação permanente à educação popular” (Castanheira Pinto, 2008, p. 42).

Considerando as ideias expostas ao longo deste capítulo, surge um conjunto de questões (a seguir enumeradas) a que se pretende dar resposta na fase de análise dos dados.

Encontrar-se-ão, nos elementos recolhidos em torno do objeto em estudo, características próprias dos campos descritos (desenvolvimento local e educação de adultos), nomeadamente a heterogeneidade de práticas e a multiplicidade de atores?

Fomentará a associação, através das atividades que desenvolve, um envolvimento intergeracional, uma pedagogia baseada em intercâmbios e redes e em processos orientados para a descoberta e para a ação?

Haverá indícios de uma libertação das exigências/ dependências do conceito vigente de desenvolvimento económico? Neste sentido, promoverá um progresso holístico, para além do desenvolvimento económico?

A associação Rota Histórica das Linhas de Torres permitirá a construção de conhecimento cívico, social e político nas comunidades em que atua? Para além disto, atuará no sentido de ajudar a superar condições indesejáveis (de exclusão, de pobreza, de alienação)?

Constituirá uma reconfiguração dos espaços educativos tradicionais? Qual a relação estabelecida com a escola? Estabelecerá um diálogo entre a cultura escolar e as culturas locais?

Reforçará esta associação o envolvimento das pessoas no processo de desenvolvimento do seu território? Esta participação será voluntária? Promoverá esta organização a mediação entre as comunidades e as autoridades locais?

Contribuirá para o fortalecimento/ crescimento do território em que se insere, bem como da sua comunidade pela partilha de culturas, tradições, objetivos? Aumentará a confiança da população, levando-as a valorizar o seu património? Promoverá o aspeto de pertença cultural, no sentido de potenciar a aprendizagem?

Relativamente à constituição da associação e à planificação das suas atividades, entrever-se-á um reconhecimento do potencial educativo do seu património? Estas planificações revelarão intencionalidades educativas? Haverá um reconhecimento da educação não formal e consequente validação desta modalidade por parte dos fundadores da associação?

Apresenta-se assim diversas questões a que se procura dar resposta nos capítulos de caracterização da associação Rota Histórica das Linhas de Torres e de análise dos dados recolhidos.



## 4 Apontamentos metodológicos

### 4.1 Questões de investigação

O estudo que aqui se apresenta sobre a associação Rota Histórica das Linhas de Torres tem por objetivo geral identificar e caracterizar as dimensões não formais e informais de educação e de desenvolvimento local que decorrem da existência e das práticas desta associação.

O principal objetivo da investigação era perceber se esta associação de municípios procura promover, quer na sua constituição, quer no seu planeamento, bem como nas ações que desenvolve e apoia, os campos da educação não formal e informal de adultos, bem como o desenvolvimento local, e de que formas o faz.

A minha opção por esta área de investigação deve-se, em primeiro lugar, ao interesse em conhecer e compreender as políticas e práticas associadas à educação de adultos num contexto local, um terreno que pode ser tão fértil nessa esfera. Este interesse deve-se, por um lado, ao facto de viver num território de características específicas (tão próximo e tão distante da grande metrópole, simultaneamente moderno e antigo, cosmopolita e rural) e que, apesar das inúmeras potencialidades, tem descurado este campo da educação de adultos.

Para além disso, por trabalhar (nesse mesmo território) numa entidade de ensino particular e cooperativo que disponibiliza ofertas formativas para adultos (com os quais já trabalhei como formadora e coordenadora, apesar de aí desenvolver a maior parte do meu trabalho com jovens) considero que, para a maior parte dos profissionais com quem trabalho, a área da formação de adultos é ainda uma arena desconhecida, pouco analisada e refletida.

Também durante a minha licenciatura e a pós-graduação no ramo de formação educacional, nunca fora devidamente apresentada a este campo, para o qual me sentia então pouco desperta. Anos depois, ao trabalhar com adultos achei que as práticas que faziam sentido com as crianças e jovens não se aplicavam àquele universo do qual eu pouco sabia, tal como grande parte dos meus colegas, sentindo por isso necessidade de o explorar de alguma forma. A oportunidade surgiu quando me apercebi que uma das minhas colegas tinha as mesmas questões do que eu em relação à formação de adultos, inscrevendo-nos ambas no Mestrado em Educação, Formação de Adultos.

Ao longo dos anos transactos tive a oportunidade de alargar o meu conhecimento sobre o conceito de educação de adultos, passei a integrá-lo em novos campos e associá-lo a práticas que até então ignorava. No meu percurso escolar e profissional anterior desenvolvera já o interesse por experiências pedagógicas consideradas alternativas, mas nunca me debruçara

realmente sobre o valor da educação não formal, que se me afigura crescente nos tempos e sociedades em que vivemos. Neste âmbito, fui construindo um maior reconhecimento das práticas não formais no campo da educação de adultos, em que a diversidade de iniciativas, de agentes e de áreas abrangidas, por si só, revelam riqueza e amplo interesse investigativo.

Ao longo do primeiro ano de mestrado, fui construindo uma noção mais clara e integral do campo da educação de adultos, compreendendo os âmbitos em que se inscrevia, sendo um destes o desenvolvimento local, pelo qual desenvolvi um maior interesse, em parte (tal como já referi) por residir numa localidade semi-rural em que (talvez romanticamente) vislumbrava algumas tentativas de ação no plano da educação de adultos (por encontrar hoje uma maior sensibilidade por parte do poder local no património histórico e cultural), mas principalmente porque acreditava que talvez aí identificasse hipóteses e oportunidades de trabalho desconhecidas ou até inexploradas pelos próprios agentes locais (para além das reconhecidas vantagens económicas representadas por tal património).

A escolha deste tema decorre assim do meu interesse pessoal pelo campo do desenvolvimento local, que me leva a querer perceber de que forma é explorada a potencialidade formativa da região, quais as dinâmicas de desenvolvimento local que promove, e o que proporcionam ao local e às pessoas envolvidas.

Outro fator que me levou a querer explorar estas temáticas relacionadas com a Rota Histórica das Linhas de Torres foi o facto de que, apesar de este ser um património já explorado em outras investigações académicas (especialmente a nível histórico, mas também numa perspetiva turística), desconheço que se tenham desenvolvido ainda estudos no âmbito da educação de adultos (o que, tal como já referi, se me afigura como um campo cheio de oportunidades).

Neste seguimento, mediante a escolha de um tema a explorar na dissertação de mestrado, a opção em investigar uma associação da minha área de residência foi ganhando sentido. Tratando-se de um estudo de caso, a modalidade de dissertação era a que se aplicava naturalmente, por se esperar a produção de um texto descritivo e analítico das dimensões do caso selecionado: a associação Rota Histórica das Linhas de Torres (RHLT).

A investigação pretendia inicialmente responder a uma pergunta orientadora que foi sendo revista sob diferentes prismas com o decorrer da análise dos dados recolhidos. Era essa questão a seguinte: “Quais as intervenções e os contributos de carácter educativo da associação Rota Histórica das Linhas de Torres no âmbito do desenvolvimento local?”

Inicialmente, pensava-se que o enfoque do estudo incidiria sobre os campos da educação não-formal de adultos, do desenvolvimento local e do associativismo, articulando estas áreas e relacionando-as com as formas de atuação da associação RHLT e respetivos resultados. Porém o desenvolvimento da investigação revelou que muitas das práticas e resultados de aprendizagem se enquadravam principalmente no campo da educação informal.

Uma primeira análise, decorrente dos contactos iniciais com algumas fontes digitais e através de entrevistas a representantes da associação, em simultâneo com o desenvolvimento do estudo da literatura sobre as temáticas selecionadas, permitiu desenhar uma primeira caracterização da associação e aprimorar os objetivos deste trabalho.

De facto, com o avançar da análise do objeto de estudo, percebeu-se que o campo da educação informal (nomeadamente da animação sociocultural) teria que ser mais explorado do que o associativismo (área que foi sendo ultrapassada com o avançar da pesquisa).

Neste estudo pretende-se assim identificar, no âmbito da associação referida, as dimensões não formais e informais da educação e do desenvolvimento local e em que medida (e de que formas) a associação RHLT influencia a educação dos adultos e intervém no próprio território em que atua.

Tratando-se de uma associação de municípios de carácter bastante formal, pretendia-se encontrar os contributos “escondidos” (por vezes não identificados pelos próprios agentes que os promovem), no terreno da educação informal, o que exigiria uma análise aprofundada e interior (não só da parte visível, mas também da parte submersa do *iceberg*), o que seria possível através da metodologia do estudo aprofundado de um caso: o da associação Rota Histórica das Linhas de Torres.

Na medida em que pretendia, nesta investigação, analisar o carácter educativo de uma associação, a opção pelo estudo de caso como modalidade de investigação foi quase imediata, considerando as características e objetivos de ambos (teor da análise e metodologia).

O campo alargado da educação, pelas suas características, adequa-se à investigação com estudos de caso, opção metodológica que permite conciliar perspetivas disciplinares múltiplas “poucas áreas da prática oferecem tantas oportunidades para a investigação como o campo da educação” (Merriam, 1988, p. 1).

O objeto de estudo parecia fácil de caracterizar e analisar, a sua existência remetia para uma dimensão educativa que parecia óbvia (a Rota Histórica das Linhas de Torres), relacionada com a herança histórica e com a memória coletiva que se pretendia valorizar. Importava então

identificar atividades, seus objetivos e resultados, e depois analisá-los. Porém este raciocínio revelou-se superficial, pois o conhecimento mais aprofundado do objeto mostrou que funciona numa lógica de redes e de parcerias, estimulando a atividade desses parceiros por forma a desenvolver alguns objetivos traçados pela própria associação.

Esta forma de atuação poderia, por um lado, fazer supor um caso mais simples, na medida em que o principal papel da associação seria criar as condições de comunicação e de partilha entre várias instituições, o que reduzia de certa forma as suas próprias atividades. Mas, por outro lado, o estabelecimento de parcerias com essas diversas entidades e a prestação contínua de apoio, torna o seu trabalho muito diversificado e amplo, difícil de delimitar.

Uma outra dificuldade que se afigurava prendia-se com o facto de que a busca por aprendizagens informais que partiriam de atividades concretizadas ou apoiadas por esta associação (nomeadamente através das referidas parcerias), representava por si só um obstáculo, devido à própria complexidade deste tipo de aprendizagens (a maior parte das vezes inconscientes ou não relevantes para os participantes, que talvez não as reconhecessem).

Neste trabalho pretendo assim analisar de que forma a associação Rota Histórica das Linhas de Torres explora o potencial educativo das temáticas históricas e culturais, como cultiva a partilha de saberes e de práticas entre os municípios envolvidos, respondendo a necessidades de ordem local, e de que forma contribui para o desenvolvimento de “uma aprendizagem colectiva em que a transformação social é concomitante com a mudança de representações (visão do mundo) e de comportamentos (modo de agir no mundo), quer ao nível individual, quer ao nível colectivo.” (Canário, 2013, p. 62).

Tal como atrás referido, pelo facto de residir e trabalhar em dois dos concelhos integrantes desta associação, já participei em atividades organizadas e dinamizadas pela mesma, atribuindo naturalmente maior significação e ligação ao património em causa, o que justifica também a minha curiosidade e interesse. Neste seguimento, o acesso facilitado a intervenientes, espaços e documentos (pela proximidade física e conhecimento pessoal) foi também um fator de decisão na escolha do tema.

Pretendo pois, neste trabalho caracterizar a associação Rota Histórica das Linhas de Torres enquanto instituição sem fins lucrativos de desenvolvimento local, analisar as dinâmicas formativas levadas a cabo e compreender os seus contributos para as áreas da educação de adultos e do desenvolvimento local.

## 4.2 Abordagem e técnicas de recolha de dados

Iniciou-se este estudo pela inventariação da bibliografia que permitiria construir uma fundamentação teórica para os temas a abordar. Mediante a leitura, análise e discussão da literatura, foi-se aprofundando o enquadramento teórico e aferindo quais as questões que importavam colocar, quais os intervenientes a entrevistar e quais as fontes a procurar para ir ao encontro da pergunta orientadora.

Depois de identificados e contactados alguns agentes, construiu-se uma lista de envolvidos no estudo: o presidente da associação, representantes de três dos municípios constituintes e três participantes em diferentes atividades relacionadas com a associação. Foi também listado o conjunto de documentos de especial interesse para a investigação: estatutos, plano de atividades, plano de viabilidade económica financeira, planificação de projetos e documentos de divulgação da associação e de atividades.

Visitou-se ainda dois centros interpretativos da associação (nos concelhos de Arruda dos Vinhos e Sobral de Monte Agraço), fez-se visitas guiadas a dois fortes (Alqueidão e Carvalha) e assistiu-se a uma recriação histórica para obter uma perspetiva enquanto visitante e participante, em que se recorreu à observação e análise direta da realidade.

A restante informação foi recolhida por via digital, nomeadamente nos sítios que as Câmaras Municipais disponibilizam na internet e que apresentam dados diversos sobre as atividades realizadas em torno da temática das Linhas de Torres.

Considerando o âmbito e os objetivos da investigação, também as fontes e documentos a recolher e analisar, contribuíram para a opção pelo estudo de um caso, metodologia que prevê o recurso a fontes diversificadas, com a aplicação das técnicas de recolha e análise documental.

A escolha da metodologia do estudo de caso é, de facto, intuitiva quando o problema analisado envolve variáveis comportamentais e se pretende caracterizar os sujeitos de forma completa e por meio de fontes diversas, diferentemente do que acontece na modalidade experimental, pois recorre a “métodos que fazem uso da sensibilidade humana, como a entrevista, a observação e a análise. Formas não probabilísticas de amostragem e a análise de dados indutiva são consistentes com os objectivos e pressupostos deste paradigma, tal como são modos específicos de garantir a validade e a fiabilidade” (Merriam, 1988, p. 2).

Definindo-se este método de investigação por “estudo em profundidade de um ou mais exemplos de um fenómeno no seu contexto natural, que reflete a perspetiva dos participantes nele envolvidos”(Gall e colaboradores 2007, cit in Amado, 2013, p. 124), onde se procura conhecer e compreender as especificidades de um caso, a estratégia vai ao encontro do tipo de investigação que aqui se pretende realizar (abordagem qualitativa num paradigma interpretativo), bem como da especificidade do caso selecionado: a associação Rota Histórica das Linhas de Torres (caso delimitado, ao qual tenho facilidade de acesso).

Sabendo que na seleção de um caso há critérios a considerar, tal como referido por Stake “maximizar o que podemos aprender”, constituir um caso de “fácil aceso” (Stake, 2012, p. 20), importando ainda garantir previamente a colaboração dos atores, considero que os meus objetivos de investigação cumprem estes critérios, para além de perseguir o objetivo principal do estudo de caso: a particularização.

Na medida em que o foco da investigação qualitativa é a interpretação, ligando-se ao exame atento daquilo que o investigador observa, atribuindo-lhe significados diversos, pretendo “entrar” nesta investigação não apenas como observadora, mas também como participante ativa, nas atividades dinamizadas pela associação RHLT, envolvendo assim neste estudo a minha experiência pessoal, profissional, bem como a influência de outros estudiosos.

Se, num estudo de caso, as questões que são inicialmente colocadas podem ser modificadas de acordo com o desenrolar da investigação, tal permitir-me-á ir adaptando os pressupostos à medida que vou construindo a dissertação, alargando talvez as dimensões de análise à medida que descubro novas vertentes a explorar.

Stake (2012, p. 28) refere que o destaque dado à interpretação pode revelar-se perigoso se as conclusões dos investigadores de um estudo de caso se basearem numa recolha de informações pouco exaustiva. Afirmo o autor que “um bom estudo de caso é paciente”, devendo o investigador preservar as múltiplas realidades e perspetivas num processo de observação discreto, “não interventivo e empático”, pelo que pretendo suportar a minha investigação em múltiplas fontes e técnicas.

A escolha desta modalidade de investigação depende, assim, de aspetos diversos, tais como a natureza das dimensões de análise, a particularidade do caso, os objetivos da investigação, o tempo disponível para a compreensão e caracterização integral do fenómeno em estudo de uma forma contextualizada, em suma, o estudo de caso prende-se com uma descrição e análise profunda e completa de uma unidade, baseando-se no raciocínio indutivo com base em diversas fontes de dados.

Devido às características mencionadas, o estudo de caso é associado à investigação qualitativa, em que se pretende compreender a significação de um fenómeno como um todo, diferenciando-se do paradigma científico (de cariz mais objetivo, observável e mensurável). A problematização e exploração dos fenómenos em estudo assenta na sua observação e compreensão em situação natural, sem manipulação de variáveis, sendo o processo o principal foco da investigação, seguido pela busca de significado por parte do investigador (este torna-se parte integrante do fenómeno, experienciando e interpretando o mesmo), constituindo ele próprio um instrumento de recolha e análise de dados através das suas perceções, sensível e adaptável às situações. “O que se tem que fazer é observar, intuir, sentir o que está a ocorrer numa situação natural – daqui o uso da expressão pesquisa naturalística” (Merriam, 1988, p. 9).

O trabalho de campo é outra das características da investigação qualitativa, que normalmente acontece junto das pessoas, onde é possível observar os comportamentos em contexto natural.

Neste estudo de caso, recorri a múltiplas fontes e técnicas de recolha de dados, a saber: recolha documental (estatutos da associação, plano de atividades, estudo de viabilidade sócio-económico, publicações diversas no âmbito da ação da associação), entrevistas semiestruturadas (ao presidente da associação, a representantes dos municípios e outros intervenientes, nomeadamente a técnicos que desenvolvem iniciativas da associação, para descobrir os motivos que originaram a criação da associação, como se organizam os associados, quais os contributos de cada um, como divulgam as atividades da associação, quais os meios de financiamento, quais as finalidades e o que proporcionam aos munícipes e às localidades) e observação (dos espaços reabilitados, e de espaços criados pela associação).

As entrevistas semi-estruturadas realizadas possibilitaram o contacto direto com os intervenientes, o que permitiu a adaptação/ reformulação das questões apresentadas sempre que necessário. As entrevistas basearam-se em três guiões diferentes, formulados para abranger as questões atrás apresentadas, num primeiro momento aos técnicos em serviço à associação e depois a participantes em diferentes atividades promovidas pela associação. Por motivos de disponibilidade, o presidente da associação foi o único que respondeu à entrevista por escrito (via *email*).

No que respeita à técnica de tratamento da informação recolhida, foi a análise de conteúdo, considerando o conjunto diversificado de documentos recolhidos a analisar e a prévia definição da metodologia:

“Conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.” (Bardin, 2014, p. 44).

A análise de conteúdo permitiu assim estruturar as informações recolhidas, facilitar a interpretação dos dados e a organização da própria análise.



## 5 Caracterização do objeto de estudo

### 5.1 Rota Histórica das Linhas de Torres: uma associação de municípios para o desenvolvimento turístico e patrimonial

A associação Rota Histórica das Linhas de Torres (RHLT) constituiu-se em 2015 como uma “Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras”. De acordo com os estatutos, trata-se de uma associação sem fins lucrativos (RHLT, 2015a, p.1), de Direito Privado<sup>6</sup>, “independente de qualquer outra associação”<sup>7</sup> que, de momento, envolve os seis municípios fundadores (Arruda dos Vinhos, Loures, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira) ligados pela presença de um monumento comum: o sistema de fortificações defensivas aí construídas durante o período das invasões francesas.

De acordo com o estudo de viabilidade económico-financeiro, “Os aglomerados urbanos que constituem o território das Linhas de Torres têm uma elevada riqueza ecológica e paisagística e a diversidade ambiental que caracteriza as áreas onde se inserem as obras militares que constituem a Rota Histórica das Linhas de Torres” (RHLT, 2015b, p. 7). Num território com estas potencialidades, mas simultaneamente afastado dos grandes polos turísticos nacionais (apesar das boas acessibilidades rodoviárias), a associação visa captar visitantes e investimento, com base em ofertas turísticas de vertente histórico-cultural.

Principalmente vocacionada para o desenvolvimento turístico e patrimonial, pela defesa e valorização das vertentes cultural, ambiental, histórica e urbanística das Linhas de Torres Vedras, entre os objetivos desta associação incluem-se o intercâmbio de experiências entre associados, a planificação e desenvolvimento de programas de dinamização turística e cultural, a promoção da consciencialização da importância do monumento, a regulamentação e gestão da marca RHLT, a promoção do envolvimento cívico, cultural e económico. De acordo com o presidente da associação, esta “pretende constituir-se como promotor da divulgação cultural, patrimonial e turística das Linhas de Torres. É sua intenção contribuir para a sustentabilidade e a coesão territorial com recurso à criação de um produto turístico”.

Nesta parte do trabalho visa-se caracterizar e analisar a associação referida, bem como as atividades desenvolvidas, identificando os seus contributos, especialmente numa dimensão formativa no âmbito do desenvolvimento local.

A Rota Histórica das Linhas de Torres nasceu em 2000 como um projeto de salvaguarda, recuperação e valorização da estrutura defensiva das Linhas de Torres com a participação de

---

<sup>6</sup> RHLT, 2015, p. 9.

<sup>7</sup> RHLT, 2015, p. 2.

seis municípios em cujo território havia obras desta estrutura militar (Arruda dos Vinhos, Loures, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira). Este projeto deu origem, em 2002, ao “Programa para a Salvaguarda, Recuperação e Valorização das Linhas de Torres Vedras, em parceria com o extinto Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR)” (RHLT, 2015b, p. 4).

Destas iniciativas, mediante a necessidade de uma estratégia comum, surgiu um protocolo, então designado por Plataforma Intermunicipal para as Linhas de Torres (PILT), assinado em outubro de 2006, pelos municípios referidos, na sede da Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, protocolo que pretendia oficializar o trabalho desenvolvido em parceria entre os referidos municípios e aquela Direção Geral.

Reconhecido o valor deste sistema de fortificações como um património ímpar e de suma importância para a história local e nacional (na medida em que contribuiu de forma decisiva para a defesa da cidade de Lisboa durante as invasões francesas ocorridas no início do século XIX), pretendia-se então recuperá-lo, valorizar as suas dimensões arquitetónicas, históricas e culturais e promover também o seu potencial turístico.

Este projeto previa não só a recuperação de parte do conjunto militar de modo a permitir o usufruto por parte das populações, na medida em que este sistema constituía “uma referência histórica para a estratégia e arquitetura militares da Europa, devido à sua singularidade, tendo-se tornado um importante símbolo identitário e num poderoso recurso educativo” (RHLT, 2015b, p. 3), como também despertar a população para questões tão diversas como a cidadania, a defesa do ambiente e a história europeia.

A este “valor histórico, estratégico e simbólico, adicionamos o seu valor patrimonial” (RHLT, 2015b, p. 3), assim sendo, a constituição desta plataforma apresentava, entre outros objetivos: a recuperação e valorização do património integrante das Linhas de Torres; a requalificação urbana e paisagística das áreas de implantação do conjunto, numa intervenção que valorizasse o seu potencial paisagístico e natural; a divulgação das estruturas, permitindo uma leitura do seu conjunto; a criação de um produto turístico e cultural de qualidade, captando mais-valias da proximidade de importantes rotas turísticas transnacionais; a transformação deste património cultural e arquitectónico num polo de desenvolvimento local, ao nível dos municípios envolvidos; a recuperação da memória deste importante facto histórico, de dimensão nacional e europeia.

Desde então que “As ações consertadas no terreno refletiram-se na adoção de boas práticas e têm contado com o contributo de outros parceiros como o Exército Português, a extinta

Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), o Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR), a Direção Geral de Cultural (DGPC), o Turismo de Portugal, entre outros, que com o seu conhecimento têm sido colaboradores determinantes.” (RHLT, 2015b, p. 4).

Assegurado o “Princípio de Estabilidade” e o “dever de cooperação” entre os elementos constituintes da Plataforma Intermunicipal para as Linhas de Torres (PILT), procedeu-se a uma candidatura internacional que viabilizasse “o plano de salvaguarda e valorização das Linhas de Torres Vedras” (RHLT, 2015b, p. 4.) e que acabou por cofinanciar parte significativa de um projeto de recuperação do património.

A fundação e o trabalho da PILT possibilitou também a criação do produto turístico Rota Histórica das Linhas de Torres (RHLT). Porém, para o efetivo desenvolvimento da marca, e de modo a permitir a candidatura direta a fundos comunitários, a plataforma intermunicipal teve de responder a imperativos legais, como a atribuição de um carácter jurídico e o desenho de orçamentação própria. Inicialmente, por forma a ultrapassar esta questão legal, o município de Torres Vedras assumiu, em nome do conjunto dos seis municípios, o papel da gestão financeira da associação, prevendo-se então estratégias mais céleres e menos burocráticas de resolução desta situação.

No ano de 2012, a RHLT “recebeu o Prémio na Categoria de Melhor Projeto Público de Requalificação atribuído pelo Turismo de Portugal” (RHLT, 2015b, p. 5), que reconheceu o seu valor turístico.

Em Março de 2014, o projeto RHLT teve o seu reconhecimento internacional, através da atribuição do “prémio da União Europeia para o Património Cultural / Prémios Europa Nostra 2014, na categoria de Conservação” (RHLT, 2015b, p. 5), que considerou critérios como a “importância de preservar esta estrutura militar, o papel que teve na história portuguesa e europeia; as numerosas vantagens intermunicipais, para as diferentes autoridades envolvidas ao longo da RHLT; e a possibilidade que o novo percurso definido oferece para encorajar um novo público a descobrir a região” (RHLT, 2015b, p. 5). Este prémio, mais abrangente do que o primeiro, alcança, para além da mais valia turística, a importância da cultura e da identidade histórica nacional.

Por forma a resolver os contingentes legais atrás referidos, e confirmando-se a importância do trabalho já realizado pela PILT, mas também a necessidade de dar continuidade, quer aos objetivos traçados, quer aos investimentos já efetuados, propôs-se a constituição de uma “Associação de Direito Privado, sem fins lucrativos” (RHLT, 2015b, p. 9), composta pelos

municípios fundadores e cujos estatutos previam “a possibilidade de integrar outras entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, por forma a envolver as comunidades e promover o desenvolvimento local em torno deste património, assim como captar outras fontes de financiamento que não as da Administração Pública.” (RHLT, 2015b, p. 9), antevendo-se assim a abertura da associação a inúmeros parceiros, mas também a outros associados.

Os estatutos desta associação (Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras) são aprovados em junho de 2015, bem como o Estudo de Viabilidade Económico-Financeiro que contextualiza nestes âmbitos as suas principais ações e resultados. Este documento apresenta não só objetivos vocacionados para a valorização patrimonial e turística na sua vertente económica, mas também a preocupação em desenvolver uma política cultural, em promover uma consciência do valor histórico do monumento, procurando um envolvimento cívico.

Na planificação do projeto “Educar para Cooperar: a Rota Histórica das Linhas de Torres e a Cidadania Global”, a associação é descrita como um “produto turístico que reúne numa causa comum seis municípios da região”, em que “Houve um empenhamento das autarquias na investigação da história local relacionada com as invasões e foi concebido um projeto integrado de salvaguarda, recuperação e valorização de mais de vinte fortes das Linhas de Torres Vedras, criando percursos pela região apoiados numa rede intermunicipal de Centros de Interpretação” (AIDGLOBAL, s/ data, p. 6).

Nos capítulos posteriores procura-se descrever com maior detalhe o trabalho da associação Rota Histórica das Linhas de Torres, identificando-se os objetivos e finalidades, as atividades realizadas, as parcerias estabelecidas, os financiamentos e recursos utilizados, analisando a ação e resultados junto dos participantes nessas atividades.

## 5.2 Constituição e Finalidades: dos constrangimentos iniciais às formas de organização e objetivos partilhados

Tal como a própria designação indica, a Rota Histórica das Linhas de Torres é uma “Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras”, sem fins lucrativos.

Conforme explanado no capítulo anterior, a constituição da associação deparou-se com contingências legais que trouxeram algumas dificuldades iniciais (referidas em entrevista pela representante do município de Arruda dos Vinhos), o facto de a associação não ter carácter jurídico (obrigatório por lei), gerava alguns constrangimentos no desenvolvimento das atividades “é uma confusão porque tem de ser um município a avançar e depois os outros municípios a pagarem àquele e isto é muito complicado do ponto de vista burocrático” (entrevistada 2).

Na sua composição, a associação conta com os seis municípios fundadores de Arruda dos Vinhos, Loures, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira, apresentando nos estatutos a possibilidade de adesão a outros associados: “Poderão aderir à associação e adquirir a qualidade de associados não fundadores ou honorários, outros municípios, instituições de ensino superior, empresas, ou outras entidades (pessoas singulares ou coletivas) que possuam interesse na valorização patrimonial e promoção turística das Linhas de Torres Vedras” (RHLT, 2015a, p. 1). De momento, a associação é composta pelos seis municípios fundadores associados em cujos territórios se encontra património histórico relacionado com a estrutura militar de defesa das Linhas de Torres.

Relativamente à sua organização, a associação estrutura-se em torno de quatro órgãos: a Assembleia Geral (órgão soberano, “integrada por todos os associados”, em que os trabalhos “são dirigidos por uma mesa constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, eleitos por quatro anos”<sup>8</sup>), a Direção (órgão executivo, “constituída por 5 membros eleitos, um Presidente, um Vice-Presidente, um secretário, um tesoureiro e um vogal”<sup>7</sup>), o Conselho Fiscal (“composto por três elementos eleitos”<sup>9</sup>: Presidente, Vice-Presidente e Vogal), e finalmente, pelo Conselho Consultivo (“designado pela Assembleia Geral (...) composto por pessoas singulares e coletivas com reconhecido mérito, académico e/ou profissional, em áreas ou temáticas que sejam relevantes para a missão da Rota Histórica das Linhas de Torres”<sup>9</sup>).

---

<sup>8</sup> RHLT, 2015a, p. 5

<sup>9</sup> RHLT, 2015a, p. 8

A equipa técnica que compõe a associação é garantida pela afetação de recursos humanos dos associados “não importando qualquer custo para a Associação, nem acrescentando despesa aos próprios associados”<sup>10</sup>. Esta equipa técnica é designada pelos órgãos sociais da associação, que são responsáveis pelas tomadas de decisão. De acordo com as explicações da entrevistada que representava o concelho de Sobral de Monte Agraço, a associação funciona com “a afetação de 25% do tempo (...) dos técnicos nomeados pelos seis municípios”, existindo “dois técnicos por município” e “um dirigente político”. Esta profissional acrescentou que “quando existem tarefas”, divide-se a equipa “em grupos de trabalho” que se organizam “de acordo com o seu perfil ou a sua profissão” (entrevistada 1).

O estudo de viabilidade económico-financeiro acrescenta que “Para levar a cabo as suas atribuições e para o cumprimento das metas e objetivos propostos, poderão ser criados grupos de trabalho cuja dimensão será adaptada em função do trabalho a desenvolver (...) Sempre que houver interesse e para a realização de projetos específicos, poderá recorrer-se a voluntários” (RHLT, 2015b, p. 16).

No entendimento do presidente da associação, as autarquias associadas “participam de modo equitativo na definição de estratégias de ação, políticas de intervenção, definição e financiamento das atividades” (entrevistado 4).

Por outro lado, de acordo com a técnica - entrevistada 1-, “os municípios têm envolvimento diferentes com este património”, logo nem todos lhe “dão a mesma prioridade”. Por exemplo “para Loures este património não é tão evidente em termos de identidade. Para Torres Vedras ou para o Sobral é muito evidente”, o que aponta para diferentes contributos (em termos de atuação) para a associação por parte dos municípios, de acordo com as prioridades de cada um.

Os objetivos comuns que levaram à criação da associação pelos municípios fundadores é apresentada nos estatutos da seguinte forma: “tendo por fim a realização de interesse específicos, comuns aos membros que a integram” (RHLT, 2015a, p. 2). No artigo 5.º dos estatutos, listam-se os objetivos principais da associação (em que se prevê a inclusão de “posteriores objetivos”), a saber:

- “A defesa e valorização do património cultural, ambiental, histórico e urbanístico, relacionado com as Linhas de Torres Vedras;

---

<sup>10</sup> RHLT, 2015b, p. 16

- O intercâmbio de experiências entre os associados, nomeadamente ao nível da conservação do património;
- A planificação e desenvolvimento de uma política de produção e promoção turística que corresponda aos interesses dos membros da RHLT;
- A planificação estratégica de uma política cultural; (...)
- Regulamentar e gerir a marca RHLT;
- Promover a consciencialização de proprietários e população da importância histórica e patrimonial deste Monumento;
- Evidenciar o potencial retorno económico para a população e promover o seu envolvimento interativo.” (RHLT, 2015a, p. 2).

As mesmas finalidades são referidas pelo presidente da associação na sua entrevista, que acrescenta “o fomento de sinergias entre os agentes económicos e culturais da região com vista ao aumento da sua atratividade turística, o que se pode constituir como alavanca para o desenvolvimento económico” (entrevistado 4). Também a técnica da Câmara de Sobral de Monte Agraço em serviço à associação Rota Histórica das Linhas de Torres menciona na sua entrevista a transformação da RHLT num produto turístico a “divulgar e promover” (entrevistada 1).

Em entrevista, a técnica da associação representante do concelho de Arruda dos Vinhos, refere como um dos principais objetivos desta associação a divulgação nacional e até universal do trabalho conjunto realizado, sublinhando que se pretende que “qualquer visitante, em qualquer parte do mundo possa aceder à informação que seja a associação a prestar e que consiga visualizar todas as rotas e todas as ofertas que existem”. Esta profissional acrescenta que o trabalho de projeção e promoção das atividades é da responsabilidade da associação, apesar de o trabalho ser “feito de forma individual pelos municípios nos seus territórios” (entrevistada 2).

Por seu lado, o técnico entrevistado em representação da Câmara Municipal de Torres Vedras reforça o objetivo da promoção turística das Linhas de Torres Vedras e dos recursos da região, nomeadamente na área da gastronomia, e dos vários parceiros envolvidos.

Neste encadeamento, o estudo de viabilidade económico-financeiro refere como um dos objetivos a “Promoção do envolvimento cívico, cultural e económico” (RHLT, 2015b, p. 10), apresentando de seguida a sua missão: “promover e incentivar o desenvolvimento turístico e patrimonial do território Linhas de Torres e em particular dos concelhos de Arruda dos Vinhos,

Loures, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira contribuindo para o reforço da identidade cultural e memória coletiva” (RHLT, 2015b, p. 10).

A apresentação de objetivos mais funcionais consta do Plano Anual de Atividades 2016, entre os quais: “promoção e divulgação da RHLT, certificação e promoção dos operadores turísticos a integrar no plano da constituição da oferta turística da RHLT, divulgação do património e integração ativa do tema das Linhas de Torres nos programas curriculares das escolas selecionadas, manutenção e divulgação das Linhas de Torres e RHLT, manutenção e conservação das Obras Militares”.

No seguimento destas finalidades, o mesmo documento apresenta a Visão da Rota Histórica das Linhas de Torres: “pretende ser uma Associação de referência, a nível nacional, focalizada na defesa, preservação e promoção do património associado às guerras peninsulares. A sua atuação deverá ser impulsionadora da iniciativa privada e do desenvolvimento local” (RHLT, 2016, p. 10).

Na entrevista concedida pela representante do município de Sobral de Monte Agraço, a técnica refere a importância da “componente educativa na salvaguarda e valorização” do património das Linhas de Torres, considerando que, apesar de nem sempre ser “evidente”, “está sempre presente nas ações (...) ao nível da formação de novos públicos (...) da sensibilização das pessoas que vivem na região e das escolas para este património”, com o objetivo de “sensibilizar as pessoas para usarem o património sob as diversas perspetivas: desportista, histórica, da natureza” (entrevistada 1).

Esta profissional acrescenta ainda que “o objetivo da associação” não se prende tanto com a gestão do produto turístico (“não somos agências de viagens (...) isso seria função dos privados, porque para eles o objetivo é promover o desenvolvimento económico”), como com a componente educativa (“fazemos a outra parte mais educativa, que é termos os centros de interpretação, recebemos as escolas (...) fazemos visitas ao terreno”), relacionando com a associação RHLT a missão de “cuidar do património” sabendo “receber/ acolher os grupos que nos visitam” (entrevistada 1).

A propósito desta sensibilização das pessoas para o seu património, a entrevistada 7, inquirida enquanto participante em atividades ocasionais relacionadas com as Linhas de Torres, considera que o principal papel da associação RHLT poderá ser o da preservação da memória coletiva:



“acho que tudo o que puderem promover para as pessoas terem maior noção, maior consciência e maior sensibilização face ao seu património cultural, seja das Linhas de Torres seja de qualquer coisa, (...) Acho que é sempre importante fazer uma série de iniciativas que junte as pessoas nesta exploração conjunta do seu património, porque de facto, o desconhecimento faz com que as pessoas não preservem, não é? E o facto de as pessoas conhecerem, incentiva, estimula a curiosidade em quererem conhecer ainda mais e ao quererem conhecer ainda mais têm aquela vontade de preservar realmente as coisas e quando não conhecem aquilo é só ali uma coisa velha que está, porque é que nós havemos de preservar aquilo, não é? (...) porque as pessoas não conhecem, e muitas vezes não estão sensibilizadas para a preservação da sua própria memória coletiva”.

Sublinhou ainda que a importância da associação RHLT deverá ser “De preservação da memória coletiva, de estimular realmente as pessoas para... sensibilizá-las para preservar essa memória, nós não somos nada sem memória” (entrevistada 7).

Também a técnica do concelho de Arruda dos Vinhos se referiu ao valor educativo da associação, mencionando o papel que desempenha, de estabelecimento de uma “ponte do passado com o presente” (entrevistada 2).

Finalmente, o estudo de viabilidade económico-financeiro apresenta os “impactos no âmbito do desenvolvimento do território” (RHLT, 2015b, p. 12), decorrentes da atividade da associação:

- a) “Atrair e impulsionar novos investimentos;
- b) Promover novas oportunidades de negócio;
- c) Fomentar a criação de emprego;
- d) Diversificar as economias locais;
- e) Incentivar e apoiar o empreendedorismo e a iniciativa local;
- f) Melhorar a qualidade de vida das comunidades locais;
- g) Qualificar e valorizar as pessoas, as organizações e o território numa perspetiva de sustentabilidade;
- h) Promover parcerias e atividades de cooperação;
- i) Produzir conhecimentos de apoio à intervenção;
- j) Divulgar a marca RHLT e os respetivos produtos.”

No projeto desenvolvido em parceria com a Aidglobal, designado: “Educar para Cooperar: a Rota Histórica das Linhas de Torres e a Cidadania Global”, o principal objetivo apresentado (apontado como um “desafio”) é “a promoção da Cidadania Global” nos municípios associados à Rota Histórica das Linhas de Torres. Na planificação deste projeto, previa-se aproveitar “a

potencialidade que há de sensibilização a partir do património local (...) entendido como instrumento de promoção do desenvolvimento local sustentável”, que “implica uma cidadania ativa” (AIDGLOBAL, s/ data, p. 2).

De acordo com a planificação deste projeto, procura-se promover a Educação para o Desenvolvimento (ED), apresentado como um “processo dinâmico, interativo e participativo que visa: a formação integral das pessoas; a consciencialização e compreensão das causas dos problemas de desenvolvimento e das desigualdades locais e globais num contexto de interdependência (...); a promoção do direito e do dever de todas as pessoas, e de todos os povos, de participarem e contribuírem para um desenvolvimento integral e sustentável” (AIDGLOBAL, s/ data, p. 2).

No âmbito deste projeto, foram referido pela técnica do município de Sobral de Monte Agraço, diversos objetivos, a maior parte dos quais relacionados com a educação, a saber: “capacitação dos professores para a abordagem dos temas das invasões francesas à luz das questões do desenvolvimento global neste território (...) dando como exemplo situações que aconteceram há duzentos anos e que se repetem hoje no mundo (...) adaptar os temas da cidadania ao património histórico destes seis municípios e conseguir trabalhá-los naquilo que são os currículos letivos (...) construir um conjunto de ferramentas que permita abordar estes temas dentro da sala de aula, ou não, ou fora” (entrevistada 1).

A preocupação com a sensibilização e a educação dos cidadãos para o seu património está também patente em atividades como o Festival das Novas Invasões que tem lugar na cidade de Torres Vedras e que é da sua responsabilidade, com a realização de *ateliers*, de recriações históricas. Também na Feira de Verão de Sobral de Monte Agraço, com a dedicação de um dia às Linhas de Torres se concretizam atividades de encenação histórica, *workshops* e mostras em que, de acordo com a técnica deste município, o “contexto educativo (...), de formação informal está presente” (entrevistada 1).

Estas atividades, apesar de não serem organizadas e preparadas pela associação RHLT, estão ligadas pelas temáticas ao seu património (tendo sido referidas pelos técnicos dos municípios entrevistados) e, em parte, comungam dos mesmos objetivos. Na medida em que a associação e os municípios associados partilham recursos e finalidades, por vezes torna-se difícil delimitar o que é trabalho de uma e de outros.

### 5.3 Campo de Atuação, Projetos e Atividades: a amplitude das ações realizadas, os resultados esperados e alcançados

Mediante a investigação realizada, concluiu-se que o raio de ação da associação Rota Histórica das Linhas de Torres é difícil de delimitar. No que refere à localização, a associação está sediada no município de Sobral de Monte Agraço, no Centro de Interpretação sito na Praça Dr. Eugénio Dias, n.º 12 (designado por CILT). De acordo com os estatutos aí “tem âmbito regional e sede”, podendo “criar delegações, secções ou quaisquer formas de representação em diferentes localidades situadas nas áreas dos municípios associados” (RHLT, 2015a, p. 1). Nos restantes municípios fundadores existem também centros de interpretação dedicados à Rota Histórica das Linhas de Torres, de dimensões e características diferentes.

A abrangência de ação desta associação inclui o território em que se encontram as estruturas defensivas das Linhas de Torres, mas, de acordo com os técnicos entrevistados, o seu campo de atuação chega além fronteiras, nomeadamente através dos participantes nas atividades promovidas. O representante da Câmara Municipal de Torres Vedras considera que a associação “consegue chegar bem longe”, interessando principalmente a ingleses (“porque têm aqui as suas raízes também, porque os seus familiares estiveram implicados na construção das Linhas de Torres), mas também a escoceses, irlandeses” (entrevistado 3), que manifestam um particular interesse pela temática da estratégia militar associada às invasões francesas.

De acordo com a entrevista a uma participante em recriações históricas, o aspeto convivial destas atividades é muito enriquecedor, nomeadamente as trocas de experiências permitidas pelas viagens e contacto com pessoas de diferentes origens,

“Já fomos a duas localidades a Espanha: a Albuera e Arroyo de Molinos de Estremadura, são muito idênticas a nós, assim planos e secos. (...) eu acho que o que é importante também não é só nós como grupo entre nós, como além fronteiras a gente conseguir encontrar pessoas e quando se encontramos noutras recriações ‘Olha, estás bom?’, mesmo às vezes não percebemos a língua, não é? Porque (não é em todas), mas em algumas aparecem franceses, ingleses, espanhóis (esses a gente mais ou menos também vai percebendo), alemães (também já têm aparecido), e segundo consta (mas isso a gente ainda não apanhou), também às vezes aparecem uns do México” (entrevistada 7).

Esta participante, dá igualmente conta da oportunidade que estas atividades proporcionam de conhecer e aprender em diferentes locais e com diferentes pessoas, relacionadas com as temáticas envolvidas nas recriações “visitamos o museu militar que eles têm lá no Buçaco (também foi muito engraçado, para quem não conhecia), eu acho que estas coisas também nos ajudam a descobrir outras coisas que têm a ver com aquilo que a gente anda a fazer (...)”

torna-se engraçado e eu acho que nós podemos adquirir mais sabedoria e conhecimentos através disto e com outras pessoas que nós vamos falando também (...) é engraçado que a gente vai conhecer também um bocadinho de cada cantinho” (entrevistada 7).

No estudo de viabilidade económico-financeiro consta que o “território de intervenção proposto para a Associação insere-se na península de Lisboa e inclui seis municípios (Arruda dos Vinhos, Loures, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira) com uma área de 1 314 km<sup>2</sup> e 529 844 habitantes” (RHLT, 2015b, p. 7).

O plano de atividades da associação é definido nas reuniões de direção, sendo o corpo técnico responsável por apresentar propostas e o corpo dirigente por autorizá-las. No que refere ao Plano de Atividades de 2016, este documento apresenta as seguintes propostas de ações:

- Participação na BTL;
- Merchandising e outras ferramentas de comunicação;
- Atualização do guia da RHLT;
- *Site* e APP da RHLT;
- Selo de certificação;
- Comemoração do Dia Nacional das Linhas de Torres;
- Elaboração de programa de visitas educacionais;
- Formalização de contactos institucionais;
- Encontro de arqueologia e museologia;
- Educar para Cooperar (2016-2018);
- Reunião de presidentes de Junta;
- Monitorização das estruturas e plano de manutenção das obras militares” (RHLT, 2016).

Para além das atividades primordiais e de carácter global relacionadas com a gestão do património visitável, a criação ou reabilitação de percursos (respetivos acessos e sinalização) e de centros de interpretação, a associação Rota Histórica das Linhas de Torres desenvolve uma série de atividades de diversos âmbitos que procuram ir ao encontro dos objetivos anteriormente mencionados.

De acordo com a análise dos estatutos, do estudo de viabilidade económico-financeiro bem como da entrevista ao presidente da associação, as principais áreas de intervenção da associação relacionam-se com os setores da cultura e do turismo. Referem-se também preocupações educativas que se refletem na implementação de programas educativos para as

escolas (nomeadamente o projeto realizado em parceria com a Aidglobal), e de atividades pontuais que pretendem assinalar determinadas datas e épocas. No concelho de Sobral de Monte Agraço, em particular no Forte de Alqueidão, existe um programa composto por diversas atividades em que “os participantes são desafiados a experimentar e a explorar o Grande Reduto do Sobral de uma maneira inovadora e inesperada” (entrevistado 4) neste ciclo de atividades destaca-se o seu cariz não formal.

Algumas das atividades enquadram-se em programas de planificação, abrangência e atuação mais complexos, em que se definem objetivos específicos, recursos, públicos-alvo, duração, localização (nomeadamente o projeto “Educar para Cooperar: a Rota Histórica das Linhas de Torres e a Cidadania Global – comum a todos os municípios associados, o ciclo de atividades ExplorAlqueidão – no concelho de Sobral de Monte Agraço e o Festival Novas Invasões em Torres Vedras).

Outras atividades surgem isoladas mas com uma regularidade anual, nas entrevistas aos técnicos dos municípios destacou-se a atividade de divulgação relacionada com a participação da associação RHLT na Bolsa de Turismo de Lisboa (que se realiza desde que a associação existe), mas também a comemoração de efemérides como o Dia Nacional das Linhas de Torres (que tem lugar a 20 de outubro), o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios (18 de abril). Foram ainda referidas a Marcha dos Fortes (que acontece há onze anos, no mês de outubro) e as festas concelhias que normalmente dedicam diversas atividades à Rota Histórica das Linhas de Torres.

Os Centros de Interpretação das Linhas de Torres, que existem em cada um dos municípios associados, são exemplos dos locais onde podemos encontrar informações sobre a temática, apresentando exposições mais ou menos completas, em diferentes espaços e formas de funcionamento também diferentes.

O centro interpretativo de Sobral de Monte Agraço (que corresponde à sede da associação) recebe vários tipos de visitantes, em grupo ou individuais, nacionais e estrangeiros, que procuram conhecer melhor o património histórico das Linhas de Torres. Em entrevista, uma visitante deste centro, referiu ter aprendido neste local “Acerca do sistema de comunicação da altura, sobre o sistema de construção das fortificações (que tem lá assim uma série de particularidades), o facto de terem sido construídas também num tempo recorde (que tinha mesmo de ser, não é?), e fiquei a saber que é o sistema de fortificações dos mais baratos que existem, não é? Pela forma como foi feito. Pronto, deu para recolher mais uma série de informações, reforçando aquilo que também já conhecia” (entrevistada 7).

As recriações históricas são outra das atividades em que a associação participa (nomeadamente como consultora e agente de divulgação de grupos de recriação existentes). Há vários grupos a organizar estas atividades e, por vezes a associação presta apoio a essas associações (das quais destacamos a Guerrilha de Montagraço, a primeira representativa do povo e que se enquadra na centenária Associação de Cultura e Recreio 13 de setembro de 1913), no que refere à recolha de informações históricas necessárias para a preparação dos grupos (ao nível do vestuário e dos objetos a utilizar), intervindo também na divulgação, quer dos grupos, quer das recriações em que participam.

Relativamente às recriações históricas, uma das entrevistadas, participante nestas atividades que pertence à guerrilha desde o seu início, em 2015, explica que “nós temos à volta de trinta elementos, nunca vão todos, no máximo vinte, quinze, quando fazemos a recriação geralmente nunca fica o grupo todo junto, o grupo é dividido em dois ou três grupos para poder fazer a recriação com os militares ou com os ingleses ou com os portugueses contra os franceses” (entrevistada 5).

Questionada quanto aos benefícios da sua participação nestas recriações, a entrevistada afirma que

“ganhei muito mais conhecimento, não haja dúvida nenhuma, porque para mim Linhas de Torres eram as Linhas de Torres, mas não fazia a mínima ideia do que é que era, também não parei para ir procurar o que é que era, pronto... E agora desde que temos o Forte e temos estas... eu por acaso não fiz os fortes todos, mas pronto, a gente vai sempre ouvindo, aconteceu isto, aconteceu aquilo e há mais conhecimento e a pessoa vai sempre sabendo mais qualquer coisa (...) há quem saiba muito mais coisas, muito mais datas e pormenores, mas eu acho que minimamente vai sempre ficando qualquer coisa daquilo que nós estamos a fazer, a brincar e a recriar” (entrevistada 5).

Devido à participação nestas atividades, a mesma entrevistada declara assim ter tomado conhecimento de aspetos históricos importantes, mas também ter aprendido diversas curiosidades relacionadas com a vivência nos períodos sobre os quais fazem as recriações, explicando que

“por exemplo, as mulheres, têm duas saias bastante grossas, em que uma, se estiver frio, por exemplo, levantam para cima a parte de trás e serve de capa (é um abrigo) e se for... por exemplo, que é a saia-trabalho, mas se precisar de ir a um lado qualquer, tira aquela saia e tem a outra porque era de sair, e entretanto, tirando as duas saias, fica-se com o saio branco que era a camisa de dormir, pronto, é essas coisas que a pessoa não sabe, ficou a saber agora desde que tem aquelas coisas todas para vestir (...) Os botões é tudo em madeira. Não há colchetes, não há

elásticos, não há... pronto é tudo muito ao rigor como era antigamente”; “segundo consta também (que eu também aprendi e achei engraçado), antigamente (nesta altura) não se podia entrar em Lisboa descalço, portanto, só se podia entrar mesmo roto que fosse mas tinha que ir calçado, e dizem as pessoas que quando iam vender qualquer produto a Lisboa para tentar algum dinheiro, quando não tinham sapatos, mesmo que levavam um sapato de um e a bota do outro, não podiam era entrar descalços, nem que fosse roto, mas tinham que ir calçados, e então, pronto, é uma história tão engraçada que também não nos passa pela cabeça, né? E era uma maneira de eles entrarem, porque se fossem descalços não entravam” (entrevistada 5).

Quanto à reação das pessoas que assistem as estas recriações históricas, a entrevistada refere que

“ouve-se às vezes comentários de ‘Viva o povo!’, ‘Ainda bem que existe o povo!’, porque quase sempre aparece é militares, portanto, povo em si não. E eu acho que é assim, os nossos fatos estão bonitos, estão vistosos, e as próprias armas (que são altas, aquilo tem de ser quase um metro e... quase dois metros, os paus com as ferramentas) acabam por dar nas vistas também e as pessoas como é diferente, não é só armas, eu acho que também gostam” (entrevistada 5).

A entrevistada que participou em maio de 2017 num *hike* organizado pela empresa de animação turística MysticalTryp (entidade que prepara atividades relacionadas com a temática militar, nomeadamente relacionadas com as Linhas de Torres Vedras e que é parceira da associação ARHLT) em Arruda dos Vinhos, refere-se a um destes momentos de recriação histórica:

“Acho que ajuda realmente a conhecermos melhor o património local, acho que isso é muito importante, e foi engraçado porque eles fizeram uma coisa... fizeram o convite aos tais grupos de recriação de época, que (...) dá-nos também alguns conhecimentos mais sobre aquela época, não é? De como é que as coisas aconteceram, portanto acho que é importante, suscita a curiosidade das pessoas também para conhecerem mais, para explorarem mais” (entrevistada 7).

Uma das festas concelhias em que também se realizam recriações históricas acontece no município de Torres Vedras (Festival das Novas Invasões). Este evento teve a primeira edição em agosto de 2015 e prevê-se que ocorra de dois em dois anos, respondendo à aposta da Câmara Municipal de Torres Vedras na temática das Linhas de Torres. De acordo com o técnico entrevistado, as atividades são diversas: “recriações históricas, concertos de música, *performances* de teatro, mercado oitocentista (...) acampamento militar (...) danças, jantares com história”, estando os objetivos e os públicos-alvos definidos. Todas as atividades tiveram lugar no exterior. Relativamente às recriações históricas, neste caso, foram realizadas por uma empresa de animação contratada pela Câmara Municipal.

O conceito do evento foi descrito, num documento de avaliação apresentado pela Câmara Municipal de Torres Vedras da seguinte forma:

“Promove e privilegia o cruzamento entre pessoas de diversas e diferentes origens, celebrando o tempo histórico, fundo da identidade local, e o tempo atual, caracterizado pela pluralidade das ideias e visões do mundo”, acrescentando as seguintes informações: “No centro do Festival esteve a organização de um mercado oitocentista, entre os largos de S. Pedro e Wellington. O mercado funcionou como fundo cénico, espaço de interação e elemento de ligação entre o contemporâneo e o tempo passado. Em ligação ao mercado funcionou a programação histórica realizada no Castelo, e os diversos cortejos que percorreram as ruas entre estes dois espaços urbanos. A programação contemporânea concentrou-se no largo de S. António e parque da Horta Nova. Seguiu-se a arquitetura pensada para o Festival, com a presença de propostas artísticas de Portugal, França, Reino Unido e do Chile, como país convidado” (CMTV, s/ data, p. 2).

Entre os objetivos deste festival destaca-se a oportunidade de colocar as pessoas em contacto com o seu património histórico, o envolvimento da comunidade local, a promoção do comércio local e o combate à sazonalidade (“porque em Torres Vedras, durante o verão, a cidade praticamente fica deserta, porque acontece tudo em Santa Cruz, procura tudo a praia e, durante o mês de agosto, Torres Vedras fica praticamente vazia, e o festival veio combater essa lacuna em termos turísticos”, referiu o técnico deste município). Durante este festival, o serviço educativo da Câmara Municipal desenvolveu atividades para crianças e adultos, relacionadas com a temática das Linhas de Torres (demonstração do sistema de comunicação utilizado, atividades com personagens alusivas às guerras peninsulares, *peddy-papers*, confeção de biscoitos idênticos aos dos soldados). Todas estas atividades tinham uma planificação definida com indicação dos públicos-alvos, duração, localização e objetivos, apresentados e divulgados em publicações digitais e impressas, da responsabilidade da Câmara Municipal de Torres Vedras. Entre os objetivos, sublinha-se o cariz educativo: “é uma forma muito boa de se aprender, de uma forma bastante lúdica, divertida”. No mesmo seguimento, o técnico referiu ainda a importância de

“dar o acesso à cultura de uma forma gratuita (que nem todas as pessoas têm esses meios) e acho que tiveram oportunidade de ver vários espectáculos nas várias temáticas, não é? Recriações históricas, teatro, música, dança, tudo isto durante estes dias do festival, todas aquelas atividades pedagógicas, acho que é uma grande sensibilização para a nossa história, para a cultura, para as artes, também. Claro, em termos turísticos era muito bom, também, que a comunidade local se apercebesse que as Linhas de Torres podem trazer mais valias para a comunidade, para os agentes económicos, por exemplo, podem apostar nesta temática para crescerem também” (entrevistado 3).



Na entrevista à representante do concelho de Sobral de Monte Agraço, foi referida também uma atividade organizada pela associação RHLT de cariz informal a realizar igualmente de dois em dois anos intitulada “Encontro de Museologia e Arqueologia das Linhas de Torres”, que teve lugar em 2014 e 2016 (nesta edição dedicada à transformação e interpretação da paisagem) tendo envolvido estudantes, técnicos, “pessoas que estão no terreno” e “universidades”. Esta atividade pretende promover a partilha de informações e de saberes entre os participantes.

Uma atividade de cariz informal mencionada na entrevista à técnica de Arruda dos Vinhos foi a promoção de vários encontros (“dois ou três em 2015”) entre técnicos dos postos de turismo e dos centros de interpretação que consistiu na partilha de conhecimentos e experiências entre estes profissionais através da realização de parte do percurso da rota. Nestes percursos conjuntos, os grupos iam aprendendo, explicando diversas questões uns aos outros. Pretendia-se assim que os técnicos conhecessem as estruturas, “quem está num posto de turismo raramente sai do seu posto de trabalho para ir conhecer aquilo que tem de divulgar (...) o objetivo foi esse, foi que eles conhecessem exatamente o que é que são os fortes (...) as estruturas”, dando assim aos técnicos “conhecimento (...) adequado para prestar informação” (entrevistada 2).

Das ações de cariz pontual mas com uma divulgação e visibilidade consideráveis, salienta-se a publicação da monografia “As Linhas de Torres Vedras – Um sistema defensivo a norte de Lisboa”<sup>11</sup> e o filme “Linhas de Wellington”<sup>12</sup>. Estes dois produtos são considerados de extrema importância na difusão das temáticas histórica e cultural das Linhas de Torres, referindo-se no primeiro preocupações educativas a explorar pela então Plataforma Intermunicipal das Linhas de Torres “Aprofundar e divulgar o conhecimento histórico-científico das Linhas de Torres Vedras (...) em resposta a um compromisso assumido perante as novas gerações e como forma de continuamente expandir os conteúdos da rede (...) de contribuir para a disseminação e transposição didáctica dos conhecimentos que aqui se iluminam” (in Ventura, 2011, p. 8).

Outra das atividades mencionadas pelos técnicos entrevistados foi a criação e manutenção de uma linha editorial de conceção de folhetos e guias, prevendo-se ainda a criação de um *site* da associação, no sentido de divulgar o património e as atividades realizadas no âmbito das

---

<sup>11</sup> Edição de abril de 2011 da responsabilidade da Plataforma Intermunicipal para as Linhas de Torres Vedras, financiada pelos municípios associados com o apoio do EEA Grants, através do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu e concebida em parceria com a Academia Portuguesa de História

<sup>12</sup> Lançado em janeiro de 2012, editado numa minissérie exibida na RTP1 a partir de 31 de março de 2013

Linhas de Torres. Quanto a esta intenção, considerada bastante importante pelos associados, foi ainda referido que tem sido difícil de concretizar

Para além destas atividades, representantes da associação RHLT participam em conferências onde fazem comunicações sobre o seu trabalho. Foram referidas pela técnica do município de Sobral de Monte Agraço apresentações da associação em Viena de Áustria em maio de 2015 e na Croácia em setembro do mesmo ano, bem como a participação na conferência Praxis II no Politécnico de Tomar. Uma notícia apresentada no *site* [www.linhasdetorresvedras.com](http://www.linhasdetorresvedras.com) regista que na conferência internacional ocorrida na Croácia, se “apresentou o projeto de salvaguarda, recuperação e valorização das Linhas de Torres e explicou de que modo o trabalho desenvolvido, até ao momento, conseguiu reabilitar este importante símbolo da identidade portuguesa e europeia e se tem constituído como um poderoso recurso educativo”.

Outra das atividades realizadas no âmbito da RHLT são as caminhadas em percursos que passam pelas Linhas de Torres. Quanto a estas atividades, uma das entrevistadas referiu o seguinte: “Eles fazem na Rota das Linhas de Torres, na nossa zona do Sobral fazem caminhadas, nós também já entrevistamos, tipo, aparecer em emboscadas e perguntar aos caminhantes se eram franceses, se já tinham visto franceses, levavamo-los depois ao nosso acampamento, onde eles depois almoçam, por nós ou por outros que estejam a ajudar, e nós também tínhamos o acampamento montado” (entrevistada 5). Neste tipo de atividades realça-se a vertente desportiva, mas também a proximidade com a natureza, aproveitando-se a oportunidade para, informalmente, levar as pessoas a contactar com o seu património histórico e cultural.

Na atividade de *hike* em que participou uma das entrevistadas (organizado pela empresa MsyticalTryp), esta referiu igualmente a importância do contacto dos participantes com o património natural e histórico. “Para além do ganho físico, mental, espiritual... Acho que ajuda realmente a conhecermos melhor o património local, acho que isso é muito importante”. Acrescentou que tal atividade permitiu obter conhecimentos de uma forma lúdica e informal,

“ao colocarem-nos uma série de questões sobre aqueles acontecimentos das invasões, coisas que nós até fomos pesquisar à internet, logo no início deram-nos um guia turístico, com... já também com algumas informações, portanto, ao irmos pesquisar, nós vamos conhecendo não é? de uma forma muito lúdica, divertida e descontraída nós vamos conhecendo.. e competitiva, pronto, porque isto também era uma competição, mas ajudou-nos a conhecer mais porque de facto tivemos que investigar, ao longo do percurso nós fomos investigando as informações” (entrevistada 7).

Relativamente a projetos, destaca-se (pela pertinência dos temas abrangidos no âmbito desta investigação) o projeto “Educar para Cooperar: a Rota Histórica das Linhas de Torres e a Cidadania Global”, da responsabilidade da Aidglobal, cujos objetivos foram apresentados no capítulo anterior e que terá a duração de dois anos.

O macro objetivo estabelecido, relacionado com a Educação para o Desenvolvimento (ED), considerado como prioritário a nível nacional e europeu, concretizar-se-á através da realização de atividades junto de alunos do ensino básico, implicando trabalhos prévios com professores e outros técnicos municipais. Neste sentido a intervenção iniciaria com o “desenvolvimento de competências dos professores de 2.º e 3.º ciclos, da disponibilização de novos recursos pedagógicos de ED e da sensibilização dos alunos para os temas, princípios e valores de ED” (AIDGLOBAL, s/ data, p. 4). Estas atividades, a aplicar num contexto de educação formal (através de práticas de educação não formal), terão lugar nos concelhos associados à Rota Histórica das Linhas de Torres: “Os beneficiários deste projeto serão levados a pensar nas atuais causas da guerra, da pobreza, das desigualdades sociais e o desrespeito pelos direitos humanos à luz do património da RHLT e a refletir sobre o que cada um pode fazer”. Justifica-se esta escolha pela “união destes municípios em torno de uma causa comum”, que “permite criar um projeto de ED coerente e consolidado”, e envolve as pessoas através da realidade local para estabelecer depois ligação com questões mais abrangentes e globais.

O promotor deste projeto foi assim a associação AidGlobal, em parceria com a associação RHLT, com o cofinanciamento do Instituto Camões e o apoio da Fundação Montepio. Os recursos humanos envolvidos, nomeadamente formadores, foram contratados pela Aidglobal e os principais participantes foram professores e técnicos dos serviços educativos dos municípios, apesar de o projeto envolver também a participação de diretores e de alunos dos agrupamentos de escolas dos municípios parceiros.

Selecionou-se e entrevistou-se outras duas pessoas (participantes 2 e 3, entrevista 6) numa atividade no âmbito deste projeto (relacionada com os temas dos direitos humanos, da igualdade de género e do associativismo), para tentar aferir as aprendizagens, as mais-valias que, nas suas opiniões decorriam dessa atividade. Estas entrevistadas afirmaram o seguinte:

“pensava que os direitos humanos tinham vindo a melhorar, mas pelos vistos não têm vindo a melhorar tanto como eu pensava, secalhar os direitos humanos já estiveram melhores antigamente do que agora, apesar de que em certos pontos estão melhores, mas há outros em que parece que está a piorar (...) eu pelo menos vi as coisas de outra forma, há certas coisas que eu secalhar fazia ou dizia e sei que nem sempre devemos dizer, devemos pensar mas não devemos dizer, porque às vezes pode magoar os outros e os outros podem-se sentir inferiores

(...) Eu acho que mudou a todos de qualquer forma, nem que seja o mínimo, eu acho que todos pensamos nas nossas atitudes e nas atitudes dos outros e nas que temos perante os outros”; “quando eu cheguei lá eu não sabia muito o que é que eram os direitos humanos e aprendi agora o que é que eram acho que é importante nós sabermos os direitos que cada pessoa tem, porque se nós não soubermos podemos estar a invadir e a tratar mal essa pessoa e a passar por cima dos direitos de cada um e eu acho que isso é errado” (entrevista 6).

Questionada sobre o papel das associações na aprendizagem, uma das entrevistadas referiu: “Eu acho que eles fazem um bom trabalho em divulgar estes assuntos, porque nós jovens e também os adultos começam a aprender mais sobre as coisas que estão à nossa volta, e nós não nos apercebemos no nosso dia-a-dia, mas secalhar fazemos o errado e acho que estas associações nos mostram o que é verdadeiro e o que devíamos fazer” (entrevista 6).

A aplicação deste projeto (“Educar para Cooperar”), prevê a realização de atividades diversas, entre as quais:

- “Ações de formação creditadas para professores dos 2º e 3º ciclos com a duração de 25 horas;
- Dois *workshops* sobre Educação para o Desenvolvimento (dirigido a técnicos dos Centros de Interpretação da RHLT e das Câmaras Municipais, com a participação a convite de professores dos 6º e 8º anos);
- Círculo de Aprendizagem com 6 sessões de duas horas sobre as oportunidades de ligação do património da RHLT à Cidadania Global;
- Estudo sobre a ligação do património da RHLT à Cidadania Global;
- Maleta Pedagógica sobre a ligação do património da RHLT à Cidadania Global;
- Percurso de Geocaching sobre Cidadania Global;
- Reuniões com as direções e professores dos agrupamentos de escolas envolvidos no projeto para planificação da integração dos temas em sala de aula;
- Abordagem das temáticas de ED nas aulas;
- Seis semanas de Educação para o Desenvolvimento;
- Celebração do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios com percurso de Geocaching;
- Conferência “A Rota Histórica das Linhas de Torres e a Cidadania Global” (AIDGLOBAL, s/ data, p. 14-23).

No que refere a atividades mais gerais, planificadas e realizadas pela associação, entre as ações previstas nos estatutos, encontramos:

- “Estabelecer estruturas organizacionais;
- Facilitar o intercâmbio de informação sobre temas relacionados com a Rota Histórica das Linhas de Torres e outros recursos, históricos, patrimoniais, culturais ou ambientais, com relevância para a promoção turística dos Municípios;
- Constituir um serviço de assessoria e assistência técnica para os seus associados;
- Organizar e participar em reuniões, seminários e congressos;
- Promover publicações em matérias próprias da sua competência;
- Promover a pesquisa e comercialização de produtos turísticos e culturais (...);
- Impulsionar a investigação histórica própria, e mediante a participação de outras Entidades e Organismos;
- Promover a criação de produtos e soluções inovadoras, nomeadamente de cariz tecnológico, que contribuam para o desenvolvimento do conceito Rota Histórica das Linhas de Torres, enquanto destino turístico de excelência” (RHLT, 2015a, p. 2).

No estudo de viabilidade económico-financeiro (RHLT, 2015b, p. 11), lista-se um conjunto de atividades a integrar o plano anual de trabalho da associação:

1. “Informação/ comunicação
  - a. Gestão da marca RHLT;
  - b. Realização de ações de divulgação e aconselhamento sobre os programas e linhas de apoio a investimentos e projetos.
2. Animação Territorial
  - a. Identificar os promotores de projetos;
  - b. Apoiar potenciais ideias e projetos;
  - c. Valorizar o turismo e o património local.
3. Capacitação
  - a. Apoiar a preparação de dossiês de candidatura;
  - b. Apoiar a execução dos projetos;
  - c. Realizar ações de formação para comunidades.
4. Organização
  - a. Acompanhar os projetos;
  - b. Procurar e maximizar financiamentos alternativos;
  - c. Dinamizar, orientar e apoiar promotores;
  - d. Promover, participar e organizar eventos e outras iniciativas.
5. Investigação/ Ação

- a. Realizar estudos de análise, diagnóstico e levantamento das necessidades na área de intervenção da Associação.
6. Cooperação
  - a. Estabelecer protocolos de colaboração com as diferentes partes interessadas;
  - b. Participar em associações e redes;
  - c. Participar em projetos de cooperação.
7. Disseminação e Valorização
  - a. Disseminar e valorizar boas práticas;
  - b. Participar em certames de promoção turística e patrimonial.

No mesmo documento, referem-se ainda algumas iniciativas realizadas sob a atuação da associação, desde 2006:

- “Marcha dos Fortes;
- Raid Hípico;
- Corrida Espírito de Aliança;
- GR30;
- Estudos sobre os sistemas de comunicação telegráfica;
- Estudos de conservação e restauro arqueológicos;
- Criação de menus de época;
- Filme e minissérie televisiva “Linhas de Wellington”;
- Surgimento de novos operadores turísticos, de recriação e animação” (RHLT, 2015b, p. 6).

Num âmbito mais organizacional, mas de extrema importância, inscrevem-se os contactos com os parceiros e com as entidades reguladoras (nomeadamente com o Turismo de Portugal). Relativamente a este tipo de atividades destaca-se a promoção de redes de parceria entre diferentes entidades públicas e privadas, em que a associação desempenha um importante papel de mediação, o que constitui um dos objetivos traçados com resultados considerados benéficos para os diversos agentes envolvidos, pelo que lhe será dedicado um capítulo, intitulado “Parcerias e Mediação”.

Uma atividade final a referir (a que eu própria assisti) prende-se com a realização (em novembro de 2014) de ações de sensibilização sobre linhas de financiamento para projetos relacionados com as Linhas de Torres, organizado no âmbito do programa *Erasmus +*, pela associação RHLT em parceria com o Centro de Informação EuropeDirect Oeste. Estes *workshops* tiveram lugar em Arruda dos Vinhos, Torres Vedras e Sobral de Monte Agraço,

“subordinadas às temáticas específicas de Educação para Adultos, Juventude e Desporto, respetivamente”. Relativamente aos objetivos destas sessões, os promotores pretendiam: “estabelecer relações de parceria com a sociedade civil, associativa e agentes culturais, no intuito de vir a dar o apoio possível, gratuitamente, na construção de candidaturas para o referido efeito. Estas duas entidades estão disponíveis para fomentar as sinergias necessárias à criação de oportunidades para projetos inovadores relacionados com as invasões francesas e as Linhas de Torres Vedras, que criem experiências, ligando pessoas através de laços culturais apoiados num conjunto comum de valores, com base na criação de políticas para a promoção do desenvolvimento social e do crescimento económico” (*in* [www.linhasdetorresvedras.com](http://www.linhasdetorresvedras.com)).

#### 5.4 Financiamento: das quotas dos associados aos apoios externos

O tipo de financiamento da associação é maioritariamente feito pelo pagamento de quotas anuais por parte dos associados (financiamento próprio), que devem também “Comparticipar as despesas ordinárias e contribuições extraordinárias que vierem a ser aprovadas pela Assembleia Geral” (RHLT, 2015a, p. 4). De acordo com o estudo de viabilidade económico-financeiro, “o valor das quotas corresponderá a 1 500€ por ano para os associados fundadores e 300€ por ano para os restantes associados”. Outros proveitos poderão ser: “Inscrições em conferências, encontros, *workshops* e estudos que venham a ser organizados pela Associação; Venda de publicações e merchandising produzidos pela Associação” (RHLT, 2015b, p. 13).

As necessidades de funcionamento da associação são asseguradas em termos de “logística, recursos humanos e técnicos” pelos municípios associados, explica o entrevistado 4, “cabendo a cada parceiro a responsabilidade de manutenção do seu património”.

Para além das quotas ordinárias, constituem também receitas da associação: “contribuições extraordinárias; Os rendimentos próprios do seu património e derivados das suas atividades e vendas de *merchandising*; Subsídios e qualquer outra receita provenientes de atos lícitos; Os montantes de cofinanciamentos que lhe sejam atribuídos por via de candidaturas” (RHLT, 2015b, p. 9).

Nos estatutos da associação, prevê-se ainda a candidatura a fundos europeus e outros, por forma a garantir a concretização de objetivos aí apresentados, pois “a associação poderá candidatar-se a fundos comunitários, a programas de financiamento extra comunitários, bem como a iniciativas mecénicas” (RHLT, 2015a, p. 2).

É referido no estudo de viabilidade económico-financeiro que “No caso de projetos financiados por fundos europeus a componente não financiada será assegurada pelos sócios, em conformidade com o investimento territorial” (RHLT, 2015b, p. 16).

Um dos primeiros financiamentos com grande relevância para a associação (quando esta ainda não se constituía nos moldes em que hoje se encontra), resultou da candidatura EEA Grants (com a participação da Islândia, do Liechtenstein e da Noruega), através do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu.

Relativamente aos recursos necessários para o desenvolvimento do trabalho da associação, o seu presidente refere como um constrangimento a “falta de financiamento para as suas necessidades de gestão e implementação de várias ações”, considerando a dimensão e



características naturais do território envolvido, bem como a sensibilidade do património a conservar.

No que diz respeito ao projeto “Educar para Cooperar: a Rota Histórica das Linhas de Torres e a Cidadania Global”, de acordo com a entrevista realizada à técnica da Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, a iniciativa obteve cofinanciamento por parte do Instituto Camões e, de acordo com a planificação do projeto, foi também apoiada pela Fundação Montepio.

## 5.5 Participantes: diversidade geracional e valorização da componente convivial

No entender do presidente da associação (entrevistado 4), os participantes nas atividades promovidas pela associação RHLT variam de acordo com as atividades planificadas, sendo maioritariamente “para um público infanto-juvenil ou escolar”, apesar de existir igualmente “oferta para professores e grupos organizados”.

No que refere ao projeto “Educar para Cooperar: a Rota Histórica das Linhas de Torres e a Cidadania Global”, os participantes apontados na planificação eram, numa primeira instância, professores do 2.º e 3.º ciclos e técnicos dos Centros Interpretativos das Linhas de Torres, e alunos do Ensino Básico, num segundo momento. A planificação e execução de algumas atividades envolviam ainda os diretores dos agrupamentos de escolas dos municípios parceiros. Neste sentido, na entrevista concedida pela representante do concelho de Arruda dos Vinhos, foi sublinhada a importância de proporcionar aos professores e aos técnicos dos municípios (e consequentemente aos alunos e visitantes), ferramentas que suportem a abordagem do tema das Linhas de Torres, dado que “o objetivo é dar ferramentas às escolas e aos professores para que eles depois tenham este trabalho continuamente, nos anos seguintes, porque nós estamos a formar gerações” (entrevistada 2).

Foram também referidas pela técnica de Arruda dos Vinhos, atividades informais entre técnicos dos postos de turismo e dos centros de interpretação, que promoviam a troca de conhecimentos e experiências entre estes profissionais através da realização de percursos da rota. Nesta atividade, os técnicos eram simultaneamente os organizadores e os participantes que usufruíam da atividade.

A maior parte das ações desenvolvidas pela associação são dedicadas a jovens (nomeadamente em contexto escolar). Porém, quer no município de Torres Vedras, quer no de Sobral de Monte Agraço há atividades dirigidas a famílias, que prevêm a realização de diferentes atividades em espaços privilegiados da Rota Histórica das Linhas de Torres (“Exploralqueidão”, no Forte de Alqueidão em Sobral de Monte Agraço, “O Forte é Nosso!”, no Forte de S. Vicente em Torres Vedras).

Relativamente ao projeto da Câmara de Torres Vedras designado por Festival Novas Invasões, o mesmo “foi concebido para o público em geral. A programação incluiu propostas de entretenimento, lazer e conhecimento, do agrado do público local, com especial incidência em famílias com filhos, mas também do público em geral”, de acordo com o documento de avaliação do evento (CMTV, s/ data, p. 2).

Para além das atividades a realizar em família que envolvem os adultos e promovem aprendizagens conjuntas, as atividades de recriação histórica referidas são principalmente destinadas ao público adulto, sendo maioritariamente protagonizadas por grupos de constituição informal.

Neste sentido, o testemunho de uma entrevistada enquanto participante em atividades de recriações históricas pela Associação de Cultura e Recreio 13 de setembro de 1913, parceira da associação RHLT, deu-nos conta da perspetiva de um adulto relativamente à sua participação nestas atividades: “tivemos a primeira recriação em Almeida, portanto, acho que foi muito giro porque aí, sim, a pessoa viu o que é que acontecia, com os canhões, com os cavalos, e com aquilo tudo. Tivemos a perspetiva do que é que era o povo a tentar ajudar, portanto, os ingleses e os portugueses, neste caso, contra os franceses, portanto acho que aí a experiência, nada melhor do que estar a recriar”. Esta entrevistada valorizou o convívio e a ligação que se estabelece entre as diferentes gerações que participam nestas atividades: “é o que se pode ligar entre as pessoas mais novas e as mais... ou seja, as pessoas há uma grande ligação agora entre os mais novos e os mais velhos”.

Os participantes nas atividades da associação revelam-se assim bastante variados, “desde as crianças que estão na escola (o público escolar), até universidades séniores por exemplo, grupos organizados, quer nacionais quer estrangeiros”, indicou o técnico do município de Torres Vedras.

## 5.6 Divulgação e Avaliação: ações prolíferas e avulsas

As formas de divulgação da associação RHLT são diversas e diferem de município para município. Há uma linha editorial criada pela Plataforma Intermunicipal das Linhas de Torres que publicou uma série de folhetos e guias (para além da monografia já referida).

Nos *sites* dos municípios associados (com diferentes contributos) encontram-se dados históricos e geográficos relacionados com a rota, e, em particular, o *site* do Centro Interpretativo das Linhas de Torres disponibiliza informações mais detalhadas e descritivas relativas às atividades, aos eventos e projetos desenvolvidos no âmbito da associação. Contudo, ao analisar os *sites* das câmaras municipais associadas, verifica-se que a informação se foca nos recursos de cada concelho e que os dados relativos à associação surgem algo desorganizados.

A Câmara Municipal de Torres Vedras disponibiliza também vídeos com informações diversas sobre a Rota Histórica das Linhas de Torres no seu canal de Youtube.

Existe ainda uma ferramenta de divulgação *online* ([www.linhasdetorresvedras.com](http://www.linhasdetorresvedras.com)), criada no âmbito do bicentenário das Linhas de Torres, onde constam diversos artigos sobre eventos e atividades associadas à Rota Histórica das Linhas de Torres. A mesma análise é feita pelo município de Torres Vedras no documento “Plano Estratégico de Turismo Sustentável para o Concelho de Torres Vedras”, que defende que “o desenvolvimento de conteúdos deverá ter em atenção um critério multilingue e ser o mais interativo possível”, considerando essencial a aposta em redes sociais para dar mais “visibilidade às Linhas de Torres” (CMTV, 2016, p. 106).

Uma das formas de divulgação mais abrangente, não especificamente da associação RHLT, mas do seu património histórico foi a já mencionada exibição do filme/ minissérie “As Linhas de Welington”, que será do conhecimento do público em geral, quer em Portugal, quer nos países em que foi apresentado.

Num âmbito mais científico, a publicação da monografia “As Linhas de Torres Vedras – Um sistema defensivo a norte de Lisboa”, condensou informação histórica que constituirá simultaneamente um instrumento de divulgação, um recurso de aprendizagem e de trabalho. De uma forma mais indireta, há a assinalar a tese de mestrado de Marco António do Carmo Gomes Noivo (2010), intitulada “A 1ª e a 2ª Linhas de Torres: a valorização do património e o turismo cultural” e a tese de doutoramento de Carlos Manuel Antunes Bernardes (2015), “As Linhas de Torres Vedras: um destino turístico estratégico para Portugal”.

No que refere à avaliação da atuação da associação e das atividades realizadas, para constituição da associação como instituição com caráter jurídico, foi necessário proceder ao estudo de viabilidade económico-financeiro já amplamente citado neste trabalho. Esse estudo realizou uma recolha de dados (no período compreendido entre 2006 e 2014, relativamente à atuação da Plataforma Intermunicipal das Linhas de Torres), relacionados com gastos e receitas, considerando as atividades realizadas e os recursos envolvidos, bem como os impactos esperados. Mediante a análise destes dados, fez-se uma projeção da viabilidade futura da associação, o que se poderá considerar uma primeira grande avaliação da atuação da associação.

As conclusões deste estudo apontam para “um desempenho positivo” (RHLT, 2015b, p. 24), que não acarretará despesas públicas aos associados, e cuja constituição apresenta ainda as seguintes vantagens:

- a) “Potencia e facilita a captação de apoios e financiamentos para o desenvolvimento de projetos de promoção da RHLT, de manutenção das estruturas reabilitadas, de capacitação das pessoas e das comunidades envolvidas, essenciais à transformação da RHLT num motor de desenvolvimento do território dos seis municípios;
- b) Possibilita a parceria com diversas entidades privadas e públicas, titulares deste património, tendo em vista a sua manutenção, reabilitação e promoção turística;
- c) Potencia o trabalho em parceria com outras entidades nacionais e internacionais com interesse para o crescimento da Associação e o desenvolvimento de atividades de natureza turística em torno do património da RHLT”.

Na entrevista realizada à técnica do Centro de Interpretação de Sobral de Monte Agraço (entrevistada 1), são referidas práticas de avaliação formais (com elaboração de relatórios) e informais, dependendo do tipo de atividade desenvolvida, por forma a “perceber se valeu a pena, se não valeu, se corresponde aos objetivos iniciais (...) se é repetir, se não é repetir, se é repetir noutras condições”. Exemplo de uma dessas práticas foi uma reunião dedicada à participação da associação numa das edições da Bolsa de Turismo de Lisboa: “fizemos uma reunião final de avaliação com os parceiros (...) foi interessante perceber que muitos deles trabalhavam no mesmo território e não se conheciam”. Desta forma, através da atividade realizada, deu-se a oportunidade de colocar em diálogo diferentes agentes, alguns dos quais acabaram por estabelecer parcerias entre si. Neste seguimento, a técnica de Arruda dos Vinhos, referiu igualmente a realização de reuniões de avaliação sobre as atividades concretizadas.

Relativamente aos ciclos de aprendizagem realizados no âmbito do projeto da Aidglobal, através de contactos informais com os técnicos dos municípios participantes, apurou-se que “gostaram muito (...) correu muito bem” (entrevistada 2).

No âmbito do Festival Novas Invasões, questionado sobre a divulgação deste projeto, o técnico de Torres Vedras explicou que as informações são disponibilizadas em papel e também *online* “no site da Câmara, são distribuídos cartazes aqui pela cidade e não só, portanto também em Santa Cruz e certos locais, distribuímos pelo comércio local, nos postos de turismo, *facebook*, nas redes sociais” (entrevistado 3).

Relativamente à avaliação do projeto, o mesmo técnico referiu que “o mercado oitocentista funcionou muito bem. As pessoas aderiram bastante, nem estávamos à espera de ter uma tão grande aceitação por parte do público e os próprios agentes locais ficaram bastante satisfeitos”. Para além disso, o mesmo profissional analisou os dados estatísticos de agosto de 2015, concluindo que “o número de visitantes a ir ao posto de turismo subiu bastante comparativamente ao ano de 2014”.

No documento de avaliação deste evento, consta que “a primeira edição do Festival, ficou aquém dos objetivos inicialmente traçados (...) que eram 4 a 6 mil pessoas/dia. Recebemos cerca de 15 mil pessoas na cidade de Torres no âmbito da organização do Festival, durante os quatro dias” (CMTV, s/ data, p. 2).

O mesmo documento acrescenta ter havido uma “boa ligação entre a exploração do passado (património) e as artes como expressão do tempo presente (...) evento lúdico, com atmosfera sedutora, que trouxe uma boa energia à cidade”, com uma boa adesão por parte da população “marcadamente descontraída, entusiasta e interessada na descoberta dos valores históricos implícitos na mensagem do Festival (...) os três espaços principais funcionaram bem, promovendo uma circulação de pessoas pelas ruas do centro histórico”. Relativamente ao envolvimento da comunidade, considerou-se que “a relação com a cidade, nomeadamente com o comércio local e as associações culturais das freguesias, mostraram uma grande disponibilidade e empenho” (CMTV, s/ data, p. 4), destacando-se a positiva interatividade entre instituições participantes (que trabalhavam para um intuito comum).

Para além desta análise detalhada, o técnico de turismo (entrevistado 3) percebeu que muitos dos habitantes da cidade nunca tinham ido (ou não iam há muitos anos) aos locais turísticos promovidos neste festival, tratava-se de pessoas “do concelho e que nunca tinham ido ao castelo, e com o festival acabam por ir. Foi uma forma também de visitar o património, de conhecer o nosso património de uma forma até bastante lúdica”.

Relativamente ao produto “Linhas de Torres Vedras”, a Câmara Municipal deste concelho procedeu a um diagnóstico estratégico no âmbito turístico (apresentado em anexo – CMTV, 2016) em que conclui que “tem adquirido grande relevância na última década, sendo extremamente importante também para o desenvolvimento de canais de cooperação” (CMTV, 2016, p. 106).

## 5.7 Parcerias e Mediação: fatores-chave na associação

A rede de parcerias é uma das características mais evidentes e importantes desta associação. Nos estatutos, prevê-se desde logo a possibilidade de integrar novos associados e no artigo 5.º, apresenta-se ainda a abertura a parceiros com objetivos idênticos: “A associação Rota Histórica das Linhas de Torres, manterá relações de cooperação e colaboração com outras associações nacionais e estrangeiras que tenham objetivos semelhantes” (RHLT, 2015a, p. 2). No mesmo artigo, consta como um dos objetivos da associação “O intercâmbio de experiências” (RHLT, 2015a, p. 2).

No mesmo sentido, o estudo de viabilidade económico-financeiro refere como potenciais associados “vários agentes económicos, nomeadamente nas áreas da promoção turística, hotelaria, restauração, produtores vitivinícolas, animação turística, artesanato e produtos locais e outras entidades da administração pública, tais como municípios, freguesias e universidades” (RHLT, 2015b, p. 9). As mesmas parcerias são apontadas pelo presidente da associação, que as encara como “Fundamentais para o desenvolvimento de um produto turístico estruturado e capaz de desenvolver economicamente a região” (entrevistado 4).

O presidente da associação (simultaneamente presidente da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço) encara o papel da autarquia como “parceiro e fundador”, que “participa ativamente na gestão da RHLT, contribuindo para o enriquecimento patrimonial e cultural da mesma, nomeadamente, através do seu Centro de Interpretação (CILT) e do Circuito de Visita do Alqueidão”(entrevistado 4).

A técnica da associação representante da autarquia de Sobral de Monte Agraço sublinha o papel de mediação da associação RHLT, considerando-a “um captador dos vários agentes”, com um “papel mais de mediador e de facilitador”. Através desta entrevista compreende-se que a associação (pela sua importância e pelo reconhecimento) recebe pedidos e propostas que encaminha para os parceiros pertinentes, analisando as necessidades apresentadas e as ofertas existentes no território de atuação da associação (constituindo-se como um canal de comunicação que dá assim resposta a ambas as partes). Esta entrevistada considera a promoção, por parte da associação, do encontro entre os vários parceiros (entre si) e entre estes e os visitantes como uma das grandes mais valias da mesma.

Através das entrevistas realizadas aos técnicos da associação, infere-se que muitas das parcerias referidas “não estão formalizadas”, constando entre essas aqueles que incluem: restaurantes (que, com o apoio da associação, criaram e disponibilizam menús de época),



empresas de animação cultural (“que fazem visitas guiadas” em que “parte desse percurso passa nas Linhas”), quintas de vinhos e adegas, empresas de eventos (operadores que preparam e desenvolvem conjuntos de atividades relacionadas com a temática das Linhas de Torres, tal como explicou a entrevistada em representação do município de Sobral de Monte Agraço: “vêm visitar o forte de manhã, depois almoçam o menú de época, à tarde visitam uma exposição e no fim do dia terminam com uma prova de vinhos”). O técnico de Torres Vedras apontou também a empresa Rotas do Oeste, “empresa de animação turística que faz visitas às Linhas em jipes UMM”, e o centro hípico Pódio de Aventura. Estas parcerias, de âmbito turístico e gastronómico, proporcionam aos participantes o contacto com o património histórico-cultural de uma forma indireta.

Uma outra parceria destacada pela entrevistada 1 foi com a Associação de Cultura e Recreio 13 de Setembro (associação local criada em 1913) e o grupo de recriação histórica que faz parte dessa associação designado por Guerrilha de Monte Agraço. Este grupo destaca-se dos demais existentes (principalmente constituído por militares), pois representa a população e as milícias do período das invasões francesas. Relativamente a esta parceria, o contributo da associação RHLT prende-se com apoios relacionados com a divulgação do grupo e suas atividades, bem como serviços de consultoria informal pela prestação de informações diversas. Conforme o testemunho desta entrevistada, os membros do grupo Guerrilha de Monte Agraço “estão sempre à procura de informação (...) agora andam a fazer uma formação para manuseamento de armas (...) andaram a fazer uma pesquisa há uns tempos sobre o tipo de tecidos que se usavam na época (...) estão sempre em autoformação”. Também relativamente a este exemplo, a associação RHLT desempenha o papel de facilitador, disponibilizando contactos e acesso a meios e informações diversas. Nas atividades desenvolvidas em parceria com esta associação, os participantes são levados a vivenciar momentos históricos do período das invasões francesas, através de experiências multisensoriais de convívio e de aprendizagens informais.

As demais parcerias existentes estão listadas num documento em que constam as entidades, os respetivos municípios e contactos (lista de parceiros da associação RHLT apresentada em anexo), que tocam diversas vertentes do turismo: o alojamento, a restauração, a animação e o enoturismo.

No site [www.linhasdetorresvedras.com](http://www.linhasdetorresvedras.com), a notícia da visita da Secretária de Estado do Turismo à Rota Histórica das Linhas de Torres em maio de 2016, refere também a importância das parcerias e o valor da mediação: “Ao longo dos últimos anos, a RHLT tem vindo a incentivar parcerias entre o património, a oferta cultural e os agentes económicos que operam no

território, em áreas tão distintas quanto complementares, como são a restauração, a hotelaria, as empresas de animação cultural e turística e outros segmentos como a equitação, o golfe ou os vinhos, por exemplo. A interação e concertação com esses agentes pretendem atrair públicos; estabelecer parcerias institucionais de cooperação, do setor público e do setor privado; afirmar a marca RHLT e a região no mercado do turismo das emoções e sensações”.

## 6 Principais Linhas de Análise

### 6.1 Associação RHLT, Desenvolvimento e Desenvolvimento Local

Mediante o enquadramento teórico apresentado e as informações recolhidas sobre a constituição e atuação da associação Rota Histórica das Linhas de Torres, importa agora analisar os dados e relacioná-los, estabelecendo linhas de análise que englobem os aspetos teóricos e o conjunto dos dados obtidos.

Antes de iniciar a investigação, esperava-se encontrar uma associação de municípios que procurava fundamentalmente colocar a população do seu território em contacto com o seu património histórico e com a sua memória coletiva, através de diversas práticas relacionadas *a priori* com o associativismo. De facto verificou-se que a vertente educativa está patente na constituição desta associação, bem como nas planificações de alguns dos seus projetos e nas intenções dos profissionais que a integram. Porém, a temática do associativismo ficou muito distante desta investigação, pela perceção quer do grau de formalidade da associação RHLT, quer do seu funcionamento, quer dos seus intuitos.

Não se pode dizer que se trata de uma associação de origem e cariz popular, pois nasce do poder local e assenta nos formalismos próprios de uma instituição limitada por organismos governativos. A associação RHLT também não apresenta o estatuto de IPSS configurado por muitas associações da sociedade civil que procuram dar respostas a nível da proteção social, nem tão pouco assenta numa lógica participativa e de envolvimento cívico e democrático dos cidadãos, definindo-se claramente como uma associação de municípios. Porém, alguns dos seus intuitos prendem-se com o desenvolvimento cultural e educativo das populações com que interage, contribuindo assim para o seu enriquecimento pessoal e social.

O enfoque da análise seria então descobrir os contributos (planeados ou não) que a existência e ação da associação teriam sobre os campos do desenvolvimento local e da educação de adultos.

A perceção de que a noção hegemónica de desenvolvimento apresentada no capítulo inicial se manifesta também na existência desta associação evidenciou-se imediatamente ao ter conhecimento de que para a sua constituição legal foi imposta a obrigatoriedade de realizar e apresentar um estudo de viabilidade económico-financeiro, sem o qual não se poderia constituir uma associação com carácter jurídico. A visão economicista dominante manteve-se ao longo da análise desta associação, sabendo-se que o comprometimento com a vertente

económica se verifica quase como uma obrigatoriedade numa sociedade em que tudo parece estar dependente desta esfera.

Para além desta ideia inicial, foram surgindo nos vários documentos analisados referências à perspetiva económica do desenvolvimento, tendo-se destacado o setor do turismo como impulsionador desse desenvolvimento (aliás, esta é uma associação de desenvolvimento “turístico e patrimonial”). No “Plano Estratégico de Turismo Sustentável para o Concelho de Torres Vedras”, por exemplo, refere-se que “o turismo apresenta-se para o país como um potencial motor do desenvolvimento local, já que representa mais de 17 milhões de hóspedes que contemplam cerca de 49 milhões de dormidas, 11,4 mil milhões de euros em receitas”. Contudo, o mesmo documento refere a necessidade de um “Turismo Sustentável”, que harmonize “as atividades turísticas com a preservação ambiental, os aspetos culturais e sociais locais, destacando-se as atividades “levadas a cabo no âmbito da turistificação do recurso ‘Linhas de Torres’” (CMTV, 2016, p. 51).

Esta preocupação em promover o turismo e rentabilizar a marca “Rota Histórica das Linhas de Torres” numa perspetiva económica, está também patente nos estatutos da associação, nos quais se reitera a importância do “desenvolvimento de uma política de produção e promoção turística (...) Regular e gerir a marca RHLT (...) Evidenciar o potencial retorno económico para a população”. No estudo de viabilidade económico-financeira, apresenta-se como “visão” da associação a “Promoção do envolvimento cívico, cultural e económico”, através de uma atuação “impulsionadora da iniciativa privada e do desenvolvimento local”, e como “impacto” esperado “no âmbito do desenvolvimento do território das Linhas de Torres” (entre outros): “Atrair e impulsionar novos investimentos; Promover novas oportunidades de negócio; (...) Diversificar as economias locais” (RHLT, 2015a, p. 2).

Neste seguimento, um outro objetivo a referir na constituição desta associação prende-se com o importante acesso a financiamentos comunitários que apoiassem o prosseguimento dos seus objetivos, intenção que consta dos dois últimos documentos referidos. No sentido em que esta estratégia configura uma alternativa à falta de apoio por parte do estado a necessidades diagnosticadas pelos associados da RHLT, podemos dizer que o mesmo se verifica em muitos outros organismos, quer da sociedade civil, quer do poder local. De referir que o acesso a financiamentos europeus contribuem duplamente para os objetivos da associação, por um lado pela recuperação e valorização do património, por outro pela divulgação proporcionada (na medida em que trazem atenção por parte do estado e de instituições internacionais, bem como de órgãos de comunicação social, mas também de estudiosos e curiosos, trazendo-lhe maior visibilidade).

Acresce que a atuação da associação RHLT, e da sua antecessora, a PILT, contribuíram para a atribuição de prémios internacionais e para o reconhecimento por parte da tutela, nomeadamente pela instauração do Dia Nacional das Linhas de Torres, o que aportou notoriedade a este património.

Por outro lado, há facetas desta associação que nos remetem para as características do desenvolvimento local e que se prendem com o caminho seguido, na medida em que na sua origem foram analisadas situações por um grupo de associados, foram diagnosticados problemas e desenhadas formas de os resolver pela utilização dos recursos existentes.

Na realidade, também através desta associação se procura “uma melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades” (Roque Amaro, 2009, p. 108). Por outro lado, a identificação dos objetivos e a planificação das atividades realiza-se de uma forma algo “fechada”, a partir dos órgãos formais da associação, sem a possibilidade de participação de outros membros da comunidade. A população permanece assim excluída do processo de tomada de decisões, apesar de aí se ver representada pelo poder local eleito. Noutra perspetiva, há a realçar a abertura face à planificação das atividades realizadas, na medida em que estas são alvo de avaliação, o que permite a reformulação e adequação das mesmas aos objetivos traçados e aos desafios que se vão colocando.

A associação RHLT parece também procurar uma abertura ao mundo, através do local, no seguimento do conceito defendido por Rui Canário de “pensar globalmente, agir localmente”, pois aposta-se, nesta associação, na “multidimensionalidade” e na “valorização do local”. Afinal, as atividades desta associação procuram utilizar os seus recursos como forma de contrariar a sua exclusão do processo de crescimento (tendo sido globalmente desta forma que surgiu o desenvolvimento local).

Nascida num território que se sente excluído das tendências turísticas dominantes (praia, cidade), esta associação ter-se-á constituído como uma forma de luta contra esta realidade, o que de certa forma constitui um processo de resistência, próprio das organizações de desenvolvimento local.

A tentativa de promover o património e o desenvolvimento local deste território através da valorização do primeiro junto das comunidades, que através das atividades desenvolvidas, aprenderão sobre tal património e, consequentemente, lhe atribuirão mais valor, poderá ser uma forma de complementar a lógica dominante de desenvolvimento económico, com a perspetivação de outras hipóteses de crescimento (educativo, cultural).

A associação RHLT pretende assim criar nas pessoas um sentimento de pertença (em primeira instância pela proximidade geográfica – outra das características do desenvolvimento local) relativamente ao património, para que estas se envolvam na sua preservação e dinamização, através de uma dinâmica de interação com o mesmo, numa lógica de fortalecimento da identidade local e da noção de comunidade.

O conjunto de atividades promovidas em torno do património (com ou sem o contributo direto da associação) parece também estimular um aspeto importante do desenvolvimento local: o da preocupação com esse património, quer físico, quer imaterial. O trabalho em torno da preservação da memória coletiva e a sua consequente valorização, contribuirão para a sustentabilidade e sobrevivência do património a longo prazo. Esta valorização dos recursos locais combate, de certa forma, a imposição da globalização, que promove uma certa aculturação e/ou massificação cultural, tal como referido no enquadramento teórico.

Apesar disto, pela análise das informações recolhidas, torna-se claro que a associação reconhece diferentes perspetivas de desenvolvimento. A planificação e promoção de atividades de lazer revela que valoriza a ocupação dos tempos livres, ideia que vai ao encontro das novas formas de desenvolvimento abordadas no enquadramento teórico, tal como a preocupação com o desenvolvimento cultural.

A tentativa de facilitar o acesso à população geral a atividades de cultura de participação gratuita, e de aproximação deste público ao seu património histórico-cultural, remete para formas de desenvolvimento que procuram chegar a todos e que engloba diferentes formas de progresso que ultrapassam o crescimento económico (o que em parte nos remete para a teoria de desenvolvimento humano de Amartya Sen, que defende a igualdade de acesso aos diferentes fatores de desenvolvimento) e que poderão promover uma maior qualidade de vida das populações.

Por outro lado, quando a sociedade globalizada procura determinar os moldes de desenvolvimento, de cultura e de turismo e o desenvolvimento local encontra soluções alternativas através dos recursos de que dispõe, também a associação RHLT parece querer atingir os seus objetivos através dos seus recursos, promovendo-os, valorizando-os e fomentando formas alternativas de turismo.

Estas experiências turísticas procuram incentivar o desenvolvimento local a vários níveis, na medida em que, ao proporcionar ofertas variadas, de cariz cultural, educativo, desportivo, gastronómico, pretende (através da riqueza do seu património) atrair novos participantes, procurando simultaneamente fixar a população local. Se este objetivo for conseguido, a

presença de um maior número de pessoas neste território obrigará a um reforço, quer das respostas públicas (educação, saúde, cultura), quer das privadas (hotelaria, restauração).

Poder-se-á assim caracterizar os contributos da associação RHLT como resultantes de um projeto de intervenção que contempla diversas áreas de intervenção (património, ambiente, turismo, gastronomia, cultura), atua num determinado território (e, consequentemente, na sua população), e que envolve primeiramente os municípios associados, mas também os agentes com que estabeleceram parcerias, procurando todos contribuir para um desenvolvimento sustentável desse território, fomentando igualmente um impacto positivo na educação de adultos, dado que promove a interação com o património, o seu conhecimento e valorização.

## 6.2 Associação RHLT, Educação de Adultos e Animação Sociocultural

Pela caracterização da associação RHLT, percebe-se que não se trata de uma associação de origem e cariz popular, nem assenta na conceção de educação de adultos de raiz democrática e emancipatória. Porém, compreende-se que apesar do já referido ênfase no desenvolvimento económico, alguns dos seus intuitos prendem-se com o desenvolvimento cultural e educativo das populações que procura envolver.

Não se está, portanto, perante uma associação dedicada à educação popular. Todavia, a par da preocupação com o desenvolvimento financeiro do território em que age, encontra-se na sua atuação uma tentativa de alargar o campo da esfera puramente turístico-comercial para outros objetivos, relacionados com a cultura e a educação nesse território. Esta questão está patente nos documentos base de formação da associação: “defesa e valorização do património cultural, ambiental, histórico”(RHLT, 2015a, p. 2), bem como a preocupação com o bem estar da população que vive neste território: “melhorar a qualidade de vida das comunidades locais; qualificar e valorizar as pessoas” (RHLT, 2015b, p. 12).

Os técnicos entrevistados dão principalmente conta desta missão da associação ao sublinhar a sua vertente educativa. Relativamente aos participantes nas atividades, referiram como benefícios/ ganhos da sua participação nas atividades, o convívio com outras pessoas e as aprendizagens potenciadas por tal participação. É portanto patente desde a constituição da associação (bem como na planificação das atividades), um reconhecimento do potencial educativo do património, bem como uma validação da aprendizagem não formal, modalidade em que assenta a maior parte das atividades.

O facto de se encontrar, no trabalho desenvolvido por esta associação, uma heterogeneidade de práticas e de atores, remete desde logo para o campo da educação de adultos. Tal como um museu pode ser encarado como um espaço de aprendizagem, o património histórico e a sua divulgação e promoção também o poderá ser. Neste caso, um dos objetivos da associação RHLT é trabalhar o seu património como um vetor de cultura, de história, de desenvolvimento, que pretende educar, transformar.

Neste caso, as aprendizagens promovidas pela associação acontecem em atividades fora da escola, num ambiente não formal (apesar de as instituições escolares surgirem por vezes associadas). Pela análise da sua atuação, verificamos que a associação RHLT tenta promover um encontro entre a aprendizagem formal e a não formal (o que é claramente patente no projeto “Educar para cooperar”).



De facto, apesar de a constituição e funcionamento desta associação se configurarem muito formais, as diversas atividades analisadas e as dinâmicas educativas que se geram revelam-se de tipo não formal. Quase sempre há objetivos estabelecidos, identificação de públicos-alvo, da duração e da localização. No entanto, as aprendizagens e transformações que se verificam nos participantes ocorrem de forma inusitada, através de uma participação informal em que se destacam as atividades de animação sociocultural. De resto, os participantes (quase sempre voluntários) nestas atividades reconhecem as suas mais valias, destacando o convívio proporcionado (nomeadamente entre as várias gerações), bem como a recuperação/manutenção da memória coletiva.

### 6.3 Associação RHLT, Mediação e Organizações da Sociedade Civil

Uma das características que se encontra no desenvolvimento local e que se reflete igualmente nesta associação é a promoção da partilha e do estabelecimento de redes de parceria, em detrimento da competitividade que assola o mundo globalizado.

Em parte, esta associação procura atenuar as dificuldades diagnosticadas no território em que atua através da união de forças, sendo uma associação de municípios com objetivos e um património comum, que procura reabilitar, mas também rentabilizar de diversas formas.

A questão do trabalho em parceria é também um dos traços identitários do desenvolvimento local. De facto, como refere Roque Amaro (2009), “a articulação dos vários atores” é um dos prismas destas organizações, sendo muito visível a aposta por parte da associação RHLT no trabalho em parceria e na rede de comunicações que se estabelece em redor do seu papel de mediação (característica fundamental do desenvolvimento local).

A rede de parcerias desta associação conta com múltiplos contributos (quer públicos, quer privados), que concorrem para objetivos comuns e que procuram responder às necessidades sentidas por todos os parceiros e que muitas vezes não têm a adequada resposta por parte do estado.

Rui Canário destaca também o papel das redes e do contacto entre gerações em projetos educativos ocorridos em contextos rurais, referindo “um envolvimento entre diferentes gerações; uma pedagogia centrada em permanentes intercâmbios, redes (...); a recriação e reconfiguração dos espaços e dos tempos educativos que ultrapassam os tradicionais limites do mundo escolar” (2006, p. 192). Em parte encontramos estas características nas atividades desenvolvidas pela associação RHLT.

Reconhecidas a importância e as vantagens do trabalho em parceria, ao longo desta investigação foi-se percebendo que muitas vezes se torna difícil distinguir o que é trabalho e responsabilidade da associação, o que é das Câmaras Municipais, transparecendo uma certa sobreposição de finalidades, atores e atividades.

## 7 Notas conclusivas

O presente trabalho visava identificar, descrever e avaliar as atividades desenvolvidas pela associação Rota Histórica das Linhas de Torres, compreendendo as suas características bem como os seus contributos nas esferas do desenvolvimento local e da educação de adultos.

Mediante a análise dos dados obtidos, elaborou-se uma série de conclusões que pretendem responder à questão de partida desta investigação: quais as intervenções e os contributos de carácter educativo da associação RHLT no âmbito do desenvolvimento local?

Desde logo podemos identificar na constituição e atuação da associação características que a relacionam, quer com o desenvolvimento local, quer com a educação não formal. Por outro lado, encontramos mais valias proporcionadas pelo funcionamento da associação para estes dois campos.

No que refere à constituição da associação, esta formou-se pela identificação de necessidades locais por parte de um conjunto de municípios que se uniu em torno de objetivos comuns e que através da constituição de uma associação pretendia dar resposta a essas necessidades. A resolução dos problemas diagnosticados passava pela aposta na recuperação e valorização dos recursos existentes, que neste caso era o património natural, histórico e cultural existente no território, as Linhas de Torres. Tanto na sua fundação, como nas estratégias que seguiu, e nas atividades que desenvolveu, podemos identificar os objetivos de divulgar, valorizar e explorar este recurso local, não só junto da população local, mas também de outros públicos.

Apesar de ser manifesto (tanto nos documentos, como nos testemunhos dos técnicos e dos participantes nas atividades) o propósito do reconhecimento do património cultural e histórico e da preservação da memória coletiva, não deixa de ser clara a importância atribuída ao aspecto financeiro. Neste sentido, assinala-se primeiramente a obrigatoriedade de proceder ao estudo de viabilidade económico-financeiro para constituição legal da associação; por outro lado destaca-se a importante estratégia de candidaturas a apoios comunitários (por várias vezes referida, quer em documentos como em algumas das entrevistas realizadas). Deste modo compreende-se que a captação de recursos e os fatores de sustentabilidade económica da associação RHLT (num âmbito mais restrito) e do território em que atua (num âmbito mais alargado), consistem nas principais preocupações desta entidade.

Um outro sinal da predominância do fator de desenvolvimento económico que sobressai na formação e atuação desta associação é perspetivação do património envolvido como um recurso turístico com potencialidade para gerar receitas, apontando-se várias vezes a

necessidade de criar e gerir a marca RHLT como um produto turístico. Ainda assim, este recurso é também encarado como um poderoso recurso didático, com a potencialidade de causar interesse e promover aprendizagens em públicos muito variados.

Consideramos que um dos principais objetivos desta associação é valorizar os recursos naturais, históricos e culturais do território em que se inscreve, como tentativa de escapar à imposição de sintomas de globalização como a massificação cultural. Procura-se acompanhar o crescimento do designado turismo cultural, que permite assim preservar, divulgar e explorar os recursos históricos e culturais de que dispõe o território (afastado dos atrativos turísticos mais comuns: a praia e a cidade).

O surgimento desta associação pretende colmatar um vazio existente entre a atuação das Câmaras Municipais dos concelhos envolvidos (preocupações educativas, sociais, ambientais) e as empresas que atuam no território (com objetivos económicos), desempenhando um papel agregador de sinergias, de constituição de redes de contacto e de cooperação, o que é característico das entidades de desenvolvimento local. Neste seguimento, a promoção do contacto entre as populações e o seu património, numa lógica de proximidade, remete-nos igualmente para este campo.

Ao longo do estudo tornou-se por vezes difícil distinguir a atividade da associação da ação das Câmaras Municipais e até de outros organismos, em parte porque muitos dos recursos (humanos e físicos) eram partilhados, por outro lado porque em algumas das iniciativas a associação participava como parceira ou como consultora. De qualquer forma, tanto a associação como as outras entidades envolvidas procuravam beneficiar o território, numa perspetiva de gerar interesse, captar público e dinamizar os agentes económicos.

A investigação realizada proporcionou o contacto direto com diferentes atores e a perceção de que as diversas atividades envolviam um grupo heterogéneo de participantes, sendo que a diversidade de agentes e de práticas foi uma das características que se revelou típica em entidades desta natureza. Por outro lado, uma constituição e metodologia de funcionamento de carácter formais revelaram uma associação algo fechada (formalismos talvez impostos pelo recurso a candidaturas a mecanismos financeiros), com poucas oportunidades de participação e de partilha de planificações e de avaliações.

No que refere ao âmbito educativo, apesar de, tal como consta no enquadramento teórico, se manter a formalidade e dominância do modelo escolar, há hoje formas alternativas de promover aprendizagens, que ocorrem em espaços diversos e envolvem um conjunto variado de agentes e instituições, o que também se verifica em atividades da associação RHLT.

No âmbito da educação não formal, a investigação permitiu identificar e descrever diversas atividades relacionadas com as práticas da associação RHLT, apesar da dificuldade em ver reconhecidas aprendizagens por parte dos participantes, que nem sempre as reconhecem como tal. Ainda assim, os participantes entrevistados apontaram ter atingido objetivos que os promotores das mesmas propunham: (re)conhecer e valorizar o património e preservar a memória coletiva (o que implica necessariamente aprendizagem). Esta diversidade de atividades remete-nos para uma característica própria da educação não formal de adultos, bem como a dificuldade em identificar os resultados.

As características das atividades desenvolvidas apontam para o campo da animação sociocultural, em que a aprendizagem acontece em diferentes espaços e momentos, através da interação das pessoas entre si e com o seu património. Neste sentido, consideramos que as iniciativas de educação não formal que encontramos na associação em análise poderão ser multiplicadas, abrangendo um maior número de práticas, pessoas e, assim, de aprendizagens.

No seguimento desta investigação, há ainda linhas de pesquisa a explorar e questões a aplicar a futuros estudos, entre as quais:

O que é que os municípios envolvidos ganham com esta associação? Não fariam um trabalho melhor ao nível do desenvolvimento local sem a sua existência, com os membros que as Câmaras possuem? Talvez se verificasse uma maior autonomia, por outro lado, talvez se perdessem hipóteses de acesso a financiamentos dedicados a este tipo de associação. Qual a necessidade efetiva da existência de uma organização da sociedade civil como esta? O que se ganha e o que se perde?

O que é que a associação RHLT poderia fazer e não faz (ainda), ao nível do desenvolvimento local – participado - e da educação de adultos? Poderia implicar os cidadãos nas suas planificações, torná-los parte integrante e decisora, proporcionando-lhes momentos efetivos de aprendizagem e de transformação?

Finalmente, resta considerar que outras técnicas de recolhas de dados seriam necessárias para responder a estas questões.

## 8 Referências

- Albino, J. C. (2004). *Contributos para a História do Desenvolvimento Local em Portugal*. Lisboa: Animar.
- Amado, J. (2013). Estudo de Caso na Investigação em Educação. In J. Amado, *Manual de Investigação Qualitativa em Educação* (pp. 121-143). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Amaro, R. R. (2004). A animar nos caminhos e desafios do desenvolvimento local em Portugal. In J. C. Albino, *Contributos para a História do Desenvolvimento Local em Portugal* (pp. 80-81). Lisboa: Animar.
- Amaro, R. R. (2003). Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos Africanos (Online)*, 4, versão online 1-26.
- Amaro, R.R. (2009). Desenvolvimento Local. In A. D. Cattani, J. L. Laville & L.I. Gaigner (coord.). *Dicionário Internacional da Outra Economia* (pp. 108-113). Coimbra: Edições Almedina.
- Bardin, L. (2014). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bowles, S. & Edwards, R. (2005). *Understanding Capitalism. Competition, Command, and Change*. Oxford: Oxford University Press.
- Bruno, A. (2014). Educação formal, não formal e informal: da trilogia aos cruzamentos, dos hibridismos e outros contributos. *Medi@ções- Revista OnLine*, 2 (2), 10-25.
- Canário, R. (2006). Aprender sem ser ensinado. A importância estratégica da educação não formal. In AAVV, *A Educação em Portugal (1986-2006). Alguns contributos de investigação*. (pp. 159-206). Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação/Conselho Nacional de Educação.
- Canário, R. (2012). Poderá o «decrescimento» ser uma boa notícia? In AAVV, *Máscaras Prisões Liberdades e Cifrões*. (pp. 36-37). Lisboa: Casa da Achada.
- Canário, R. (2013). *Educação de Adultos – Um Campo e uma Problemática*. Lisboa: Educa.
- Carmo, H. (2007). *Desenvolvimento Comunitário*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Ferreira, F. I., (2003). *O Estudo do Local em Educação – Dinâmicas Socieducativas em Paredes de Coura*. Braga: Universidade do Minho.

- Fragoso, A. A. (2005). *Desarrollo Comunitario y Educacion*. Xátiva: diálogos/ L'UllalEdicions/ Institut Paulo Freire (Espanha).
- Fragoso, A. (2005). Contributos para o debate teórico sobre o desenvolvimento local: um ensaio baseado em experiências investigativas. *Revista Lusófona de Educação*, 5, 63-83.
- Gohn, M. G. (1998). Educação não formal: um novo campo de atuação. *Ensaio: Avaliação das Políticas Públicas de Educação*, 6 (21), 511-526.
- Gohn, M.G. (2006). Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Ensaio: Avaliação das Políticas Públicas de Educação*, 14 (50), 27-38.
- Melo, A. (2005). Formação de adultos e desenvolvimento local. In R. Canário & B. Cabrito, *Educação e Formação de Adultos: Mutações e Convergências* (pp. 97-113). Lisboa: Educa.
- Melo, A. (2012). *Passagens Revoltas – 40 anos de Intervenção por Ditos e Escritos*. Lisboa: Sítio do Livro.
- Merriam, S. (1988). *Case Study Research in Education*. (H. Guimarães, Trad.) S. Francisco: Jossey Bass Publishers.
- Monteiro, A. (2004). *Associativismo e Novos Laços Sociais*. Coimbra: Quarteto.
- Pinto, L. C. (2008). Os “terceiros lugares educativos” e o papel incontornável da educação não-formal. *Aprender ao longo da vida*, n.º 40-44.
- Santos, B. S. (2003). Globalização: Fatalidade ou Utopia? In Boaventura Sousa Santos (org.), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* (pp. 31-105). Porto: Edições Afrontamento.
- Sen, A. (2003). *O Desenvolvimento como Liberdade*. Lisboa: Gradiva.
- Stake, R. (2012). O caso único. In R. Stake, *A arte de investigação com estudos de caso* (pp. 17-29). Lisboa: Fundação Gulbenkian.
- Rogers, A. (2014). *The Base of the Iceberg*. Opladen: Barbara Budrich Publishers.
- Ventura, A.; Pinto A.; Vicente A. (2011). In Miguel Corrêa Monteiro (coord.), *As Linhas de Torres Vedras – Um sistema defensivo a norte de Lisboa*. Torres Vedras: Edição Plataforma Intermunicipal para as Linhas de Torres Vedras.

#### Outros documentos consultados/ referenciados

- AIDGLOBAL (s/ data). *Educar para Cooperar: A Rota Histórica das Linhas de Torres e a Cidadania Global* (documento policopiado).
- Câmara Municipal de Torres Vedras (CMTV) (s/ data). *Novas Invasões* (documento policopiado).
- Câmara Municipal de Torres Vedras (CMTV) (2016). *Plano Estratégico de Turismo Sustentável para o Concelho de Torres Vedras*.
- Rota Histórica das Linhas de Torres (RHLT) (2015a). Estatutos.
- Rota Histórica das Linhas de Torres (RHLT) (2015b). Estudo de Viabilidade Económico-Financeiro.
- Rota Histórica das Linhas de Torres (RHLT) (2016). Plano de Atividades 2016.
- Rota Histórica das Linhas de Torres (RHLT) (s/ data). Lista de Parceiros.

#### Sites:

- [www.linhasdetorresvedras.com](http://www.linhasdetorresvedras.com)
- [www.cilt.pt](http://www.cilt.pt)



## 9 Anexos (disponíveis no CD-ROM na contra capa)

Anexo 1: Autorização de participação em entrevista

Anexo 2: Estatutos da Associação RHLT

Anexo 3: Estudo de Viabilidade Económico-Financeiro

Anexo 4: Folhetos associação RHLT

Anexo 5: Lista de Parceiros RHLT

Anexo 6: Planificação do Projeto *Educar para Cooperar* (AIDGlobal)

Anexo 7: Plano de Atividades 2016

Anexo 8: Documento de Avaliação do Festival Novas Invasões (CMTV)

Anexo 9: *Plano Estratégico para o Turismo de Torres Vedras* (CMTV, 2016)

Anexo 10: Transcrição das entrevistas

- 10.1. Técnica da CMSMA
- 10.2. Técnica da CMAV
- 10.3. Técnico da CMTV
- 10.4. Presidente da Associação RHLT
- 10.5. Participante 1 em atividades
- 10.6. Participantes 2 e 3 em atividades
- 10.7. Participante 4 em atividades